



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

LINHA DE PESQUISA: ITINERÁRIOS INTELECTUAIS, PROFISSÃO E
MERCADO DE TRABALHO

FAGNER DOS SANTOS BOMFIM

**OS VEREADORES E O OFÍCIO DA POLÍTICA EM RIACHUELO:
RECURSOS SOCIAIS, REDES DE RELAÇÕES E DOMINAÇÃO**

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca

São Cristóvão/SE
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

FAGNER DOS SANTOS BOMFIM

**OS VEREADORES E O OFÍCIO DA POLÍTICA EM RIACHUELO:
RECURSOS SOCIAIS, REDES DE RELAÇÕES E DOMINAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca.

São Cristóvão/SE
2019

FAGNER DOS SANTOS BOMFIM

**OS VEREADORES E O OFÍCIO DA POLÍTICA EM RIACHUELO:
RECURSOS SOCIAIS, REDES DE RELAÇÕES E DOMINAÇÃO**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca - Presidente – PPGS/UFS
(Orientadora)

Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa - PPGS/UFS
(Membro Interno)

Profa. Dra. Vilma Soares de Lima Barbosa - PPGS/UFS
(Membro Interno)

Profa. Dra. Verônica Teixeira Marques
(Membro Externo)

São Cristóvão/SE
2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Bomfim, Fagner dos Santos
B695v Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo : recursos
sociais, redes de relações e dominação / Fagner dos Santos
Bomfim ; orientador Fernanda Rios Petrarca. – São Cristóvão, SE,
2019.
145 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2019.

1. Sociologia política. 2. Vereadores - Riachuelo (SE). 3.
Redes de relações sociais. 4. Parentesco. I. Petrarca, Fernanda
Rios, orient. II. Título.

CDU 316.334.3(813.7)

Em memória de minha tia Irá e do meu Avô Nel (Seu Nel).

AGRADECIMENTOS

O melhor momento é o de agradecer! Porque nele se encerra a grandiosidade do viver!

Agradecer a Deus, pois tudo é Teu e tudo é Sua graça. Agradecer a minha Nossa Senhora das Graças, pelo colo maternal e pela confiança do seguir sempre que pensei em desviar ou esmorecer ao longo do caminho. Como doce tê-la como escudo de proteção!

Aos meus pais, Vera Lúcia e Cícero Bomfim, por confiarem em meu sucesso e dedicarem todos os esforços possíveis para que o meu sonho fosse vivenciado e contemplado por eles. Aos meus irmãos, Luciana Bomfim e Celso Bomfim. Ela pela companhia e mais que fraternal amor, a plena graça de ser uma “irmã-mãe”. Ele por ser a serenidade e a dedicação ao tudo que se é possível. Aos meus sorrisos divinos, meus sobrinhos amados, Rhaniel Bomfim e Maria Vitória. Ele meu melhor acalento, ela a minha “eterna magia de quem tem fé na vida”!

Aos meus amigos, abraços fortes materializados em carinho e atenção: Karol Acioli, Célia Limeira, Cristiane Picanço, Val Alves, Augusto Sérgio, Rosemelre Elesbão, Breno Franco, Ingrid Batista, Lorena Sayonara, Débora Kaline, Jandson Leite, José Matheus, Elaine Cristiane, Jamile Pessoa, Taynah Fontes, Greg Cerqueira e Marília Oliveira. Com um toque todo especial, a Arthur Ives (meu ‘co-orientador’ de todas as horas. Fico imaginado como seria a loucura do mestrado sem a sua companhia meu amigo!); a Rosely Bezerra, que docemente orienta, acolhe e direciona os meus pensamentos para meu sucesso. Obrigado pelas orações, cuidado e amor; a Pâmella Santos, minha ‘mana-orientadora’, que em nenhum momento negou seus cuidados sociológicos, atenção, perspicácia e carinho. Obrigado mil vezes! Aos meus amigos do mestrado e que seguem para além da UFS: Saulo Barbosa, Andrews Caetano e Luana Ferrari. Valeu pela força!

A minha orientadora, a Profa. Dra. Fernanda Petrarca, pela orientação, atenção e cuidado dedicado. Desde o meu primeiro contato com a Sociologia na graduação, no seu grupo de pesquisa, no mestrado e na torcida pelo sucesso ao doutorado. Orientação, cuidado, asas e direção, são palavras que resumem a sua orientação comigo. A aprovação no doutorado é uma conquista sua também! Obrigado, muito obrigado professora!

Ao Laboratório dos Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). O ponto de encontro para além da pesquisa e para a produção do saber e do produzir saber. Especialmente aos queridos colegas: Alex Menezes, Karina Garcia, Jair Xavier, Igor Salmeron, Francielle Wilze, Lucas Vieira e Felipe Pitanga.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFS) que contribuíram para o aprimoramento do meu conhecimento sociológico. E aos colegas da Secretaria do PPGS – Jonatha e Dayanne. – pela educação, atenção e dedicação em sempre melhor nos acolher e atender!

A Capes pelo financiamento desta pesquisa, pois possibilitou que este trabalho acontecesse e fosse finalizado.

Aos vereadores entrevistados e a todos os funcionários da Câmara de Vereadores de Riachuelo, os quais me acolheram e acreditaram na minha pesquisa como uma fonte de informação necessária para o município de Riachuelo, Sergipe. E a todos aqueles moradores do município que entre uma conversa e outra, entre uma escrita e outra em meu ‘caderninho de bolso’ (diário de campo), responderam e explicaram a política local na sua vivência e por sua história. Obrigado!

“... Qualquer homem que se entrega à política aspira ao poder – seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder “pelo poder”, para gozar do sentimento de prestígio que só o poder confere”.

(WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações, 2011).

OS VEREADORES E O OFÍCIO DA POLÍTICA EM RIACHUELO: RECURSOS SOCIAIS, REDES DE RELAÇÕES E DOMINAÇÃO

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central analisar os recursos sociais fundamentais (familiares, escolares, profissionais, institucionais, políticos, redes de relações sociais e de dominação, etc.,) que se destacam na construção do ofício na política, bem como apreender as habilidades que são valoradas para a constituição e manutenção da carreira de político profissional. Trata-se, portanto, de um estudo dos princípios e critérios de seleção de um grupo profissional, que se define, sobretudo pela construção de suas carreiras profissionais, somando-se ao recurso eletivo: o voto. Nosso universo de análise consiste num bloco de atores políticos – os vereadores eleitos na campanha eleitoral de 2016 –, que atuam na política do município de Riachuelo, Sergipe, e se constituem como estruturas significativas de autoridade, os quais também participam da distribuição de recursos para a consagração da política local e estadual. Metodologicamente, algumas técnicas de pesquisa foram fundamentais para a captação de dados sobre os repertórios biográficos desses atores, bem como, na apreensão de informações inerentes ao universo profissional e relacional desses políticos no dia a dia da política, são exemplos dessas técnicas, o uso de questionários, entrevistas diretas com os vereadores, funcionários da Câmara de Vereadores, assessores políticos e conversas informais com os moradores mais antigos da cidade, além do uso da observação participante e do diário de campo. Contudo, a construção histórica da política riachuelense nos conduziu a utilizarmos como aparato analítico o conceito de ‘Parentela’ (LEWIN, 1993; QUEIROZ, 1976), conceito esse que é utilizado para apreender o papel central que desempenham os laços sociais e os sistemas de alianças nas dinâmicas de composição e de recomposição dos grupos dirigentes. Sendo que esses laços são aqui entendidos como um recurso que foi utilizado no início da política local e como uma estratégia para a composição de redes de relações e alianças dos grupos dominantes. Assim sendo construídas as redes de relações dentro do universo do ofício da política na composição do cargo de vereador, tornou-se possível compreender como se relacionam o uso dos recursos sociais e os modos de dominação na política local riachuelense.

Palavras-chave: Recursos sociais, Ofício da política, Vereadores, Parentela, Rede de Relações, Modos de dominação.

CITY COUNCILORS AND THE POLITICS OF RIACHUELO AS AN OCCUPATION: SOCIAL RESOURCES, NETWORK OF RELATIONS AND DOMINATION

ABSTRACT

This work has as main objective to analyze the social resource's (professional, academic, institutional, politic, kinship, domination, etc.) that are fundamental to structurate the politic as an occupation, and as well, apprehend the abilities that are valued for the constitution and maintenance of a career as a politic professional. Therefore, this is a study about the principles of a professional group, that is defined especially, by the process of construction of a professional career, which is integrated with the electoral resource of vote. The universe of analysis consists in a group of political actors - the city councilors from the 2016's campaign - which are active in the politics of the country of Riachuelo from Sergipe's state, and are constituted as significant structures of authority, as well, they participate in the distribution of social resources for a political consecration into a local and regional level. In terms of methodology, some techniques were fundamental for the caption of the biographies of those actors, which mean the use of questionnaires, direct interviews with the city councilors, the employees from the Chamber of Councilors and political advisors, and also the use of participant observations and field journal. However, the historical construction of politics in Riachuelo stimulated the utilization of the concept of "kinship" (LEWIN, 1993; QUEIROZ, 1976), which allowed to apprehend the central role that is interpreted by the social ties and the systems of alliances and the dynamics of integration and reintegration of leading groups. Those types of social ties are understood as a social resource which was used in the beginning of local political history as a strategy to create and integrate a network of alliances of leading groups. Therefore, the visualization of those social networks into the construction of a professional political career of a city councilor, allowed to comprehend how it is related to the use of different resources and types of domination into the politics from Riachuelo.

Keywords: Social resources, City councilors, Kinship, Network of relations, Modes of domination.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

DER – Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PATRIOTA – Patriota

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PR – Partido da República

PRP – Partido Republicano Progressista

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido Social da Democracia Brasileira

PST – Partido Social Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SD – Solidariedade

SINTESE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe

SISA – Sergipe Industrial S.A.

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNIT – Universidade Tiradentes

UNOPAR – Universidade Norte do Pará

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Parentela	43
Figura 2 – Engenhos e seus donatários: exemplos da dominação colegiada	53
Figura 3 – Elos das Famílias Franco e Leite de Riachuelo: a Parentela ‘Franco-Leite’...	65
Figura 4 – A Família Leite na Política do Município de Riachuelo: séc. XIX aos anos 2017	72
Figura 5 – A Política de Parentela no Município de Riachuelo: década de 40 até os anos 2020	78
Figura 6 – Presidência da Câmara de Vereadores de Riachuelo: Biênio 2017-2018	115
Figura 7 – Presidência da Câmara de Vereadores de Riachuelo: Biênio 2019-2020	116
Figura 8 – Estrutura Organizacional do Município de Riachuelo, Sergipe	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Vereadores de Riachuelo Eleitos (2017-2020)	84
Quadro 2 – Perfis Políticos dos Vereadores de Riachuelo (2017-2020)	94
Quadro 3 – Os Vereadores de Riachuelo: 1951-2017	98
Quadro 4 – Coligações na Campanha Eleitoral de 2016: Prefeitos e Vereadores	109
Quadro 5 – Presidentes da Câmara de Vereadores de Riachuelo: 1951-2020	114

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
Objeto e problema de pesquisa	14
Procedimentos metodológicos	21
A pesquisa <i>in loco</i> : inícios, aventuras e desventuras do ofício sociológico	25
CAPÍTULO I – ESTADO DA ARTE: O CARGO ELETIVO DE VEREADOR – INTERESSES E EXPLICAÇÕES SOCIOLÓGICAS.....	34
1.1. Estudo da Política: possibilidades analíticas	35
1.2. Política como profissão e os políticos profissionais	37
1.3. Parentelas, redes de relações e modos de dominação das elites dirigentes.	42
CAPÍTULO II – ENTRE PARENTES, AFINS E ‘RIVAIS’: UMA SÓCIO-HISTÓRIA DA POLÍTICA EM RIACHUELO, SERGIPE	48
2.1. As famílias e seus engenhos – as bases para a futura política coronelística no município de Riachuelo	49
2.2. Dos coronéis a ‘líderes republicanos aparentados’: o uso de novos recursos sociais no domínio da liderança política local de Riachuelo.....	55
2.3. Lideranças políticas em troncos familiares: os encontros e desencontros de uma política de parentela.....	67
CAPÍTULO III – DIMENSÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM OFÍCIO NA POLÍTICA: O CARGO DE VEREADOR EM RIACHUELO (2017-2020).....	82
3.1. As dimensões objetivas para a investidura no cargo: os recursos sociais dos vereadores riachuelenses (2017-2020).....	83
3.2. Perfis políticos a partir do ofício de vereador em Riachuelo	93
3.3. As habilidades acionadas e apreendidas no <i>métier</i> da política riachuelense.....	101
3.4. Formalidades legais do cargo de vereador <i>versus</i> a prática deste ofício no município de Riachuelo	103
CAPÍTULO IV – AS REDES DE RELAÇÕES E DOMINAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO OFÍCIO DE VEREADOR EM RIACHUELO	107
4.1. Agrupamentos, dissidências e reconciliações: a campanha estadual de 2018.....	108
4.2. O peso das relações de dominação na disputa da Presidência da Câmara.....	112
4.3. As redes de relações e dominação dos vereadores na política local e estadual: os cargos e suas frentes de atuação.....	117
CONCLUSÕES.....	123
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

ANEXOS	136
Anexo 1 – Carta de Apresentação na Câmara de Vereadores de Riachuelo	137
Anexo 2 – Questionário para os vereadores	138
Anexo 3 – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido	144

1. INTRODUÇÃO

Objeto e problema de pesquisa

Essa dissertação intitulada “*Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relações e dominação*”, têm como objetivo central analisar os recursos sociais fundamentais (familiares, escolares, profissionais, institucionais, políticos, redes de relações sociais e de dominação, etc.,) que se destacam na construção do ofício na política, bem como apreender as habilidades valoradas para a constituição e manutenção da carreira de político profissional. Em outras palavras, visa apresentar uma análise sobre as modalidades de inserção, os processos de recrutamento e os investimentos na construção de um ofício na política dos vereadores riachuelenses, eleitos na campanha eleitoral de 2016.

Trata-se, portanto, de um estudo dos princípios e critérios de seleção de um grupo profissional, que se define, sobretudo pela construção de suas carreiras profissionais, somando-se ao recurso eletivo: o voto. Assim, nosso universo de análise consiste num bloco de atores políticos – os vereadores –, que atuam na política do município de Riachuelo, e se constituem como estruturas significativas de autoridade, os quais também participam da distribuição de recursos para a consagração da política local e estadual. Noutro desdobramento, visa examinar as origens sociais, as redes de relações e os princípios de dominação – os recursos acionados e apreendidos no *métier político* (GRILL & REIS, 2015) – acionados por esses atores para garantir sua posição de destaque dentro da política.

Para tanto, o universo empírico da pesquisa será composto pelos 09 (nove) vereadores eleitos para o quadriênio de 2017-2020, os quais formam o corpo legislativo da Câmara de Vereadores do Municipal de Riachuelo. Esses atores passam doravante a serem identificados como políticos profissionais, os quais se utilizam da representação política para se inserem neste ofício, utilizando da carga simbólica atribuída aos seus recursos sociais e às suas habilidades apreendidas para o êxito profissional (PHELIPPEAU, 2001; WEBER, 2011).

A escolha dos vereadores como universo empírico, decorre do esforço analítico de ir à contramão dos consagrados estudos sociológicos da política representativa, que direcionam suas análises aos altos cargos eletivos – governadores, senadores e presidentes, ou seja, a elite política –, relegando aos prefeitos e aos vereadores a esfera de meros componentes da engrenagem política. Ora, entender que os vereadores, até pela sua própria composição eletiva, se constituem em um objeto empírico significativo, se configura pela lógica de visualizar nesses atores uma alternativa de apreensão das relações de formação, composição e

recomposição da política representativa, somando-se ao interesse de demonstrar que a política se realiza em diferentes níveis de associação e interseção.

Como também, possibilita perceber a análise interpretativa da sociologia política em três pontos: o primeiro, a apropriação do município como *lócus* representativo da política. Conforme afirma Queiroz (1976, p. 218), “a política se desenvolveu tendo como núcleo o município”, ou seja, é analisando o município que podemos apreender as reais características da política, numa perspectiva de observar diretamente e de forma mais próxima às engrenagens de articulações do “fazer política” – aqui se vislumbra mais rápido os jogos de encontros e desencontros da militância, inserção, reconversão e transformação em voto dos recursos sociais em prestígio, prestígio esse que se remete em favores, que se se interpõem entre o ato de dar bens, tangíveis ou não, e receber votos; o segundo, diz respeito a perceber por meio desses atores uma compreensão de como se dá as lógicas de representação eletiva, tendo-se em vista, que como menor cargo eletivo da hierarquia política, a base no núcleo da política, possibilita entender o seu papel como agente articulador nas redes de relações e nas estruturas de dominação exercidas pelo controle e distribuição de recursos junto às outras esferas da hierarquia política – prefeito, deputado estadual, deputado federal, governo; o terceiro ponto, é que nos permite apreender numa perspectiva “mais próxima”, as etapas necessárias para o “adentrar” na política, o “torna-se” político, ou seja, em como são recrutados esses atores, e em que lógicas de estruturação esses atores são inseridos no universo da política, ou seja, analisar os meios pelos quais se permite obter recursos sociais e materiais necessários para que se tornem políticos, e participem da diversificação das estratégias de composição da política (FREIDSON, 1986).

Nesse processo de investigação, onde os vereadores compõem a amostra empírica, temos como problema analítico o de identificar quais são os recursos sociais acionados e apreendidos para a construção do cargo de vereador, bem como sobre a apreensão das habilidades alcançadas e incorporadas para a inserção e ascensão na formatação de uma carreira política. Em outras palavras, este problema nos auxilia a entender como esses recursos sociais se tornam importantes para o entendimento dos processos de recrutamento, seleção e consagração na política e na construção de ofício político. Nesta perspectiva, partimos da hipótese de que os recursos sociais são importantes instrumentos qualitativos para a compreensão da relação entre política e espaço profissional.

Assim sendo, busca-se com essa investigação, uma perspectiva dinâmica da composição de formas de recrutamento, inserção, legitimação e consagração na política, onde nos somamos às indagações de Grill e Reis (2015) quanto a uma rejeição por uma “tal

evidente” apropriação de recursos profissionais como atributos indispensáveis para o exercício de funções políticas. Visto que, numa análise interpretativa e compreensiva da dinâmica de formação das carreiras políticas é preciso apreender aquém desses recursos, mas também traçar relações das trajetórias desses políticos, ou seja, a sua história de vida reconstituída a partir de sua inserção na política, bem como as consequências de inserção, os recursos apreendidos durante a construção de sua vida, e assim compreender os seus usos feitos em detrimento das condições de concorrência eletiva. Negando-se assim, o risco de recair na essencialização de aptidões ligadas à aquisição de sucesso profissional como vias de garantias de sucesso político.

Desse modo, analisando as condições de reconversão dos recursos sociais e as habilidades acionadas e apreendidas na formação de um ofício na carreira política, é possível refletir sobre as amálgamas das realidades sociais desse grupo e, num sentido mais amplo, dos condicionantes e das condições do uso político de credibilidades, expressos na configuração de uma espécie de *ethos* político, ou seja, dos traços comportamentais que tornam esses políticos ‘distintos’ na dinâmica política local. Nesse sentido, a presente pesquisa está inserida numa linha de estudos que congrega a Sociologia Política e a Sociologia dos Grupos Profissionais.

Como horizonte teórico, a Sociologia Política nos apresenta as especificidades das instituições e do comportamento políticos e sua interação em outras dimensões da vida social. Por outro lado, a Sociologia dos Grupos Profissionais, focaliza seu direcionamento na descoberta e problematização das múltiplas e notórias recomposições do campo de trabalho, seus ofícios e suas profissões. De tal modo, estabelecer a função eletiva de vereador como um ofício profissional recaiu na perspectiva de perceber a política aquém do âmbito apenas quantitativo dos dados e insere a política no universo das ocupações, como um ofício apreendido por meio da reconversão dos recursos sociais e as habilidades que são valoradas dentro do universo da política, no dia a dia, nos bastidores das convenções e aprendizagens políticas.

Um conjunto de trabalhos da Sociologia Política tem se debruçado na análise da institucionalização, do exercício e da ocupação de posições políticas (PIPA NORRIS, 2013; CODATO, CERVI & PERISSINOTTO, 2013; CODATO, BOLOGNESI & PERISSINOTTO, 2016; GRILL, 2008), onde o papel das instituições e suas relações com os grupos dirigentes. Nesses estudos, o cerne do discurso, é entender quem governa e o seu papel nas instituições políticas, bem como as suas relações com os grupos dirigentes. Soma-se a esses trabalhos, voltados às dinâmicas dos partidos, das normas, dos treinamentos e da

experiência organizacional da política. E trabalhos voltados para a compreensão das realidades empíricas da política brasileira, que nos ajudam a compreender as especificidades estruturais da política brasileira e local (CÂNEO, 2004; PETRARCA, 2017; QUEIROZ, 1976; LEWIN, 1993; SANTOS, 2016).

Os contributos dessa carga teórica, nos remete a Sociologia dos Grupos Profissionais, a qual permite compreender as formas de seleção dos grupos políticos e seus desdobramentos na carreira política, da mesma forma que demonstra a importância das relações sociais no imbricamento de profissão e política. São estudos voltados para os mecanismos de seleção, as dinâmicas de recrutamento e as estruturas de recursos e capitais sociais no espaço social e político (CORADINI, 2001, 2011, 2015). Como também os estudos voltados ao entendimento das estratégias de consagração profissional e na composição das carreiras profissionais políticas (CÂNEO, 2002, 2011), somando-se as pesquisas voltadas para a análise do processo de acúmulo e reconversão de recursos sociais (CORADINI, 2006, 2008; SEIDL, 2004; PETARCA, 2007, 2008; PETRARCA & REIS, 2015; PETRARCA & OLIVEIRA, 2016; GRILL, 2008; GRILL & REIS, 2014).

Assim, um dos desdobramentos apresentados por essa pesquisa, recai nos estudos dos grupos profissionais, onde as profissões são vistas como objetos de prática cotidiana, numa pluralidade de situações, resultantes de diferentes contextos sociais em que são exercidas as correspondentes atividades laborais (GONÇALVES, 2007). Neste sentido, concordamos com o que afirma Petrarca (2015, p. 167) quando fala sobre “a necessidade de pensar a atividade profissional como um processo biográfico e indenitário”, numa espécie de identidade profissional. Diante disso, o peso da socialização profissional e do processo de aprendizagem sobre a tarefa desempenhada redesenha a definição de profissão, bem como os caminhos e percursos acadêmicos para a definição e estudo dos grupos profissionais. Nesse propósito de articular processo biográfico e identitário com a composição de uma ocupação profissional, nos remete a analisar os saberes e as práticas profissionais que são apreendidos no próprio exercício do ofício da política. São esses saberes e essas práticas que resenham o pensamento da profissão para além do espaço acadêmico (dos títulos por hora definidos como condicionantes para a estruturação de uma profissão), mas sim numa soma de particularidades onde as lógicas históricas e institucionais ganham peso e delineiam a própria formação profissional.

Neste ponto de vista, fugindo-se do conceito funcionalista de ‘profissão’ restrito ao peso atribuído aos diplomas acadêmicos e à composição de instituições responsáveis pela formação desse corpo profissional, compreendemos o ofício político como um ofício

legítimo, baseada na atuação profissional e na formação de grupos dirigentes (CORADINI, 1997; LOUREIRO, 1997) com atuação na esfera política, na qual a composição e a formatação de carreiras profissionais se legitimam como objeto de análise sociológica. Nesse ínterim, os vereadores ganham destaque nesta investigação, os quais são vistos como atores ou “profissionais” da representação política, cuja legitimidade depende diretamente de processos eleitorais, compelidos a se posicionar diferentemente conforme a esfera de poder político em que atuam, ou seja, mais voltados à legitimação externa ou frente aos “leigos” ou, então às instâncias decisórias (CORADINI, 2001).

Assim, mais do que compreender apenas as meras relações estabelecidas no exercício profissional do ofício, o uso dos recursos sociais e a apreensão do que podemos chamar de competências e habilidades do “fazer política e ser político”, trata-se do exame analítico dos imbricamentos dessas realidades cotidianas com outras esferas de atuação e formação de liderança, numa espécie de “transfiguração” da “profissão” e sua conversão em recursos eleitorais e em estratégias de recrutamento, inserção, seleção e consagração na política, ou seja, os processos de reconversão desses recursos em habilidades significativos para o ofício da política.

De tal modo, a análise entre profissão e política deve considerar a forma como se configuram as esferas sociais e os recursos a elas associados (políticos e profissionais), em situações históricas particulares – por isso a importância das biografias e das trajetórias. Em função disso, trata-se de considerar a relação entre as esferas de atuação nas quais os governadores estão inseridos e os recursos sociais acumulados e acionados neste processo de investimentos, recrutamento e consagração na carreira do ofício da política. Esta relação torna-se uma maneira peculiar de analisar os processos de identificação e as representações produzidas sobre o universo profissional – a política – que estão inseridos, uma vez que as identidades são produzidas através do processo de inserção dos indivíduos em múltiplas esferas sociais e pela forma como eles constroem as percepções e os ajustes entre tais espaços.

Desempenha importante papel nesse processo de construção dessas modalidades de inserção, recrutamento e investimento na construção de ofício na política, os “acidentes biográficos” - *turning point* (HUGHES, 1981) – os quais se constituem como momentos de reorientação biográfica e que podem ter como estimuladores as crises pessoais, os ciclos de vida (casamentos, nascimento de filhos, envelhecimento), as experiências de conflito familiar, entre outros. Esses eventos e rupturas são constitutivos das trajetórias e permitem reorientar a carreira e direcionar os investimentos profissionais e militantes na articulação e composição da política em ofício.

Neste ínterim, justifica-se a relevância deste estudo, de investigar sociologicamente a dinâmica do uso dos recursos sociais e das habilidades acionadas e apreendidas (saberes adquiridos na prática cotidiana da política) para o exercício do ofício da política. Tendo assim, duas dimensões analíticas para entender como se institui o cargo de vereador, uma quantitativa, que decorre da análise dos recursos sociais, e uma segunda dimensão qualitativa que se refere à análise das habilidades e dos saberes adquiridos no próprio mundo da política, e como tais habilidades e saberes envolvem o uso desses recursos sociais acionados e reconvertidos em trunfos eleitorais por esses atores. Desta forma, decorre de um duplo desafio, teórico de relacionar a política com lógicas de estruturação e construção de uma carreira profissional, e metodológica no sentido de apreender nas realidades empíricas investigadas, neste caso, na composição do cargo de vereador, as suas particularidades históricas e institucionais propulsoras para a composição de um ofício eletivo dentro do universo discursivo da sociologia das profissões e dos grupos profissionais. Juntas, nos possibilita construir uma interpretação sociológica que analisa as questões sobre a realidade da dinâmica sócio-política de reconversão das carreiras profissionais em carreiras políticas e na construção de ofícios, dentro do universo da sociologia política e dos grupos profissionais.

Quanto à escolha do município de Riachuelo como recorte geográfico – município esse que fica localizado na microrregião do Baixo Cotinguiba (conhecida hoje como região da Grande Aracaju), a 29 km da Capital, Aracaju – como sede de investigação, se dá em virtude da sua contribuição histórica, social, política e econômica para o estado de Sergipe. Historicamente, o município de Riachuelo participou ativamente da economia açucareira, pois as terras, inicialmente doadas para o início de colonização promovida pela coroa Portuguesa, em Sergipe, se deu na zona do interior, estendendo-se por toda zona do Vale do Cotinguiba. Durante esse período, o que hoje é o município de Riachuelo pertencia à cidade de Laranjeiras, que prosperava economicamente em virtude das grandes áreas destinadas ao cultivo da cana de açúcar. Com o seu desmembramento, Riachuelo passa a categoria de Vila e em detrimento do quantitativo de seus engenhos (aproximadamente 35 engenhos¹), tornando-se um dos principais polos de escoamento de açúcar de Sergipe.

Esse fato histórico soma-se a constituição das grandes famílias oligárquicas em Sergipe, pois foi através do processo de constituição dos engenhos que esses senhores

¹ Sendo o município de Riachuelo pequeno em suas dimensões territoriais, é significativo evidenciar que em meados do séc. XIX somavam 35 (trinta e cinco) engenhos, o que o torna para época um dado significativo, principalmente quando relacionado ao seu desmembramento da cidade de Laranjeiras, que era o maior polo açucareiro no estado de Sergipe.

começam a dominar a cena de liderança representativa na política local, bem como traçar as bases estruturais do domínio local. Grandes famílias ganharam notabilidade no final do século XIX e estenderam seu domínio de forma coronelística até os meados dos anos 30, ao que Queiroz (1976) chama de “domínio de base familiar”, tomando como princípio estrutural a “parentela”, que corresponde a um sistema de alianças políticas, econômicas e social que norteava a política de vínculos familiares na política municipal brasileira, e em Sergipe e Riachuelo não foi diferente. Por meio desse mecanismo de estruturação política, é que as redes de relações, inicialmente destinadas aos parentes consanguíneos e afins, ganham proporções maiores e tornam-se “relações de base familiar”, onde as alianças ganham novos contornos e se estende à diferentes parentelas. Essas relações de dominação, esclarecidas através das relações de base familiar são importantes “para compreender as conexões entre as chamadas “famílias de elite”, a política e outras esferas” (PETRARCA & OLIVEIRA, 2016, p. 204).

Riachuelo como cenário dessas conexões entre dominação familiar e política com outras esferas sociais, destacam-se as famílias Leite, Franco e Rollemberg, que são identificadas pela historiografia sergipana como os pilares da estruturação do espaço de poder em Sergipe (LEANDRO & SANTOS, 2010). Os ‘Leite’ característicos em dois municípios do estado de Sergipe, Riachuelo e Itaporanga, os ‘Franco’ do município de Laranjeiras e os “Rollemberg” do município de Estância. Contudo, em uma análise minuciosa desses troncos parentais, percebemos que as antigas distinções territoriais que definiam as linhagens familiares desses atores se alinham numa configuração das parentelas, entre os matrimônios consanguíneos e afins e como forma de manter o poderio e domínio sobre a dinâmica social e política local. Isso é o que demonstra os trabalhos de Ariosvaldo Figueiredo (1989) e Ibarê Dantas (2002), que comprovam a existência de singularidades nas articulações políticas nos interiores – as disputas familiares, os condicionantes econômicos, estruturação do próprio município –, como forma de definir as dinâmicas de estruturação do Estado e, por conseguinte refletir nas lógicas da administração central do Estado que sofre diretamente as influências da dinâmica política municipal, como é o caso de Riachuelo.

Quando analisamos o desenvolvimento da institucionalização das profissões do cenário sergipano, percebemos a influência dessas famílias e sua reconversão dos seus recursos materiais e sociais em diversas áreas da estruturação do Estado. Por exemplo, na análise sobre as elites médicas, acabamos descobrindo com o estudo dos principais médicos que se destacaram durante o final do século XIX e início do século XX, o médico Augusto César Leite. Esses advêm do tronco familiar da família Rabello Leite (de Riachuelo) com a

família Accioly e Rollemberg (Itaporanga). Ele sendo natural do município de Riachuelo e que toda a sustentação política, econômica e cultural dele provém do seu local de nascimento. Pois, as articulações para a institucionalização da sua profissão se deram em virtude da existência de “parentes” nos mais diversificados ramos da estrutura do Estado. Pois, seu irmão era empresário e político de representatividade (Silvio Leite), como também, seu sobrinho era o Governador do Estado (José Rollemberg Leite), o seu genro era um dos proprietários da principal fábrica de açúcar de Sergipe (Usina São José do Pinheiro) e também foi governador do estado de Sergipe em meio à tutela militar, condicionando assim as estruturas político-partidárias a favor dos seus aliados e familiares, ou seja, o médico Augusto Leite, fez uso dos seus recursos sociais a favor da promoção de seus interesses privados e políticos, bem como na institucionalização de profissões e distribuição de outros recursos. Ao que chamamos do uso dos recursos sociais, das redes de relações e as dinâmicas de dominação que estruturam as lógicas do Estado.

Assim sendo, adentrando as lógicas de formatação da política do Estado de Sergipe, percebemos ao longo da formação histórica uma soma de casos argumentativos em que apontam para a constituição de uma política de base familiar, onde as facções, parentelas, parentescos e partidos estão imbricados ao sustentáculo de sucesso e insucesso da política, bem como na constituição de um ofício dentro da política.

Desta forma, tomar o município de Riachuelo como ‘um caso’, demonstra-se de significativa importância para os estudos sobre as dinâmicas das profissões e da política tendo em vista que nos permite compreender as lógicas de estruturação e institucionalização do ofício da política, o qual se estabelece para além das normativas impostas pela investidura do cargo eletivo, mas tanto por conta da análise das formas de acesso, dos recrutamentos e das investidas no cargo, na dinâmica da disputa eletiva e na utilização dos recursos sociais como trunfos significativos para composição de suas carreiras políticas. Assim, o ofício é entendido e instituído com base na soma dos recursos sociais, que são as suas redes de relações políticas, institucionais, familiares e nos princípios de dominação exercidos pela própria investidura no cargo e da própria dinâmica política, ao que chamamos das habilidades e saberes apreendidos e aprendidos no cargo de vereador.

Procedimentos metodológicos

Tomando por base o objetivo geral desta pesquisa, que é identificar e analisar os recursos sociais e as habilidades acionadas e apreendidas pelos vereadores riachuelenses eleitos no pleito de 2016 e, com isso compreender como esses qualificativos sociais foram e

são reconvertidos em trunfões eleitorais para a construção do ofício na política e a inserção e manutenção desses atores na carreira de político profissional. Especificamente, buscamos: (i) identificar os 09 (nove) vereadores eleitos para o corpo legislativo da Câmara Municipal de Riachuelo no quadriênio de 2017-2020²; (ii) Elencar os recursos sociais (familiares, escolares, profissionais, institucionais, políticos, militantes, suas redes de relações e dominação, etc.) que se destacam e que foram valorados para o acesso ao cargo de vereador em Riachuelo; (iii) Compreender as habilidades apreendidas e acionadas no *métier* da política para a construção do ofício da política; (iv) Identificar os princípios de definição e identificação com o ofício de político. (v) Compreender as esferas de articulação que associam seus recursos junto às diversas esferas sociais e que alimentam estratégias de reprodução social (política, militância, partido, trabalho, amizades, patrimonial etc.). Assim, possibilitando entender a configuração política do município, ou seja, em que possíveis redes de relações esses vereadores estão ligados e suas estratégias de consagração por meio delas na política; e (vi) Construir um “perfil político” (político profissional) desses vereadores, com vistas a apresentar uma interpretação de como se processa a reconversão de recursos sociais em bases de ascensão profissional política – o ofício da política.

Com base nos objetivos geral e específicos apresentados, somando-se ao problema de pesquisa que norteia toda a investigação proposta, que é de identificar “quais são os recursos sociais acionados e aprendidos para a construção do cargo de vereador, bem como sobre a apreensão das habilidades alcançadas e incorporadas para a inserção e ascensão na formatação de uma carreira política”. Apresentamos uma síntese dos capítulos que compunham a referida dissertação, a qual se apresenta: o **Capítulo I**, o estado da arte, que compreende as linhas teóricas utilizadas para embasar a discussão proposta. Iniciamos com um estudo sobre a política, mais precisamente sobre a sociologia política, as abordagens que mais são utilizadas pelos estudos sociológicos que circundam essa área; por conseguinte, apresentamos como esses estudos se inclinam na discussão da política como uma profissão, assim sintetizando a instituição de um ofício na política; e por fim, apresentamos as análises que circundam a política com as outras esferas sociais, precisamente o uso dos recursos sociais na estruturação dos espaços da política, como por exemplo, as parentelas, as redes de relações e os modos de dominação.

² O quadro legislativo da Câmara de Vereadores de Riachuelo é atualmente composto de 09 (nove) vereadores, entretanto ao longo do desenvolvimento da pesquisa, um desses vereadores abdicou do cargo para assumir o cargo de Secretário Municipal, em virtude dessa mudança, a pesquisa continuou com a investigação tanto com esse vereador como com o seu suplente, totalizando assim um total de 10 (dez) atores analisados.

Por conseguinte, desenha-se no capítulo posterior (**Capítulo II**), a construção sócio-histórica e política da região geográfica que tomamos como campo de captação do nosso objeto de análise – os vereadores. Assim sendo, é de fundamental importância construir a historicidade da política do município de Riachuelo. Neste capítulo, a construção da política riachuelense tomará como arcabouço as disputas e os movimentos históricos envoltos no domínio e difusão dos recursos sociais ao longo dos períodos históricos. Partimos assim, da análise das parentelas que dominaram o cenário político desde o final do século XIX até meados dos anos 30, e buscamos fazer um movimento que entrelace as mutações e reconvenções dos recursos sociais na busca do domínio da dinâmica política do município e como essa reflete na política local e nacional. Demonstrando assim, como foram construídas as redes de relações e dominação da sociogênese política no município, procurei apenas sinalizar como eram traçadas essas relações, ou seja, em como se deu “o elo entre os ‘Leites’ e os ‘Francos’ de Riachuelo”, apresentando assim uma hereditariedade política baseada nos princípios atribuídos pelo conceito analítico da parentela.

Para tal conteúdo, autores como Isaura de Queiroz (1976), Linda Lewin (1993), Vilaça & Albuquerque (2006) e Murilo de Carvalho (1996) tornam-se fundamentais no entendimento das lógicas municipais da política, somando-se aos trabalhos de Ibarê Dantas (1974; 1987; 1989; 2002; 2004; 2009; 2014 e 2017), os quais nos permite reconstruir a evolução dos fatos históricos e políticos do Estado, possibilitando assim construir uma sociogênese da política de Riachuelo. Como também os trabalhos de Ariosvaldo Figueiredo, “*História Política de Sergipe*” vol. 1 e 2 (1986/1989), somando-se a enciclopédias da política de Sergipe, biografias, como é o caso do livro de Teles Araújo “*Genealogia Sergipana*” (2010), Vieira Dantas com “*Vida Patriarcal de Sergipe*” (1980), Lopes Bragança com “*Sergipe por um óculo*” (1964), Luiz Mott com “*Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*” (1986). E especificamente os trabalhos de Martins Bezerra (2012), “*Riachuelo – passado de Riquezas*”, que trata das especificidades políticas, culturais e econômicas do município, somando-se aos textos do *Sergipe Panorâmico* (2009), desenvolvido pela Universidade Tiradentes, como também da *Revista Cinform Municípios* (2002). Somam-se a esses trabalhos as pesquisas no setor de Protocolo e Arquivo da Câmara de Vereadores de Riachuelo, efetivamente nos Livros de Ata das Reuniões Ordinárias.

Arelado ao capítulo anterior, o **Capítulo III** apresenta as dimensões objetivas e subjetivas necessárias para a construção do cargo de vereador no ofício da política, privilegiando-se os dados sociográficos dos atores entrevistados, ou seja, trata da apreensão dos recursos sociais para a investidura no cargo eletivo, assim como apreender as habilidades

e os saberes utilizados no jogo da política por esses atores. Para tal conteúdo, utilizaremos a composição das entrevistas biográficas, e entrevistas semiestruturadas, a qual será dividida em cinco momentos: a) identificação das origens sociais, posição e trajeto escolar; b) trajeto profissional; c) trajeto político e militante; d) atuação em outras esferas sociais, como por exemplo, amizades, patrimônio etc.; e) tomadas de posição em matéria de profissão e política, ou seja, articulações entre seus recursos profissionais e a política no município. Essas entrevistas permitiu compreender tanto a estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo na composição da carreira profissional como político e suas tomadas de decisões, os princípios de adesão e de identificação profissional como político, bem como as concepções de profissão, do ofício da política. Esses dados contribuíram para a construção de perfis políticos dos vereadores riachuelenses (2017-2020), bem como adentra nas questões relacionadas à subjetividade do cargo de vereador, ou seja, a apreensão das habilidades que são acionadas e reconvertidas em trunfos eleitorais, e para a consagração na carreira política.

No **Capítulo IV** será voltado para a análise das redes de relações e dominação utilizadas pelos vereadores riachuelenses como aportes para a manutenção e consagração na política. Aqui serão apresentados alguns casos onde se ilustram essas relações, como também as disputas que as envolvem e como são consolidadas as redes de dominação dentro da composição e construção do ofício político desses atores. Ou seja, em que redes de relações e dominação esses atores estão inseridos e como fazem uso desses recursos sociais para a manutenção de seu cargo eletivo, demonstrando assim que as lógicas de estruturação da política municipal estão muito mais ligadas a um jogo de articulações do que ao mero êxito eleitoral.

Por conseguinte, apresentamos as **Conclusões** dessa dissertação, que objetiva trazer contribuições significativas para o avanço das discussões sobre os grupos profissionais e por uma sociologia política que toma o município como base para a construção da dinâmica representativa eleitoral. Onde nesta junção entre política e profissão, toma a política como um campo de apropriação de habilidades e “truques” específicos de sua realidade específica, componentes necessários para a dinamização de uma profissionalização – o construir de um ofício, e de entender que o município é um universo empírico significativo para observar, interpretar e compreender a formação de políticos e suas engrenagens sociais. E assim, obter por meio dessa preocupação, compreender as relações existentes nas possibilidades de reconversão de recursos sociais e competências adquiridas em diversos âmbitos (políticos, famílias dirigentes, etc.) em recursos eleitoreiros e requisitos de sucesso para o ofício da

política, na configuração de políticos profissionais. Se finda com as **Referências Bibliográficas** que foram utilizadas na composição dessa pesquisa.

A pesquisa *in loco*: inícios, aventuras e desventuras do ofício sociológico

Como se aventurar no universo da política e buscar compreender e interpretar as suas articulações, os jogos de relações e interesses? Essas foram o que aqui chamo de ‘aventuras’ do adentrar na investigação sociológica sobre os vereadores em Riachuelo.

No interior a dinâmica política acontece diferente das grandes cidades. Isso é fato, mas o quê de fato a torna semelhante em todo jogo político é como são construídas as lideranças políticas. Desde cedo, passamos a acompanhar a formação política dessas lideranças em virtude de suas relações sociais, ou seja, “*é o fulano que é filho de sicrano*”, “*fulano é o novo menino de seu sicrano*”... Essas informações nos são repassadas corriqueiramente, sem nenhum peso interpretativo, sem nenhuma construção compreensiva de como esses laços são construídos e ou como são construídas as conexões entre essas pessoas e a política.

Contudo, com a inserção no curso de graduação em ciências sociais, e com a participação no Laboratório de Estudos do Poder e da Política – LEPP/UFS³, e por meio da participação nos projetos de pesquisa, principalmente o intitulado ‘Elites Médicas’⁴, do qual durante a minha graduação fiz parte como bolsista voluntário e posteriormente como estudante do mestrado como pesquisador. Neste projeto de pesquisa, aprofundamos as nossas análises a respeito dos aspectos relacionados à institucionalização na medicina em Sergipe, e dentro dessas perspectivas acabamos nos debruçamos sobre as questões inerentes a importância das relações sociais e de dominação existentes na composição dos recursos sociais utilizados por esses médicos sergipanos, aos quais intitulamos de ‘elite médica sergipana’. Contudo, um dado tornou-se significativo e que me direcionou a debruçar mais especificadamente aos usos desses recursos na composição de um ofício na política, que foi despertado através da análise da trajetória do médico Augusto César Leite.

³ O LEPP foi fundado em 2007, sendo formado pelos professores, a Dra. Fernanda Petrarca e o Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira e por estudantes da área de Ciências Sociais. Vinculado ao Departamento de Ciências Sociais (DCS) e aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFS) e Antropologia (PPGA/UFS). Reúne trabalhos que tenham como eixo comum a reflexão sobre os princípios de estruturação e as dinâmicas de funcionamento do poder e suas relações com gramáticas e práticas políticas diversificadas.

⁴ Os projetos de pesquisa denominados ‘Elites Médicas’, compreendem 03 (três) projetos centrais, sendo eles: 1º) Condições de exercício da medicina em Sergipe: formas de entrada, recrutamento e investimento (PIBIC/PICVOL-2014/2015 – PVD2068-2014); 2º) Elites médicas em Sergipe: modalidades de inserção, recrutamento e investimentos na medicina em Sergipe (PIBIC/PICVOL-2015/2016 – PVD3184-2015); e 3º) Elites profissionais e modalidades de investimento na medicina em Sergipe (PIBIC/PICVOL-2016/2017 – PVD4304-2016).

Sendo ele, médico e natural do município de Riachuelo, as relações sociais desenvolvidas por esse médico na composição do seu ofício, nos levou a ampliar nossa discussão argumentativa, principalmente em relação ao peso que não era dado as relações sociais como condicionante significativo para o entendimento das engrenagens políticas e das linhas e elos singulares na construção de qualquer ofício. Um desses avanços argumentativos deu-se através do conceito de ‘parentela’ (LEWIN, 1993; QUEIROZ, 1976). Conceito esse que foi crucial para o entendimento sobre as escolhas, os arranjos e os encontros e desencontros da política brasileira, atribuindo peso as relações consanguíneas e sociais.

Foi em meio ao uso da Parentela⁵ como conceito analítico, a amplitude de informações sobre como tratar informações inerentes ao uso de recursos sociais na construção de ofícios profissionais, e o peso das relações afetivas e as linhas de dominação que delas se constroem que se deu início a construção desse trabalho. Assim, despertando o desejo de desenvolver uma pesquisa mais aprofundada em como se deu a construção política das principais lideranças políticas em Riachuelo.

Essas questões somaram-se a outras, intimamente subjetivas, como por exemplo, o fato dos meus familiares serem naturais e residirem ainda hoje neste município, bem como por ter vivido grande parte da minha adolescência e juventude lá, o que soma aproximadamente uns 20 anos. Em virtude desses pontos e com o avanço do entendimento sociológico a respeito da política, ocasionou o desejo de melhor compreender a dinâmica política vivenciada e assistida neste município, ou seja, o desejo de compreender como se configura e se alicerça a política institucional e relacional num pequeno município do estado de Sergipe. Em outras palavras, compreender as relações políticas que sempre observei, mas que não conseguia entender como se processava e se constituíam a formação de lideranças políticas no município.

Esses, aos quais identifico como lideranças políticas no e do município, já faziam parte do meu convívio, ora por fazem parte dos mesmos espaços de socialização, como grupos da igreja católica, mesma escola pública, mesmo grupo de estudos e esforço escolar, entre outros. No interior, todos acabam se conhecendo e mantendo relações de coleguismo, seja por meio de amigos afins ou por questões de frequentarem os mesmos espaços – praças, clubes esportivos, etc. Eu, particularmente, em virtude da minha mãe ter um pequeno estabelecimento comercial (salão de beleza), então todos acabam a conhecendo e por

⁵ Maiores informações a respeito do conceito de Parentela será desenvolvido no Capítulo II desta dissertação, no tópico ‘1.3. Parentelas, redes de relações e modos de dominação das elites dirigentes’.

somatória os seus filhos. Nesse caso, passei a ter contato com uma variedade de pessoas do município, desde os mais humildes até os filhos dos filhos de líderes políticos e ou grandes comerciantes locais.

Assim, identificar as lideranças políticas locais de hoje foi uma tarefa fácil de ser definida, tendo-se em vista que muitas desses atores já faziam parte da minha juventude e que hoje estão em cargos políticos significativos. Esses atores são claramente identificados por uma espécie de “certo prestígio”, seja por conta de sua condição socioeconômica e ou até mesmo pela hereditariedade política acionada – netos e bisnetos de políticos e/ou pessoas ilustres na cidade, como por exemplo, médicos, professores, promotores, etc. –, os quais passaram a construir e ganhar notabilidade social por meio do uso dos seus recursos sociais e perceberam na política uma forma de manterem a sua posição hierárquica significativamente, assim, candidatando-se inicialmente como ‘pessoas políticas’, ou melhor, vereadores e por conseguinte, futuros candidatos a prefeitos.

Identificados esses atores como líderes ou representantes políticos locais, deu-se o processo de inserção no campo de investigação, a qual se deu de forma tranquila por motivos singulares. Primeiramente por conta de pertencer a uma família que reside no município, facilitando assim o acesso a informações e possibilitando maior entrosamento com a dinâmica política local, somando-se a minha formação em Ciências Sociais. Sendo essa um facilitador, pois creditou o meu acesso ao universo empírico. Assim sendo, facilmente fui ganhando entrada entre os vereadores, ainda que de forma esporádica, seja ela em meio às conversas nos eventos públicos e festivos do município, ou nas atividades as quais passei a ser convidado a participar como palestrante em eventos culturais e educacionais. O que ocasionou a construção de uma rede de contatos entre mim e os vereadores, assessores e amigos mais próximos desses atores.

A investigação sociológica iniciou de fato em meio a disputa eleitoral da campanha de outubro 2016, quando as duas chapas majoritárias defendiam as suas coligações e seus planos de governabilidade. Foi aí, com o início da campanha que comecei a acompanhar sistematicamente os vereadores. Somando-se um total de 48 (quarenta e oito) candidatos, distribuídos nessas duas chapas, concorrendo a 09 (nove) cadeiras no legislativo riachuelense, sendo que o eleitorado da cidade circunda em aproximadamente 7.647 (sete mil, seiscentos e quarente e sete) eleitores.

Utilizando-se da observação participante, e do uso do diário de campo, fui coletando as informações inerentes aos vereadores, tipo, “*como eram identificados pelos seus eleitores declarados*”, “*como chegavam a dirigir seus discursos*”, “*a receptividade que tinham em*

alguns bairros e a diferença de atuação e acolhimento em outras”, e principalmente, como eles se identificavam com os projetos de governo municipal e estadual, ou seja, se eram da situação ou da oposição”. Tudo isso era coletado, inicialmente de maneira vaga, mas que posteriormente serviram de base para se chegar à formulação do próprio problema de pesquisa – como são acionados e reconvertidos os recursos sociais desses vereadores em trunfos para composição de uma carreira política, na constituição de um ofício na política, somando-se a apreensão das suas habilidades ora acionadas e ora aprendidas no dia a dia da política. Tendo-se em vista que do percentual total de candidatos, os que mais tinham notabilidade no ‘boca à boca’ das ruas, eram os que de alguma maneira já estiveram envolvidos em cargos públicos eletivos ou proviam de famílias que tinham história política no município. Daí o interesse de somar a investigação o peso do recurso familiar na constituição desse ofício na carreira política.

Durante a campanha, nos comícios, nas passeatas, carreatas pelos povoados, pouco a pouco os laços de confiança traçados entre eu-pesquisador – mesmo que ocultamente inserido – e dos vereadores. Foi possível perceber claramente o que Pâmella Santos (2016) nos demonstrou em seu trabalho sobre cabo-eleitorais, o qual toma os vereadores como agentes de articulação entre as outras hierarquias da política – prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores – pois esses também além de desempenharem a função eletiva, também exercem esse outro ofício, tendo em vista que são eles os políticos mais próximos da população. Ao que podemos inferir que na realidade empírica dos vereadores, esses se comprometem e se atrelam a redes de articulação mais amplas do que as que são claramente expostas na ‘política de chão’ do próprio município.

Passando-se o período de campanha e os vereadores já eleitos e empossados iniciou-se o acompanhamento particular com alguns vereadores, as relações com eles se estreitaram, e assim permitiram que eu pudesse ter maior acesso a informações inerentes aos seus projetos, ações individuais e corriqueiras do seu dia a dia. Esse acompanhamento foi facilitado principalmente através do acesso à Câmara de Vereadores, a qual se tornou o meu ponto de apoio e coleta de informações mais detalhas de todos os vereadores, como também para a composição dos perfis biográficos dos ex-vereadores, visto que tenho interesse em construir historicamente as linhas de sucessão dos vereadores atuais, bem como compor a sociogênese da política municipal.

Assim sendo, acompanhando as sessões das Reuniões Ordinárias – as quais acontecem nas terças e quintas-feiras, sempre no mesmo horário (a partir das 17h00min) e que inicialmente eram transmitidas também ao vivo pelas redes sociais, no perfil oficial da

Câmara no *Facebook*. Em seguida apresentei-me oficialmente ao Presidente da Câmara, o qual dedicou total atenção e disponibilidade de acesso a qualquer documentação e ou material necessário para a execução da minha pesquisa, inclusive a disponibilidade de uso da Sala de Reuniões das Comissões para que caso eu precisasse ficar pesquisando para além do horário de funcionamento da Câmara, que é das 07h00 às 13h00min. Na Câmara, a perspectiva de se ter um estudante de mestrado interessado em investigar a história política do seu município, atrelado a entender as nuances da própria casa legislativa, fez com que o Presidente acatasse de imediato a minha solicitação de inserção e participação no cotidiano da casa. As visitas a Câmara aconteceram principalmente durante os meses de recesso parlamentar –dez/fev. 2018.

Contudo, respeitando-se o regulamento da Câmara, especificadamente o seu artigo 202, no qual estabelece a confecção de um pedido formal direcionado ao Presidente da Câmara para quê se possa obter acesso a quaisquer documentos oficiais existentes em seus arquivos. Para tal propósito, foi solicitada ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação a confecção de uma Carta de Apresentação solicitando o acesso a essas informações (**Anexo 01**). Oficialmente regulamentado para a continuidade da pesquisa, o acesso às informações foi facilitado através do assessoramento de uma Assessora Parlamentar (amiga da minha família), que auxiliou no contato direto com os outros funcionários da Câmara.

Conforme sinaliza Becker (1997), o arquivo pode ser um universo de possibilidades para um sociólogo. E o da Câmara de Riachuelo tem se demonstrado esse mundo de possibilidades e informações. Sendo composto por pastas com documentação orçamentaria, livros de atas, fitas de áudio das plenárias, livros de registros de presenças em comissões especiais, documentação de escritório de despachos e realidades burocráticas da própria Câmara, Termos de Posse, Titulações oficiais dos Vereadores, bem como Atos oficiais dos Prefeitos, menções honrosas dos vereadores, os projetos, proposições, etc.,... E é em meio a esse leque de dados que se inicia o que posso chamar de “desventuras” na pesquisa. Pois ao adentrar o arquivo, encontramos um arquivo completamente desarrumado e repleto de lacunas nas suas informações. Períodos históricos completamente comprometidos pela ausência de informações. A grande maioria dos documentos data da década de 50, embora com períodos fragmentados, principalmente durante a década de 60 e 70 – curiosamente, o período da ‘tutela militar’ (DANTAS, 2014).

De acordo com as conversas informais com os funcionários mais antigos da Câmara, os documentos se perderam em virtude da mudança e instalação definitiva da Casa Legislativa no prédio que se encontra atualmente, tendo em vista que antes da década de 80, toda a sua documentação encontrava-se arquivada na Prefeitura Municipal, a qual ainda é portadora de

muitos documentos e que segundo informações, encontra-se em processo de arrumação para que viabilize o acesso e a pesquisa de quem assim o queira. Em virtude dessa fragmentada existência de dados, para a Diretora Geral, a Sra. Eleniza Gonçalves⁶, “*os documentos se perderam todos na Prefeitura [...] eles não tinham o costume de guardar nada... tudo pedem aqui na Câmara. Mas efetivamente em 88 (menção ao ano de 1988) é que criamos a preocupação de guardar toda documentação certinha, pois foi realizado concurso público e os setores bem estabelecidos*”.

Em virtude da inexistência desses documentos, foi preciso escolher uma fonte de dados que melhor compusesse maiores informações possíveis para a composição da pesquisa. O que se fez a escolha pelo Livro de Atas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias, pois são os que melhores reconstroem o período de 1951 até 2017. O que chegou a um total de aproximadamente 20 (vinte) livros de Atas, pois mesmo contendo 02 (dois) biênios para cada mandato, costumava-se utilizar o mesmo livro para cada mandato legislativo.

Outras fontes de informações foram utilizadas para a coleta de dados inerentes aos vereadores, principalmente o uso dos *sites* oficiais do executivo e legislativo municipal⁷. Por meio desses *sites* foi possível ter acesso a uma gama de documentos oficiais, a exemplo das leis e decretos municipais, os quais ajudaram na construção das análises relacionadas ao dia a dia da política institucional no município. Soma-se a isso, o acompanhamento das redes sociais particulares de cada vereador – *Facebook* e *Instagram* – visto que, os vereadores passaram a utilizar-se desses algoritmos como fontes de divulgação de seus trabalhos políticos, e assim ampliarem sua rede de divulgação política, como por exemplo: as suas visitas às lideranças políticas de outros municípios; recebimentos de títulos, homenagens e honrarias; divulgação dos trabalhos prestados subjetivamente aos seus eleitores, entre outros. Como também como uma ferramenta na busca de novos seguidores, o que para eles se traduzem em contatos e ‘potenciais eleitores’.

Outra técnica para a coleta de dados deu-se por meio da observação participante, que aconteceu não somente na Câmara de Vereadores, mas também nos diversos espaços de institucionalização dos quais os atores se faziam presentes, principalmente nas solenidades públicas, nas festividades, em homenagens e velórios de figuras ilustres no município. São exemplos dessas solenidades, festividades e homenagens: a diplomação e posse do executivo

⁶ O nome foi trocado para manter a integridade da entrevistada.

⁷ Site da Prefeitura Municipal de Riachuelo, SE: <http://www.riachuelo.se.gov.br/>; Câmara de Vereadores de Riachuelo, SE: <https://www.camaraderiachuelo.se.gov.br/>

e legislativo municipal; as festividades religiosas em homenagem a padroeira do município (Senhora da Conceição) no 08 de dezembro; as festividades relacionadas aos dias cívicos no município, como a sua emancipação política, os desfiles cívicos, as cerimônias de posse e transferência de cargos dos vereadores em sessões solenes; as festividades religiosas dos cultos de matrizes africanas (candomblé e umbanda); as homenagens feitas nos feriados nacionais, estaduais e municipais, como o Dia das Crianças, Emancipação Política de Sergipe, Independência do Brasil e Proclamação da República; acompanhamento da inauguração de obras públicas. Esse foi outra forma de acesso aos vereadores, acompanhando ao longo desses dois anos (2017-2018) das principais festividades no município. Pois através dessas, foi possível articular o contato para as entrevistas, como também contribuiu para o entendimento sobre as habilidades políticas desenvolvidas por esses atores – o acesso a eleitores, a maneira como esses políticos se interligam aos grupos de representação partidária, as maneiras utilizadas por esses atores no que diz respeito à efetiva participação e socialização comunitária.

Sinalizo neste mesmo bloco, a observação direta em velórios de “pessoas ilustres” na cidade, a exemplo do ex-prefeito João Grande (falecido em 24 de novembro de 2018). Isso porque durante esses episódios, tornou-se possível perceber como esses vereadores se comportam politicamente nessas cerimônias fúnebres, bem como, possibilitou perceber que a dinâmica política ultrapassa os muros da institucionalidade e ganha dimensões subjetivas, as quais necessitam serem analisadas. E serão apresentadas no capítulo relacionado à construção do ofício político desses atores.

Um truque de pesquisa significativo para a coleta do que não se é dito e significativo para a investigação sociológica (BECKER, 1999), foram às conversas informais com os vereadores, seus familiares, seus assessores, e com os funcionários da Câmara de Vereadores. O contato informal com esses atores, nos mais diversos espaços de socialização dentro do município, facilitou o acesso a informações e a aquisição de dados necessários à construção da análise interpretativa dos dados. Como também o acesso aos familiares desses vereadores. Suas esposas, filhos, primos, pais, etc., contribuíram para acrescentar as argumentações relacionadas à construção da trajetória política desses atores. Somando-se ao acesso aos assessores, os quais descreveram informalmente como esses políticos lidam no dia a dia da política com as suas atribuições e como esses constroem habilidades significativas no jogo político. Já as conversas com os funcionários da Câmara de Vereadores. Os funcionários da Câmara apresentaram por meio das conversas como se dá funcionamento e as formas desburocratizadas de acesso que se dá junto aos vereadores e aos seus assessores. Ou seja,

demonstraram que no dia a dia da política institucional, o acesso a esses atores se dá de uma maneira mais simples e direta.

A pesquisa caminhou significativamente, principalmente durante a efetiva aplicação dos Questionários (**Anexo 02**) e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (**Anexo 03**), os quais buscaram apreender os seguintes indicadores: a) origem social, como profissão e nível de escolaridade dos genitores, formação escolar, profissão acadêmica; b) indicadores de socialização profissional na política: onde e como iniciou sua participação na política (através de amigos, familiares, parentes, direcionamento partidário, militância partidária, vinculação a movimentos sociais, sindicatos, cooperativas), quais os cargos exerceram na estrutura política do município (secretarias, cabos eleitoral, chefias de gabinete, secretaria de vereadores, etc.). Tais indicadores permitirá fornecer pistas a respeito da estrutura de capital (político, cultural e econômico) e posições sociais dos respectivos militantes. Com base na definição desse “perfil político”, nos conduziu a responder sobre as habilidades apreendidas e acionadas para o ofício da política, juntando-se a isso a perspectiva de buscar compreender as esferas de articulação desses junto às diversas esferas sociais que alimentam as estratégias de reprodução social.

Essas foram principalmente aprendidas através das entrevistas diretas com esses atores, que mesmo eles (os vereadores) sem entender direito o intuito da minha pesquisa, se dispuseram abertos e disponíveis a serem entrevistados e responderem ao questionário. Um dado significativo foi quando à escolha dos lugares por esses vereadores para a aplicação dos questionários e das entrevistas, os quais aconteceram: em suas residências, em seu setor de trabalho e na própria Câmara de Vereadores.

De fato, o que se observou na construção metodológica desse trabalho, é que a sagacidade sociológica deve ser minuciosamente explorada, tanto na inserção no objeto de pesquisa, tanto quando a apresentação junto aos atores como também na própria construção dos questionários e ou na colocação das perguntas quando da entrevista. Uma afirmativa disso é que eles creditaram a minha presença e pretensão em estudá-los como um critério tanto de valoração para as suas posições de vereadores e representantes da cidade e a de um possível favorecimento a se obter por ter um pesquisador da Universidade Federal de Sergipe interessado e investigando a política municipal através da Câmara, sinalizando assim, uma espécie de contato representativo deles com outros segmentos da sociedade, neste caso, a própria academia. Isso se comprova, quando de maneira breve, conforme nos ensina Becker (1997) demonstramos nosso interesse de pesquisa para os investigados, mas não desvendamos as peculiaridades desta.

Deste modo, com o descer ao campo, nos possibilitou ampliar nossas diretrizes metodológicas e construir novas perspectivas interpretativas das teorias sociológicas, principalmente das que são acionadas como base epistemológica para essa investigação – sociologia política e dos grupos profissionais –, ora, perceber *in loco* como se desenvolve as redes de relações, os mecanismos e as formas de se fazer o ‘jogo da política’ no ‘tempo da política e para além dele’, ampliou e permite ampliar nosso horizonte de investigação e compreensão sociológico. Principalmente em se tratando de um desafio que é o estudo do cargo eletivo de vereadores, cargo esse desmerecidamente esquecido pela sociologia política e principalmente pela sociologia dos grupos profissionais, em virtude do embate epistemológico entre profissão e ofício.

CAPÍTULO I – ESTADO DA ARTE: O CARGO ELETIVO DE VEREADOR – INTERESSES E EXPLICAÇÕES SOCIOLÓGICAS

Problematizar o uso dos recursos sociais acionados e apreendidos na construção de um cargo eletivo na política – o ofício do cargo de vereador –, em soma com as habilidades incorporadas e alcançadas para a inserção e ascensão na formação de uma carreira profissional tem sido o norte discursivo desenvolvido neste estudo. Contudo, apenas apreendê-los não responde significativamente a construção de um cargo político, tendo-se em vista que a própria dinâmica desta área social lhe impõe outras esferas de articulações que também interferem na composição de qualquer cargo eletivo.

Pois, pensar o ofício da política por meio do uso dos recursos sociais nos leva a uma análise da própria Política, ou seja, das suas práticas, dos seus aspectos de institucionalização, e dos seus atores eletivos, bem como dos enlaces e entraves existentes e necessários na dinâmica do *“tempo da e para a política”*, a exemplo das relações de poder existentes nas redes de relações e dominações associadas à inserção, manutenção e consagração dos atores políticos na política.

Neste sentido, observar a Política para além das esferas estruturais da própria política tem sido o viés utilizado pela Sociologia, principalmente pela Sociologia Política, a qual tem desempenhado um papel significativo, no que diz respeito ao propósito de articular a política a outros campos de interesse por ela mesma associada, como por exemplo, as dinâmicas sociais, estruturais, institucionais e culturais do mundo social.

Nesta perspectiva, empreender um estudo que prime em articular princípios profissionais e política institucional, ou seja, pensar a política como uma profissão, em que os seus atores se tornam o próprio objeto e agentes da dinâmica de formação e recomposição desses espaços de politização ganha espaço neste estudo. Assim sendo, os políticos, sejam eles em quaisquer cargos eletivos (cabos eleitorais, vereadores, prefeitos, deputados, senadores, governadores e presidentes), passam a ser vistos como atores e agentes dessa dinâmica, onde utilizam-se de seus diversos recursos sociais, sejam eles embebidos de amplos capitais – econômicos, militantes, educacionais, profissionais, os quais são acionados e reconvertidos em trunfos políticos.

Em meio a esse processo de percepção da política para além de suas esferas institucionais, mas sim percebê-la nessa dinâmica e somada à construção de cargos eletivos e carreiras profissionais, este capítulo tem este intuito, que é o de fazer um movimento de compreensão e interpretação sociológica, onde primeiramente tratamos dos estudos sobre a

política, e, por conseguinte, trataremos da política como uma profissão. Onde se encaixa a questão principal a ser abordada, que é: - *Como a Política, sendo essa uma área das Ciências Sociais pode ser entendida como uma profissão, já que não existe condicionantes acadêmicos diplomares que assim a classifique?* Essa passa a ser a discussão aqui apresentada. E se finda com uma análise da mobilidade dos recursos sociais, aqui identificados como qualitativos promotores da dinamicidade da própria política, percebendo-se assim a ‘parentela’ como um conceito fundante para essa mobilidade, somando-se aos outros modos de dominação e de outras possibilidades de amplitude das redes de relações.

1.1. Estudo da Política: possibilidades analíticas

A política como uma área de pesquisa dentro do universo das ciências sociais contribuiu significativamente para a ampliação do entendimento sobre as lógicas de composição e estruturação do Estado. Mais apenas do que apenas o estudo do próprio Estado, a política contribui para a ampliação do debate envolto em outros universos sociais.

Os trabalhos atualmente desenvolvidos no âmbito do estudo da política, tem se voltado para duas correntes analíticas: uma centrada no debate da crítica sobre a conexão entre política e outros universos sociais, das quais repercutem no comprometimento desses universos, bem como na própria organização política e suas clivagens de autonomia; e outra, voltada para a análise da dinâmica existente nas relações da política com outros universos sociais, entendida através das circunstâncias sociais, históricas, políticas e culturais.

Essas fronteiras de perspectiva analítica contribuíram para sistematizar novos campos de análise da política, segundo Grill (2008), possibilitou a construção de novas “linhagens”, cujas contribuições foram fundamentais para o aprimoramento dos conceitos, das dimensões, dos instrumentos e técnicas de pesquisas direcionadas à investigação da classe política – os mecanismos de seleção e os condicionantes sociais, culturais e políticos de atuação que agem sobre os agentes/atores –, como também dos universos de socialização da política e da própria institucionalização do Estado, seus aparatos técnico-burocráticos.

Os estudos da política que centralizam sua zona analítica na configuração das elites políticas e os espaços sociais de articulação dessas elites centralizaram a discussão tanto nas interpretações que dão peso ao caráter do “governo das minorias”, como os trabalhos de Mosca (1966), Pareto (1966) e Michels (1966). Esses defendiam a composição de uma elite formada por indivíduos qualificados nos diferentes ramos de atividades. No cenário pós-guerra, a perspectiva elitista com Mills (1968) e Dahl (1964) passou a ganhar novos

contornos, onde o estrato político torna-se aberto e acessível, além de se distribuir em diferentes domínios da vida social (GRILL, 2007; 2008; GRIJÓ, 2008).

Em outra linha de análise, mas ainda embebidos das perspectivas elitistas, os trabalhos direcionados ao mercado político, aos profissionais e ao exercício do *métier político* (GRILL; REIS, 2015), voltaram-se para o exame da dinâmica das especializações, na combinação de análise dos itinerários, dos esforços pessoais e coletivos de mobilização política e eleitoral, aos modos de recrutamento, das organizações e ou das instituições que recrutaram e acionam esses profissionais dentro do jogo político. Aqui se insere a preocupação com as modalidades de uso dos recursos sociais na política, contribuindo para o exame dos mecanismos de reconversão dos princípios de hierarquização política e de compreender as dinâmicas de constituição de um espaço político dotado de *expertise*.

Nas diversas correntes diretivas para o estudo da política, Queiroz (1976), chama a atenção para as contribuições do estudo da política tomando o Brasil como campo empírico, onde demonstra a importância de trabalhos voltados à compreensão da influência política em setores particulares da vida social, neste caso da vida política brasileira, numa ruptura com o mimetismo atribuído as teorias (ditas) universalistas, as quais estabelecem ao Brasil uma sociologia política da ‘falta’, ‘capenga’, ‘impossibilitada’ de manter compreensão lógica racional e funcional, pois não se encaixa nesses ‘conceitos’ europeus e ou norte-americanos. Ao contrário, para a autora, as realidades empíricas brasileiras, nos permitem abarcar outros dispositivos estruturais da formação política local.

Assim, a autora chama atenção para a falta de um estudo do passado político brasileiro, dificultando dessa maneira em se obter uma interpretação de continuidade e ou de transformação da política nacional. Isto posto, entra-se em questão a importância dos diferentes ideais políticos realmente brasileiros.

Os estudos de política entre nós são histórias das ideias políticas que os brasileiros foram buscar no estrangeiro e tentaram implantar nesta terra, no afã de dar ao país uma fisionomia à altura do progresso mundial; coladas como etiquetas a diversos acontecimentos históricos, sugeriram aos estudiosos problemas que são quebra-cabeças para quem procura esclarecê-los de acordo com tais ideologias, mas que se simplificam se estudados sem uma ideia preconcebida, observando-se apenas o que se passou na realidade (QUEIROZ, 1976, p. 216).

Ao concordar com a análise de Queiroz (1976), apreendemos para o estudo da política brasileira as questões como “clientelismo”, “coronelismo”, “família extensa”, “parentela”, etc., realidades empíricas da composição política brasileira que foram deixadas para traz por

conta da imposição de uma agenda de debates que priorizou o entendimento da política brasileira por uma ótica completamente desvinculada da sua sócio-história.

Na mesma perspectiva, Petrarca & Oliveira (2017), questionam a formalização dos estudos da política tomando como ponto fundante “um modelo ideal típico”, o qual não se encaixa em nenhuma realidade empírica local, tendo-se em vista que esse modelo ou esses modelos são na verdade categorias analíticas resultantes de particularidades de determinado universo social. Sendo assim, uma das vias de ampliar os estudos da política no Brasil pode ser evidenciada com os contributos advindos tanto dos processos históricos como por meio da contextualização das categorias que possam ser utilizadas para analisar a nossa realidade posta.

Ao nos posicionarmos de frente para a realidade brasileira, na sua constituição histórica, encontramos aspectos ditos de pouca ou ineficiente aspecto racional, questões como os laços políticos e pessoais, favores e bens, lógicas de reciprocidade, vinculações familiares, domínios de base familiar e domínio familiar. Essas questões quando observadas pelos óculos das teorias universalizantes euro-saxônicas tornam-se destoantes com a racionalização política em pleno século XXI, contudo, esses mecanismos sociais são claramente observáveis na empiria brasileira (BRIQUET, 2017; BEZERRA, 2000; 2013).

Quando esses condicionantes teóricos construídos historicamente na política brasileira são acionados para o entendimento da política, dos seus agentes e ou da própria formação institucional do Estado, encontramos um leque de possibilidades de compreender a política para além da própria política vista na sua própria apresentação primária.

1.2. Política como profissão e os políticos profissionais

As profissões dominaram o cenário das discussões analíticas na Sociologia com as argumentações dos funcionalistas americanos a partir da década de 30, destacando-se as argumentações de Parson e Barder. De acordo com esses autores, a profissão se oficializava como uma espécie de autonomia sobre os ofícios, sobre as ocupações.

Isso se justificava principalmente pelo peso dado ao título acadêmico, ou seja, uma profissão estava estabelecida de acordo com critérios específicos de determinada área, com especificações claras de distinções dos ofícios. Para que qualquer ocupação se definia como profissão essa precisava ter em sua composição um corpo de conhecimentos, complexos e determinantes para proporcionar um aprendizado, seja ele estabelecido em meio a uma cultura profissional baseada em associações e instituições profissionais, como por exemplo, a

Medicina, o Direito, etc., além de um Código de Ética que regule e atenda as necessidades de uma demanda (ANGELIN, 2010).

Contudo, esse contexto de fundamentação funcionalista da profissão estava alicerçado em decorrência da multiplicação das universidades no final do século XIII, pois anteriormente a esse processo de institucionalização das universidades e da formatação acadêmica dos saberes para as profissões, o trabalho era dividido em apenas duas categorias gerais: as artes liberais, dos artistas e intelectuais e as artes mecânicas, reconhecida como ocupação dos artesões, trabalhadores manuais em suas mais diversas áreas de atuação. A primeira, ou seja, as artes liberais ficaram destinadas aos centros universitários de formação profissional e as artes mecânicas, diminuídas em vigência da sua associação, ao trabalho mecânico.

Por isso a gama de estudos direcionados a análise das profissões, pois ficou bastante difundido pelos funcionalistas que o arcabouço de fundamentação epistemológica para conduzir a prática era critério crucial das profissões, um conhecimento técnico-científico. Dotando assim a sociedade moderna de uma espécie de “autonomia profissional”, onde os grupos profissionais ditam as características de funcionamento da sociedade (DINIZ, 2001, ANGELIN, 2010; DUBAR, 2005).

Na contramão dessa perspectiva funcionalista, os interacionistas passaram a buscar um ponto de intercessão entre as profissões e as ocupações. Ora, esses estudiosos passaram a construir propriedades ou qualidades que pudesse dar uma lógica ao processo de passagem de uma mera ‘ocupação’, sem princípios acadêmicos institucionalizados, para uma profissão. Ou seja, o que os interacionistas buscaram foi encontrar pontos significativos existentes nas interações e nos processos sociais. Isso significou ampliar a lógica do universo profissional, saindo da ideia de mero conhecimento técnico para atender a uma demanda social e passa a pensar numa perspectiva de resolução para satisfazer as necessidades sociais em amplo campo de interações e de realidades diversas. Nessa linha de análise do mundo do trabalho, associam-se as questões econômicas as características individuais da personalidade do sujeito, sua identidade social (DUBAR, 2005).

Em meio a essas duas correntes de interpretação sobre a legitimidade entre profissão e ocupação, Petrarca (2015) chama atenção para a construção do termo grupos profissionais, como uma via de análise atualmente defendida pelos interessados em discutir as realidades empíricas do “*mundo do trabalho*” que flutuam entre as ocupações e as profissões. Segundo a autora,

[...] consagrado na sociologia anglo-americana, o termo profissão indica o monopólio de exercício e controle das competências, atribuindo aos profissionais um alto nível de *expertise* e autonomia, capazes de formar uma espécie de “elite profissional” dotada de prestígio social e remuneração econômica. Em contrapartida, defendendo o caráter polissêmico do termo, um conjunto de autores influenciados pela tradição interacionista, têm preferido se referir a “grupos profissionais”, como uma estratégia de ampliação dos campos de estudo, uma vez que a expressão permite incluir desde aquelas atividades tradicionais que controlam o exercício profissional e têm prestígio – como a Medicina e o Direito – como aquelas que têm um baixo controle, ou controle algum, sobre critérios de entrada e que não dispõem de reconhecimento social, com a prostituição (PETRARCA, 2015, p. 153).

Com base nessa afirmação, se permitiu a ampliação de uma agenda de pesquisa que leva em consideração as diferentes tradições e suas contribuições metodológicas. Isso se constitui em um programa de pesquisa que toma a realidade empírica como principal desafio, permitindo não só ampliar as análises dos problemas analíticos do exercício profissional, como também traçar relações com fundamentos teóricos e metodológicos. Essa agenda de pesquisa engloba uma variedade de situações profissionais, com amplo contexto sociocultural, atribuindo peso as especificidades de cada situação estudada. É sobre essa ótica de agenda de pesquisa, que se inserem os trabalhos voltados a perspectiva de análise da política como uma profissão.

O clássico estudo de Max Weber, sobre a política como uma vocação, comporta em seu discurso a figura do político profissional, o que direciona a sistematização da emergência de um ator que faz da política o seu exercício profissional. Essa perspectiva de identificar esses atores como profissionais, recai em um clássico trabalho da sociologia política, “*Sociogênese da profissão política*”, de Eric Phélippeau (2001), onde apresenta um contributo para empreender essa área de atuação como uma profissão, pois segundo o autor uma lógica de entendimento se estabelece para compreendê-la dessa forma. Primeiramente pra se obter uma compreensão desse exercício é necessário analisar as condições de emergência dos agrupamentos políticos, ou seja, as evidências das configurações e das relações humanas que estão inseridas nessa prática, em outras palavras, como e por que nascem essas formações sociais, e, por conseguinte, explicar as dinâmicas e as transformações que afetam de um ponto a outro as lógicas de institucionalização dessa profissão.

Por meio desse processo, é possível obter uma observação dos grupos (por exemplo, os partidos políticos) e dos indivíduos que lutam pela apropriação de mandatos eletivos, assim constituindo-se numa espécie de ‘gênese’ analítica da profissão de político e construir um estudo da formação e do desenvolvimento da “carreira de empresários políticos

profissionalizados”. Isso se resume no que o autor chama de análise sobre “*as condições propícias tanto do aparecimento quanto do desenvolvimento de um corpo de agentes e de organizações especializadas na conquista dos cargos eletivos [...] a fabricação de uma atividade parlamentar de profissão [...]*” (PHÉLIPPEAU, 2001, p. 187).

Essa fabricação da atividade parlamentar de profissão permite examinar e entender os esquemas mentais, os códigos de conduta característicos da própria atuação política, como também a incorporação desses códigos retraduzidos em habilidades profissionais, em uma espécie de regras táticas oriundas do dia a dia da política, onde são acionadas para o aumento das suas chances de prestígio e de poder sociais oriundos da própria investidura no cargo. Isto posto, soma-se ao que Becker (2007, p. 69) define como conceber o ofício como “*um achado empírico na análise sociológica*”, pois é na compreensão do curso da carreira profissional tanto na esfera da profissão instituída pelo título acadêmico, como também na própria ocupação dos ofícios, que os grupos profissionais se constroem e atribui sentido próprio a sua ação.

Na política, as ocupações ganham suas bases interpretativas em dois procedimentos, um direcionado a análise da atividade política ao longo do tempo e de outro lado na análise da vida profissional como um resultado “de um processo biográfico que está associado à formação da identidade social do sujeito e a construção de imagem de si” (PETRARCA, 2015, p. 168). A imagem de si incorpora-se as habilidades e competências adquiridas no próprio cargo.

A soma desses dois procedimentos condiciona dentro do estudo da política como profissão, conceber esses sujeitos como profissionais políticos, embasando-se tanto no direcionamento de Weber (2011) quanto para Phéllipeau (2001), esses sujeitos comportam em sua constituição profissional uma soma de saberes, o que chamamos de *expertise* para tal função, na qual, uma educação informal é estabelecida e o credenciamento para obter tal habilidade é adquirido através da inserção e do recrutamento feito por esses ditos “profissionais políticos de carreira”, mesmo reconhecendo-se a existência de uma legitimidade para assumir a política,

Contudo, não existe uma institucionalização específica para atribuição dessa *expertise*, ou seja, não existe uma espécie de “tipo ideal” destinado à formatação do político profissional, pois as credenciais necessárias para o exercício desta e nesta profissão se dá num fluido transportar de saberes, na prática cotidiana da própria política. Como afirma Bonelli e Nascimento (2009, p. 87) “[...] *nos interessa os discursos e estratégias que ela usa para legitimar-se enquanto tal*”. Ou seja, os processos de consagração nessa carreira política é que

define de fato o corpo significativo desses profissionais. Esses, quando direcionados a área da política, tornam-se os representantes efetivos de um determinado saber, o “saber político”, ou seja, uma *expertise* característica da política. Assim, eles profissionalizam os seus futuros sucessores, numa espécie de continuidade hierárquica e parental de propriedade política.

Nessa conjuntura, a busca por uma posição de destaque, as composições de uma elite de profissionais políticos se deram numa progressiva substituição de atores, o que antes era evidenciado nos doutores “bacharéis” (LEWIN, 1993), hoje é desenvolvido por esses indivíduos que combinam conhecimento técnico sofisticado com sensibilidade política. Cânedo (2003) define esses atores políticos, como os “novos atores políticos” e que se configuram em meio à soma de qualidades sociais e profissionais, são os políticos que detêm conhecimento técnico e acadêmico atrelado a habilidades políticas, sendo essas habilidades definidas como propriedades sócio profissionais. Essa afirmação, muito se assemelha com a perspectiva histórica dos bacharéis no início da República, tendo, entretanto como ponto de discordância, a política como um campo instável, e sustentado pela competição democrática.

Outro aspecto significativo da composição desses políticos profissionais é a importância atribuída à aprendizagem das disposições e habilidades necessárias para a manutenção e permanência da carreira política, sendo essa um ofício de relativo risco. Como técnica de formalização de um “*métier político*”, Grill & Reis (2015) nós fala de uma acumulação de capital político, que seria na verdade uma espécie de recursos sociais acionados para a carreira política, nesses recursos as esferas de formação (escolar, social e partidária) somadas aos traços da trajetória familiar, como também os laços com o mundo da política, frequência e familiaridade com as tarefas políticas em seu município, Estado e sua forma de engajamento militante, além de relações sociais com as pessoas e os lugares frequentados por essas elites políticas. Outros predicativos são importantes para a composição desse profissional, um curriculum característico e dotado de habilidades e *expertises* para a política: exercício do uso da palavra em público sem timidez, uso e controle das emoções, cuidado com a aparência, entre outros. Em síntese, o que se vê é a construção de um profissional que atrela a sua vivência familiar e sua familiarização com o universo da política na conjunção relacional entre as vias de acesso à competição política.

É por meio do mercado político exercido por esses políticos que os demais indivíduos (os leigos da política eleitoral, os comuns, os votantes, os eleitores) percebem a atuação política. Nesta competição política, o voto é visto como uma transação comercial, onde o valor aqui expresso é a legitimidade e legalidade de representação em um determinado

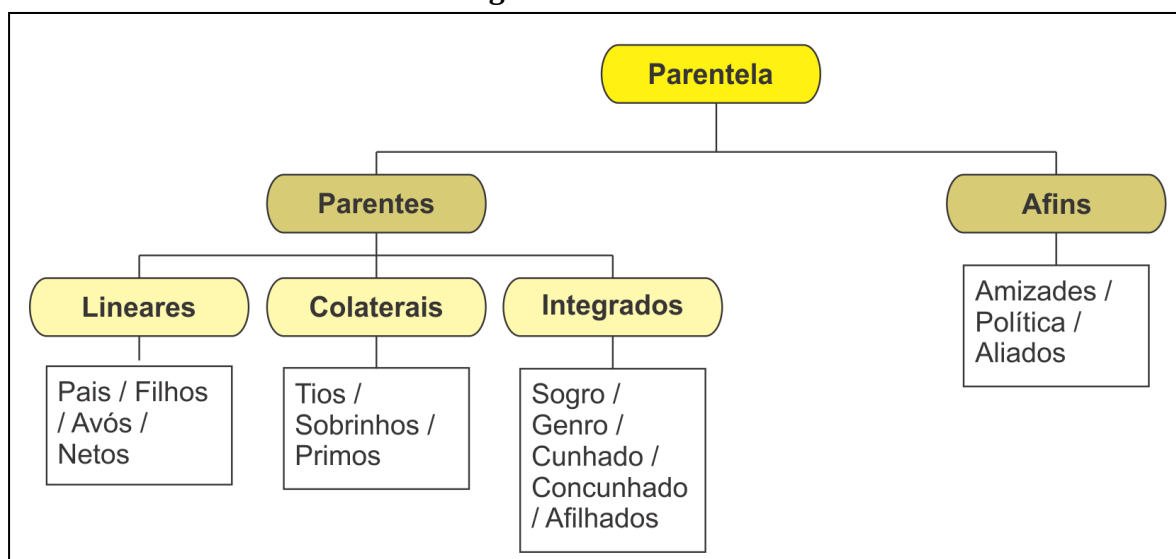
período. Se nas outras formas de trocas mercadológicas desenvolvidas nas mais diversificadas profissões, na política, os candidatos buscam atingir seus interesses produzindo, na concorrência, decisões que atingem a população, do mesmo modo que os produtores buscam lucros e atendem necessidades dos consumidores no mercado econômico. Sendo que no mercado político, os meios e as tecnologias são produtos desta lógica concorrencial entre grupos e da imposição de estratégias de reprodução e legitimação que atuam sobre organizações e agentes.

Nessa lógica de articulação, os profissionais políticos, formadores desse “*métier*” profissional característica da política eleitoral, dotado de uma lógica própria de articulação e prescrição de papéis (múltiplos e contraditórios), nos permite identificar e interpretar a dinâmica de especialização política, imbuída de esforços pessoais e coletivos de mobilização de recursos sociais, políticos e eleitorais, bem como os modos de recrutamento, as organizações e ou instituições parceiras na construção da carreira e desses “homens políticos” como os define Bourdieu (2012).

1.3. Parentelas, redes de relações e modos de dominação das elites dirigentes.

Parentela se constituiu como um termo cunhado por Queiroz (1976) e Linda Lewin (1993), termo esse utilizado para representar um tipo específico de relações de base familiar. Esse é utilizado para apreender o papel central que desempenharam os laços sociais e os sistemas de alianças nas dinâmicas de composição e de recomposição dos grupos dirigentes. Sendo que esses laços são aqui entendidos como um recurso que foi utilizado no início da política local e como uma estratégia para a composição de redes de relações e alianças dos grupos dominantes.

Como contraponto ao termo ‘parentesco’ fortemente instituído pela Antropologia, e que institui como norma de classificação a integração de um grupo através da referência a uma ancestralidade, matrilinear ou patrilinear, numa rígida hierarquia de membros fundantes: pai, mãe e filhos. Na parentela existe um núcleo de membros aparentados, mas comporta também membros fundamentais que não são parentes. Sendo que estabelece como princípio básico a inclusão de uma rede de parentes, afilhados e amigos, ou seja, tanto parentes sanguíneos como “aqueles parentes por vínculo de afinidade e ou por objetivos políticos e de alianças”. Envolve-se uma ancestralidade bilateral, sem hierarquia rígida, considerando como parentes àqueles que com quem se tem laços sanguíneos, aqueles que ingressaram na família pelo casamento e aqueles cuja entrada se deu pelo apadrinhamento ou adoção (Petrarca, Lima & Bomfim, 2016), conforme demonstra a **Figura 1** abaixo.

Figura 1 - Parentela

Fonte: Adaptado de PETRARCA & OLIVEIRA (2017).

Segundo Queiroz (1976) e Lewin (1993), enquanto o parentesco envolve apenas os cognatos e uma hierarquia de descendentes, a parentela apresenta uma fluidez quanto a sua acessibilidade e formação, não correspondendo necessariamente a traços de descendência. Nessa configuração fluída, o termo ‘parentela’, embora que datado ao período correspondente ao final do século XIX até meados da década de 30, contribuí analiticamente para direcionar para uma compreensão acerca da rede de parentes e amigos de um chefe político, a qual se constituía na sua base de dominação e de apoio político. De tal modo, a parentela se constituiu como uma estrutura de dominação e hierarquização social à qual as esferas políticas, profissionais e sociais do Estado.

Segundo Petrarca e Oliveira (2017), o conceito de parentela nos permite compreender as lógicas dos estudos sobre grupos dirigentes, bem como a investigação dos fenômenos políticos em geral, tomando para o núcleo da discussão as redes de ‘base familiar’, assim conectando a política a outras esferas dos universos sociais, como as profissões, a política partidária, a dominação e institucionalização de partidos políticos, entre outros temas centrais da política. Segundo os autores, o uso da parentela na discussão da política permite demonstrar como o sistema de agregados familiares e afins, as relações pessoais, remetem “relações e a práticas políticas que têm com princípio ingredientes tanto da dominação ‘direta e pessoal’ quanto da ‘indireta e impessoal’” (*idem*).

Assim, como perspectiva teórico-metodológica, o conceito de “parentela”, apresenta-se como uma das perspectivas de entendimento das particularidades de como se compõem e se apresenta a política brasileira. Sabendo-se que esse conceito se encontra historicamente

datado, os atores afirmam que em contrapartida ao uso desapropriado de termos consagrados e ditos universais, a parentela pode ser mais bem utilizada para se compreender a dinâmica socioeconômica e política brasileira, visto que,

Primeiro, sua forma de organização social e econômica se opõe àquela observada na noção de "grande família", baliza da sociologia política francesa e que apresenta certas limitações quando se trata de compreender uma elite cuja dinâmica é o caráter aberto ou "extenso" das relações parentais. Segundo a relação entre famílias e a política demonstra o processo de expansão e de diversificação dos vínculos de natureza pessoal nas alianças políticas. [...] o desafio para a pesquisa é a necessidade de considerar as condições históricas de formação e composição de uma elite bastante fragmentada e diversificada. Essa dinâmica se manifesta de forma completamente diferente daquela observada nas "grandes famílias" cuja característica central era a coesão e a homogeneidade. Tais condições contribuíram para as possibilidades de renovação das elites, diversificando os espaços sociais de investimento, assim como consolidando um tipo de capital de relações sociais (PETRARCA & OLIVEIRA, 2016, p.159).

Quando se pensa nessa possibilidade interpretativa, questões como a negação de uma consanguinidade, a interpretação aguçada das realidades históricas, a minúcia das perspectivas históricas e econômicas das realidades empíricas se opõem a implementação de conceitos universais. Visto que a mera imposição desses sobre os dados empíricos recai em um dos principais erros vistos na análise sociológica, que é o de tentar encaixar teorias em realidades empíricas meramente diferentes.

Apropriando-se do conceito de parentela, podemos criar uma agenda de pesquisa que prioriza as realidades empíricas nacionais, privilegiando questões como: poderio familiar, encaixar nos estudos políticos brasileiros termos como 'família extensa' em contraposição a 'grandes famílias', bem como entender por outras vias de análise as dinâmicas e as estratégias de renovação e consagração da elite nacional, além de ampliar as interpretações sobre as condições e os processos locais de emergência e consolidação dessas elites, permitindo assim, revelar as transformações da política e os imbricamentos com as relações sociais.

Através do termo parentela, concebido nesse estudo como um conceito de estruturação das dinâmicas políticas, podemos conceber as redes de base familiar como princípios das redes de relações sociais estabelecidas na política. Que se iniciavam com através dos vínculos familiares, mas que depois ganhavam contornos sistematizados de relações conjugadas a outras esferas sociais, como por exemplo, agremiações partidárias, institucionais, etc.

Essas redes de relações – quando analisadas na esfera política e social, são estabelecidas tomando como princípios de existência os laços políticos e pessoais, numa troca por bens e favores, tendo como núcleo três pontos fundamentais de substancialidade: i) nas

expectativas de reciprocidade entre os representantes políticos; ii) solidariedade e obrigações; e iii) lealdade.

As *expectativas de reciprocidades*, como o próprio nome diz, são as ações convencionais e formais desenvolvidas pelos políticos para com outros políticos nas diversas esferas de representação. São as expectativas de que determinado político que alcançou algum benefício ou favor através das relações pessoais e políticas estabelecidas, sejam recompensados em sua ação. São os favores em decorrência do atendimento de alguma demanda local, destinação de verbas, como por exemplo, a promoção de obras no município e estado, dotações orçamentárias, políticas de expansão empresarial por meio de parcerias com setor privado, entre outras reciprocidades junto a seu bloco representado.

Quanto à *solidariedade e obrigações*, esta pode ser entendida como uma espécie de compromisso, do qual as pessoas se obrigam uma com as outras para uma determinada finalidade e ou reciprocidade de ação. Nessa condição, o representante político por meio de suas ações, desde o início de sua caminhada política começa a construir um leque de interações com os diversos agentes políticos (cabos eleitorais, políticos renomados na região, grandes famílias representativas na cidade, etc.) envolvidos e recrutados na sua formulação como candidato. Assim, durante a sua campanha começam a criar os laços, que depois se tornam obrigações de solidariedade. Questão essa intimamente ligada à reciprocidade. Ou seja, se outrora são construídos como representantes políticos, esses por meio da sua ampla base eleitoral, se ‘obriga’ com ela, a qual espera obter do representante ser recompensada com os seus favores e bens monetários, fiscais e abstratos. Espera nessa conjuntura que os favores e bens como, a presença em eventos de campanha, comícios, carreatas, reuniões de campanha, etc., sejam mantidos como condicionantes fundamentais para a manutenção dessa solidariedade – partidária, na política e relacionalmente com outras estruturas pessoais.

Já a *lealdade* é o arremate desse bloco. Pois, são por meio de uma “lealdade de ações e circunstâncias” que se podem desenvolver todas as outras ‘práxis representativas’ acima citadas. Ela poderia ser o primeiro quesito a ser evidenciado, mas a lealdade geralmente acontece a um determinado ‘tempo cotidiano da política’, sofrendo flutuações e frustrações de acordo com as predileções e caminhos de interesses dos representantes no acesso ao poder e a legitimação da representação. Assim, muitas das vezes a lealdade é observada na personificação do político e não ao partido em si. Por essa razão é que logo acima falamos da questão da constituição de uma rede política na base eleitoral (plural e situacional).

Esses princípios de substancialidade das redes de relações estão nitidamente inseridos nas lógicas de funcionamento tanto das parentelas (no final do século XIX e início do século

XX), como também na dinâmica dos jogos políticos atuais. Somadas essas estabelecem modos de dominação na política.

Podemos conceber esse somatório como formas de dominação, ou modos de dominação, pois é em meio à multiplicidade de articulações provenientes desse jogo analítico da política que a dominação vai se instituindo sem que nem se percebam as raízes desse processo. Como por exemplo, se retomarmos a análise das primeiras décadas da política brasileira, chegamos às práticas clientelistas desenvolvidas pelos coronéis. Os coronéis, visto como patriarcas das grandes extensões territoriais sintetizavam em suas ‘mãos’ a funcionabilidade do mandonismo local, onde tudo acontecia de acordo com os quereres e gostos desses líderes políticos, em contrapartida esses atores eram observados por grande parte da comunidade como uma espécie de protetor da localidade.

Com o fim da Velha República e o poderio dos coronéis, os quais foram sendo diminuídos na própria configuração social, passaram a diversificar a sua forma de dominação coronelística através do investimento no bacharelado, com a inserção de seus filhos, apadrinhados e afins nas academias, principalmente nas formações em Direito e Medicina, ramificando assim as suas redes de dominação. Era um recrutamento indireto de novos sujeitos para o fortalecimento das suas táticas políticas de dominação e continuidade na liderança local. Centrando suas carreiras acadêmicas nessas duas prestigiosas áreas, os filhos, parentes e afins desses coronéis passavam a serem os novos recursos de articulação dessa elite oligárquica. O Direito correspondia à ocupação dos grandes postos da hierarquia burocrática no município inicialmente e a porta para obter prestígio em áreas burocráticas do Estado, pois esses eram os ‘dotados’ de conhecimento para ocuparem essas áreas. E a Medicina era utilizada como ponte entre a figura política e o eleitor, onde a figura política era muitas das vezes o próprio coronel e o eleitor era agora o cliente que necessitava dos serviços desses profissionais. Estabeleciam-se as práticas de clientelismo e as trocas de favores por votos.

Desta feita, pensar a política para além de outras esferas de sua própria institucionalidade, nisso recaí apreendê-la como um campo de atuação profissional nos permite empreender uma análise mais detalhada a respeito do uso dos recursos sociais e como esses podem ser convertidos em qualitativos significativos para a composição de um ofício na política. Contudo, é por meio do conceito de parentela, que podemos entender as lógicas de formação não só da institucionalização profissional dos cargos eletivos no Brasil, mas principalmente compreender e interpretar as lógicas singulares apresentadas na formação do campo político e social nacional.

É a partir do conceito de parentela que conseguimos entender como são formadas as redes de relações e de dominação – legais e legítimas – estabelecidas dentro do universo da política, pois entre as particularidades apresentadas a partir desse viés analítico nos direciona a formação de uma elite política que com o processo histórico e social brasileiro se transforma em um grupo de atores políticos profissionais, onde suas redes de relações – consanguíneas e ou por afinidades – são pesos fundamentais para a composição de qualquer cargo eletivo.

Assim sendo, a parentela nos direciona e nos proporciona fazer *links* nas diversas esferas da política, seja através da institucionalização de suas práticas, na composição das redes de relações estabelecidas em sua dinâmica, como e, por conseguinte, perceber no núcleo da política as variadas formas de dominação no jogo da política. Isso se torna possível quando passamos a politizar a política junto a diversas áreas sociais. Nessa politização, as realidades empíricas torna-se o cargo chefe da compreensão e interpretação da política à *la brasileira*.

Em meio a todo esse desenvolvimento teórico apresentado acima, o capítulo seguinte apresenta de forma empírica, como são formadas as redes de relações e dominação entre os atores políticos do município de Riachuelo, iniciando-se com uma sociogênese da política local e perpassando pela formação dos troncos familiares que dominam a política desse município, demonstrando assim, através do princípio estabelecido pelo conceito das ‘Parentelas’, como se forma os modos de dominação da política local, um domínio de ‘base familiar’,

CAPÍTULO II – ENTRE PARENTES, AFINS E ‘RIVAIS’: UMA SÓCIOGÊNESE DA POLÍTICA EM RIACHUELO, SERGIPE

Este capítulo tem por objetivo apresentar de forma empírica a formação das redes de relações e dos modos de dominação estabelecidos dentro da política local no município de Riachuelo. Para tal conteúdo, com o auxílio analítico proveniente do conceito de Parentela a sociogênese da política riachuelense é tratada. Por meio da lógica das redes de ‘base familiar’, a formação do espaço político profissional é estabelecida. Onde o uso de recursos sociais e habilidades profissionais no ofício da política são traçados e relacionados com a formação de uma rede de relações sociais a qual permitiu e permite a consagração e perpetuação dos modos de dominação de famílias tradicionais na política local.

Assim, concebendo a política como qualquer outra atividade do mundo social, essa se apresenta numa ampliada e multifacetada dinâmica, seja ela representada através das particularidades das relações institucionais e ou até mesmo pelas singularidades das suas conjunturas locais. Pensando assim, o intuito de compreender a formação do ofício da política através do cargo de vereadores em um pequeno município do interior do Estado de Sergipe – Riachuelo – nos possibilita demonstrar que a dinamicidade da composição desse cargo se passa numa lógica muito diversificada – como é o caso das parentelas – divergindo-se até mesmo de análises sociológicas que ‘equivocamente’ as qualificam como ‘historicamente retrograda e abolida’, a exemplo do coronelismo, do clientelismo, das trocas de favores, da política do favorecimento, entre outros.

Deste modo, utilizando-se do conceito da parentela, e apreendendo longitudinalmente os períodos e as mudanças ocorridas na dinâmica social e política do município de Riachuelo, atrelando esses aspectos aos componentes qualitativos sociais que possibilitaram a dinamicidade dessas transformações sociais, constrói-se uma sociogênese da política do município, com vias de conceber as bases fundamentais de como os atores políticos fizeram uso de seus recursos sociais, das suas redes de relações e dominação para a manutenção e preservação do seu poder na política local.

Nesta perspectiva onde o processo de construção histórico da política local torna-se o ponto inicial da investigação, este capítulo apresenta uma sociogênese das transformações socioeconômicas e político-institucionais ocorridas no município de Riachuelo, direcionando para o entendimento acerca de como esses condicionantes contribuíram para a modificação da dinâmica das relações sociais, das formas de recrutamento, inserção, investidura e construção

de cargos políticos, bem como no entendimento de como se compõem o quadro político-administrativo deste município.

2.1. As famílias e seus engenhos: bases para a política coronelística no município de Riachuelo

Duas histórias circundam sobre a toponímia do município de Riachuelo, alguns atribuem que o seu nome significa ‘terra entre dois riachos’, embora essa não seja a informação histórica mais precisa. De acordo com Bezerra (2012), a povoação inicial que dá origem ao município de Riachuelo provém do final do século XVI, precisamente em 1590 – no início da colonização do estado de Sergipe – e por meio de doações com o intuito de promover a colonização das terras produtivas do Sergipe *Del Rey* à família de portugueses de Mesquita Pinto, tornando-se assim o primeiro proprietário das terras que abrangiam a atual área do município.

Fato esse que se comprova, pois segundo as afirmativas de Oliveira Dantas (1980), era um costume português a destinação de famílias para as terras ‘conquistadas’, principalmente para as principais capitanias prosperas do Nordeste açucareiro, a exemplo da Bahia e ou Pernambuco. Sendo essas as mais próximas das terras sergipanas, não aconteceu diferente das duas outras. Assim, as famílias portuguesas, todas elas com o intuito de se estabelecerem e tornarem-se donatários e nobres nas capitanias inóspitas do Brasil recém-descoberto, visavam disputar por uma sesmária, ou seja, era “[...] *todo um mundo para construir o lar, a família e a vida em sociedade*”. Fato esse que deve ser associado à famosa narrativa de que essas terras eram potencialmente rentáveis para o cultivo da cana-de-açúcar e para a criação de gado de corte.

Por essas circunstâncias, tanto sociais quanto econômicas, as terras pertencentes à região onde se originou o município de Riachuelo eram conhecidas durante o período colonial e imperial como de boa qualidade, o que propiciou o crescimento de novas fazendas de gado, já que inicialmente a função colonizadora das terras do *Del Rey* eram manter pastagens para gado de corte, os quais serviam de alimento para as duas principais Capitanias da época: Bahia e Pernambuco, como afirma Nunes (1989, p. 98), “*esta Capitania é muito proveitosa aos engenhos e fazendas de Pernambuco e Bahia para as quais envia muitos gados, assim comer, como para serviços [...] que no Brasil são os melhores*”. O que se soma a afirmação de Mott (1986), onde aponta a existência de mais de 800 engenhos em toda região litorânea do Sergipe, num período de 1612 a 1884. Toda a produção açucareira era levada ao “Porto das Redes” “*que era o local da Alfândega onde os barcos estrangeiros recebiam a carga*

para a Europa. De Maroim, Laranjeiras e Riachuelo chegavam os saveiros carregados de açúcar para a exportação” (DANTAS, 1980 p. 19).

De tal modo, nessas terras foi implementado o primeiro engenho, de donatários da família ‘Pinto’, em decorrência disso o povoado onde estava localizado o engenho ganhou o nome de ‘Os Pintos’. Entretanto, cronologicamente, é impreciso afirmar quando de fato se iniciou a colonização efetiva do território de Riachuelo, pois só existem menções a Família ‘Pintos’, por volta de 1602 e 1603, mesmo período que se deu a industrialização da cana de açúcar na zona do Vale do Cotinguiba (BEZERRA, 2012; DANTAS, 1980; NUNES, 1989).

Embora existam algumas datas significativas para a composição dos contornos territoriais que o município vai ganhando ao longo do tempo, deste a sua intitulação como Freguesia até a sua efetiva intitulação como cidade. Cronologicamente, é em 06 de maio de 1872 que o povoado é elevado a categoria de Freguesia, intitulada “Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Riachuelo”, posteriormente, em 31 de março de 1874, a Freguesia é elevada a categoria de Vila, sede do município do mesmo nome e com os mesmos limites da antiga Freguesia, ou seja, isso representava a efetiva separação que a freguesia sofreu em 1848, sendo separada do município de Laranjeiras⁸ (MENDONÇA & CRUZ E SILVA, 2009). Riachuelo só se torna cidade em 1890, já durante o período republicano, e recebendo o nome de Município de Riachuelo e sendo elevado à categoria de Comarca em 1953⁹.

Entretanto, é através da instituição como Vila, que em Riachuelo começa a despontar economicamente dentro do cenário da Capitania sergipana, principalmente a partir de 1875. Nesse período, existiam em terras riachuelenses aproximadamente 35 (trinta e cinco) engenhos, embora seja preciso mencionar que partes das suas terras pertenciam à jurisdição da Vila de Laranjeiras, mais precisamente até de 1869. Assim sendo, identificam-se os seguintes engenhos: Ângico, de propriedade do Major Agostinho José Ribeiro Guimarães; o Araçá, de José Vieira Dantas; Brejo, de João Baptista Oliveira Ribeiro; Bom Jardim, de Felipe José Menezes; Cágado, de Antônio Freire Mesquita; Carregosa, de João da Costa Santos; Escuta, de Dionízio Barreto Menezes; Espírito Santo, de José Francisco Menezes

⁸ Esse é um dado significativo, a separação do município de Laranjeiras, visto que, grande parte da documentação histórica a respeito do estado de Sergipe durante o período colonial e imperial circunda essa região, a região do Vale do Cotinguiba, sendo enquadrados aí alguns municípios significativos, como Riachuelo, Divina Pastora, Malhador, Santa Rosa de Lima, Nossa Senhora do Socorro entre outros. E por certo, e de fato são esses municípios que historicamente no Vale do Cotinguiba são identificados como berços de grande parte de líderes políticos históricos da política sergipana, além de serem sedes de agrupamentos políticos familiares.

⁹ A categoria de Comarca é um critério estritamente jurídico, onde se define no município a extensão territorial em que um juiz de direito de primeira instância passa a exercer a sua jurisdição (COSTA, 2017).

Sobral; Flor da Roda, do Coronel João Gonçalves Franco; o Jacu, de Vicente Francisco Mesquita; o Matta, de José Vieira Barreto; o Massapê, de Felipe Faro Motta; o Lyra, de Dr. Dionízio Eleutério Menezes; o Penha, de Joaquim Gonçalves Franco; o Porto dos Barcos, de Manoel Antônio Moraes; o Santana, de Dr. Rufino Oliveira Sampaio; o São Bento, de Anna Maria Lemos; o São José, de João Gonçalves Franco; o Tanque do Moura, de Felipe Faro Motta; o Tartaruga, de José Francisco Menezes Sobral; o Várzea, de Joaquim Leite Costa Belém; o Vasaringui, de propriedade do Sr. João Barbosa de Oliveira. Além dos engenhos Buqueval, Carretão, Jacoca, Mangueira, palmeira, Passagem, Quintas, Recurso, Santa Maria, São Paulo de Nestor, Tingui, Treme e o Central, que foi criado em 1888 (Bezerra, 2012).

O grande quantitativo de engenhos desdobra-se em um dado revelador, visto que, a quantidade desses engenhos em uma pequena região como o município de Riachuelo nos aponta para um elemento significativo na composição social e política do estado de Sergipe, que é a forma como, diferentemente das duas outras capitanias – Bahia e Pernambuco –, os engenhos aqui eram de pequeno porte, e muitas das vezes, pertencentes aos mesmos donatários, só que em regiões distintas, representando uma forma de manter a sua dominação oligárquica. Essa dominação se dava na forma coronelística, ao que Lewin (1993) e Blondel (1957) denominaram de coronelismo colegiado, ou seja, um bloco significativo de coronéis que dominavam a estrutura política, econômica e social da região.

No coronelismo colegiado, sua característica principal se dava através na construção de alianças, pois esses coronéis possuíam um grande quantitativo de terras, mas em municípios distintos, necessitando assim construir uma rede de alianças. Essa particularidade é bem característica do estado de Sergipe, pois sendo donatários de lotes de terras em lugares e municípios distantes os coronéis não tinham como manter o controle do município inteiro, o que o levava necessariamente ao acordo com outros coronéis. Ou seja, tendo-se três ou quatro famílias que dominavam aquele território a aliança era indispensável para a construção de uma rede de dominação local. Dessa maneira, não há a perspectiva de uma única família dominar um ou o município, mas sim um conjunto de ‘base familiar’ que se aliam na promoção dessa dominação.

No município de Riachuelo essa configuração foi significativa, principalmente através da competição desenfreada entre os coronéis pelo poderio local, que refletiam na economia local, visto que grandes partes dos engenhos começavam a ser negociados e trocavam de donatários ao sabor dos acordos familiares e comerciais. Esses acordos familiares eram significativos, tanto para sustentar o poderio oligárquico, como também para manter o poder

local sobre a tutela das famílias locais. Segundo Queiroz (1976), era um sistema de domínio de ‘base familiar’, onde o princípio básico de construção se dava através das parentelas¹⁰.

Esse princípio facilmente vai sendo demonstrado ao longo de como os principais engenhos da região foram ganhando novos donatários. Bezerra (2012) aponta que existiam 08 (oito) engenhos significativos para a região, tanto pela sua capacidade de produção, como em virtude da importância social e econômica de seus donatários, conforme se pode perceber nas descrições abaixo. As descrições apresentadas centram a sua análise principalmente nessa notabilidade estrutural – donatários e importância econômica. Requisito esse que a nós nos interessa muito mais, tendo em vista o intuito de demonstrar como iam se estruturando as ligações familiares no município.

Por exemplo, o Engenho Ângico, localizado num dos povoados do município, hoje atualmente recebe o nome de Fazenda Ângico, pertenceu ao Major Agostinho José Ribeiro Guimarães, até 1869, depois passou a ser propriedade do médico Sílvio César Leite, sendo hoje pertencente a sua filha a desembargadora Clara Leite de Rezende.

Outro engenho é o Engenho Espírito Santo, que inicialmente pertencia a José Francisco Menezes Sobral, e depois passou a pertencer a Francisco Rabelo Leite e a D. Maria Virgínia Accioly Leite, no ano de 1886, depois passou a ser propriedade de Anna Bernadina de Mendonça Bastos e de Manuel Curvello de Mendonça. Sendo que nos idos de 1990, já completamente descaracterizado como engenho, ganha configurações de fazenda e passa a pertencer a Aloísio Leite, ou seja, retoma a origens familiares.

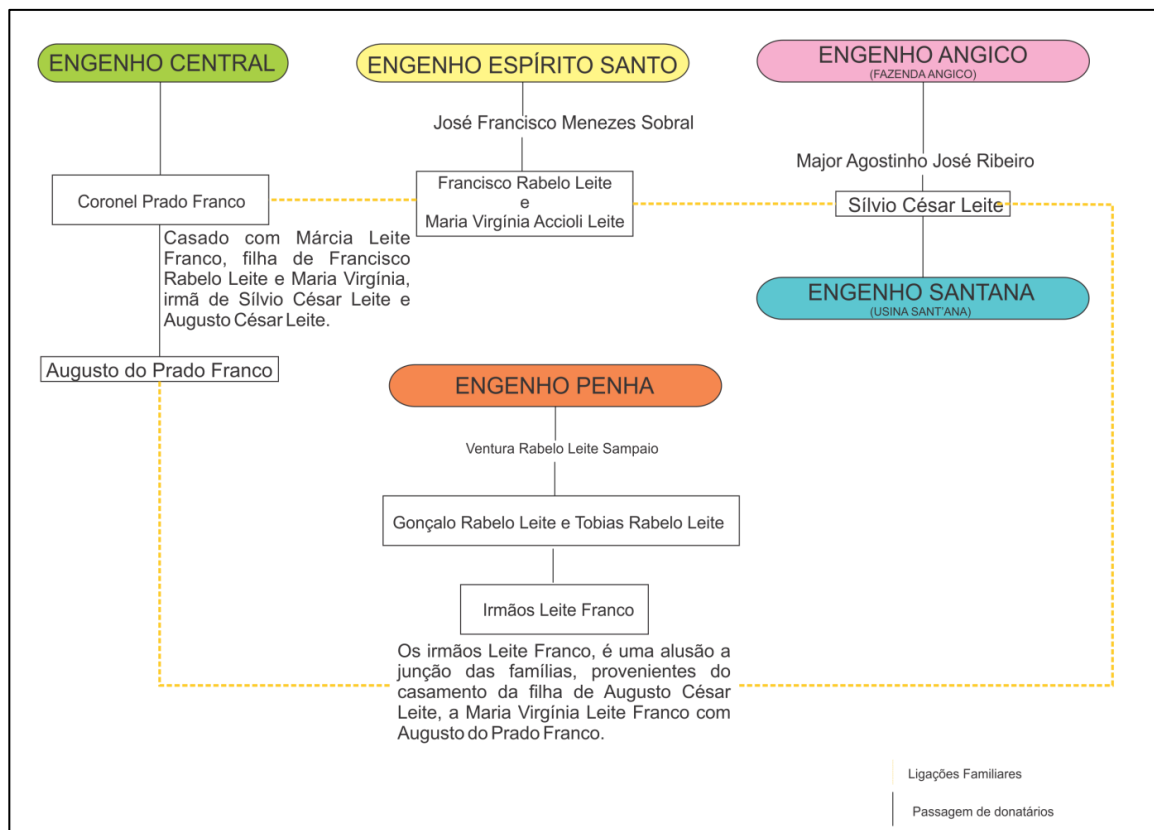
Nas mesmas configurações dos outros dois engenhos, o Engenho Massapê, que inicialmente pertenceu a Filipe Faro Motta em 1869 e posteriormente a João Garcez. O Engenho Lyra, pertencente à Dionízio Eleutério Menezes, e se caracterizava principalmente por manter também a produção de algodão. Sendo hoje identificado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN como um sítio arqueológico. O Engenho Porto dos Barcos, pertencente à família Garcez, e posteriormente “a morte de Tarso Garcez foi vendido a Eduardo Vieira Andrade” (BEZERRA, 2012, p. 57). O Engenho Santana, que era propriedade de Rufino Oliveira Sampaio e em 1920 torna-se a Usina Sant’Anna,

¹⁰ Parentela é o termo utilizado por Queiroz (1976) e por Lewin (1993) para designar e representar um tipo específico de relações de base familiar, onde se encontra incluído nele uma rede de parentes, sejam eles sanguíneos, ou consanguíneos, nos acordos de compadrio e compadresco, bem como por afilhados e amigos próximos. Divergindo-se do termo clássico francês de parentesco, que exclui desse termo os laços não consanguíneos. Atualmente o termo parentela tem sido bastante defendido como nova perspectiva de estudos que tomam as relações familiares de poder e política dentro das realidades empíricas locais dos municípios e regiões brasileiras, a exemplo de Sergipe, principalmente nos trabalhos de Petrarca (2017); Petrarca & Oliveira (2016); Petrarca, Lima e Bomfim (2016) e Lima, Bomfim & Medrado (2016).

pertencente ao médico Sílvio César Leite. O engenho Penha, que pertencia a Ventura Rabelo Leite de Sampaio, em 1780, depois ao Capital-Mor José Matheos da Graça Leite Sampaio, em 1800, depois a Gonçalo Rabelo Leite, Tobias Rabelo Leite de 1835 a 1870 e em 1940 aos irmãos Leite Franco. Por fim, o engenho Central de Riachuelo, configurando-se como o principal engenho da região, pois foi instalado em 1888 pela Companhia Paraíba do Norte e Sergipe e “representava no período de 1891-1892, por 5,6% da exportação açucareira de Sergipe” (BEZERRA, 2012, p. 59). Esse engenho passa a ser propriedade do Coronel do Prado Franco em meados de 1914, tendo como sócio João Rodrigues da Cruz. Sendo que em 1939, passou a pertencer apenas à família Prado Franco e em 1968 passa a pertencer a um único donatário, o empresário e político Augusto do Prado Franco, anexando-a posteriormente à Usina São José do Pinheiro. Substituindo posteriormente a função inicial de engenho e ganhando a função de fábrica de tecidos, a Sergipe Industrial S/A – SISA, em funcionamento atualmente.

A **Figura 2** apresenta com base na explicação dos cinco engenhos acima mencionados, como foi se moldando a configuração colegiada dessas famílias na construção de um domínio de ‘base familiar’, onde o critério fundamental era a posse dos territórios e da conjuntura político e social do município.

Figura 2 – Engenhos e seus donatários: exemplos da dominação colegiada



Fonte: BEZERRA, 2012. Organizada pelo autor, 2018.

Além disso, a figura acima consegue demonstrar como foram sendo criados os laços parentais entre esses senhores de engenhos e que logo depois serão refletidos na república com a formação das grandes famílias extensas, símbolos máximos desse arranjo sócio-político e econômico nos municípios. Em Riachuelo é possível perceber que mesmo sendo um pequeno município, foi através da posse dos engenhos que essa elite passava a construir laços com outras famílias, principalmente pelo matrimônio. Como se pode perceber, tomando à figura do Sílvio César Leite e sua ligação com o Augusto Prado Franco através do casamento de sua sobrinha (filha do Augusto César Leite), a Maria Virgínia Leite Franco, o que resulta na formação dos ‘Leite Franco’.

Foi nesse gradativo contexto, onde de meros colonizadores das terras férteis do Vale do Cotinguiba passam a se estruturarem como grandes líderes familiares, por conseguinte são identificados como senhores de engenhos e líderes coronelísticos. Isto posto pela articulação social e econômica que os facilitavam a dominarem a dinâmica socioeconômica e política do município. Isto demonstra que algumas famílias se tornam os baluartes representativos desse sistema oligárquico, a exemplo dos “Leites” e os “Francos”.

Sendo assim, por meio da formação desses engenhos nas terras do município de Riachuelo, permitiu demonstrar como foram construídas economicamente as bases para a posse do poder político local, visto que, por meio desses engenhos a economia e a política começam a serem entrelaçadas. Isto é claramente evidenciada num contexto onde a dominação econômica característica dos findos dos séculos XVIII e XIX constituam as bases oligárquicas e de dominação social, econômica e cultural desses centros rurais. Princípios básicos para a formatação de um conhecido modelo de estruturação dominante, que foram à composição de uma classe social historicamente estruturada: os senhores de engenhos, grandes donatários de terras, posteriormente coronéis, e, por conseguinte, articuladores e líderes políticos locais.

Desta forma, a perspectiva em que lançamos as análises sobre as famílias “Leite” e “Franco” como representações oligárquicas dentro do município de Riachuelo tornam-se claramente comprovadas quando passamos a interpretar as hierarquias parentais as quais a política-institucional e relacional no município se fundam. Ora, são através dessas ligações familiares, anteriormente estruturadas nas demarcações dos engenhos, que posteriormente se estruturam em redes de relações políticas e sociais, típicas características de formação de um bloco de dominação de ‘base familiar’, o qual só poderia ser analisado por meio do conceito analítico das parentelas, onde os afins e consanguíneos são vistos e analisados horizontalmente, mas sem perder o peso das ligações verticais – poderio econômico e

prestígios sociais aqui são fortalecidos. Por assim, este subitem direciona a entender como serão construídos os coronéis e os líderes republicanos aparentados dentro do cenário político riachuelense.

2.2. Dos coronéis a ‘líderes republicanos aparentados’: o uso de novos recursos sociais no domínio da liderança política local de Riachuelo

No município de Riachuelo, duas grandes famílias lideraram a política local – os ‘Leite’ e os ‘Franco’ –, e que continuam liderando a dinâmica política e econômica do município. Essas famílias se somam a duas outras famílias – os ‘Oliveira’ e os ‘Araújo’, famílias essas que conseguiram se estabelecer politicamente através da sua junção com a família Leite, ou seja, é uma dissidência política dos Leites.

Historicamente, desde a proclamação da República até os anos atuais, percebe-se claramente a presença de líderes dessas famílias nas esferas de governabilidade municipal, ora no legislativo, ora no executivo, embora houvesse também períodos em que essas lideranças familiares foram interrompidas por mutações dentro do próprio agrupamento, decorridas por meio da própria dinâmica política em torno da busca pela dominação e concentração do poder no município.

Numa espécie de domínio de ‘base familiar’, e por certo, numa espécie de dominação das parentelas dos ‘Leite’ e dos ‘Franco’, a política municipal foi estruturada. Condicionamos utilizar o termo parentela para traduzir a formação desse agrupamento familiar e político, pois, tomando a lógica de configuração da parentela como organização estrutural e política, a qual toma contornos mais extensos quando se trata em compreender a formação de dominação familiar nos espaços de poder político, indo além do núcleo consanguíneo. Compreender a formatação do grupo familiar e político ‘Leite-Franco’ em Riachuelo perpassa em entender as engrenagens familiares em que se somam em um único bloco os parentes consanguíneos com os não-consanguíneos, numa lógica onde a associação familiar se estende por meio dos casamentos, como é o caso dos genros, cunhados, sogro, tios, etc., como também pelos laços de apadrinhamentos, que seja de compadrio ou de compadresco. Neste propósito, o importante era estabelecer os vínculos e ampliar as redes de dominação e cooperação e reciprocidade.

Por meio dessa lógica, essas famílias tomaram para si o poderio local, graças às próprias flutuações e mudanças do sistema político brasileiro, utilizando da reconversão de seus recursos econômicos – principalmente, pois foram os donatários de grande parte dos engenhos da região – e políticos para a sua continuidade e consagração dentro dos cenários

sociais e políticos diversos. É o que aconteceu com a própria figura dos ex-senhores de engenhos, que passam a ser dotados do título de coronéis. Sendo esses atores, senhores de engenho durante o período imperial as grandes lideranças locais nos municípios brasileiros, e em Riachuelo essa máxima ficou expressivamente condicionada a esses dois grandes troncos. Tornando-se assim, as principais parentelas dentro do município, e obtendo representatividade em todas as áreas, fossem elas ligadas diretamente ao corpo administrativo da cidade ou em ramos privados da economia local.

Esses núcleos familiares formavam uma espécie de ‘famílias extensas, as quais eram núcleos estratificados, compostos por núcleos familiares diversos, formadas por variadas composições hierárquicas, sendo de baixos ou altos proprietários de zonas rurais, mas tendo como princípio básico a estruturação de uma base familiar, ligadas pelos laços de parentesco e alianças político-matrimoniais e econômicas.

De acordo com Queiroz (1976), elas em geral se formavam a partir da associação de parentelas aliadas, reunindo seus recursos sociais para perpetuar o seu domínio. Isso se percebe em Riachuelo, pois sendo esse um município geograficamente pequeno, e com um significativo número de engenhos, os senhores de engenhos começaram a ‘negociar’ os matrimônios dos seus filhos com os de outros senhores de engenhos de outras regiões, a exemplo de Laranjeiras, Maruim e Nossa Senhora do Socorro. Segundo Lima, Bomfim e Medrado (2016), essa negociação matrimonial fortalecia a estruturação de uma base dominadora, dotada de qualitativos representativos com o intuito de centralizar a formação de um ‘bloco familiar’ coeso e economicamente forte.

Entretanto é com o advento da República que se clarificam as formas de recomposição dessas elites rurais dentro do município e ocorre o fortalecimento dos seus qualitativos sociais, principalmente o econômico, familiar, educacional e político. Nesse princípio, onde o senhor de engenho passa a ganhar o título de coronel é que se estabelece claramente o seu poder. Como afirma Dantas (1987), embora tenha o coronelismo se formado como um fenômeno republicano é no Império, nas relações do patronado rural que ele ganha prepotência e força de representação de uma minoria abastada.

Vale lembrar que José Murilo de Carvalho (1996), tenha mencionado que a estruturação política e administrativa, os vícios e continuidades do modo de gerir e de instituir as futuras representações políticas do país, foram instituídos com as regalias provenientes da época colonial, as quais prosseguem durante o Império e resulta na República. Assim sendo, Ibarê Dantas, soma a discussão nessa perspectiva, quando nos remete que “*é na República que o coronelismo se realiza com todas suas características*” (DANTAS, 1987, p19).

Configurando-se como a forma assumida de mandonismo local, a partir da república, mas que durante os outros períodos históricos brasileiros, principalmente no fim do Império, com o estabelecimento das bases de posse e de propriedade dos senhores de engenhos, e, por conseguinte, dos proprietários rurais e que vão ganhando novas denominações ao longo da história.

Assim, podemos conceituar o coronelismo, de acordo com Ibarê Dantas (1987)¹¹,

“[...] podemos conceituá-lo como uma forma de representação política exercida por determinados proprietários sobre os trabalhadores rurais, ao mesmo tempo em que se impõem como intermediários entre as massas do campo e as oligarquias estaduais, tendo como objetivo a manutenção da estrutura de dominação. Essa forma de generalizá-la não deve, no entanto, ofuscar suas mutações: fases sucessivas marcadas tanto por elementos constantes como por traços mutáveis nas suas relações com o Estado. Ou seja, na medida em que o coronelismo vai moldando-o aos seus interesses, vai também adaptando-se às suas transformações. É a dinâmica que pode ser percebida através do resgate de sua historicidade” (p. 18).

Nessa perspectiva, o coronelismo é visto como resultado de uma tripla fundamentação, sendo ela econômica-social, ideológica e política. Econômico-social, em virtude de se destacar o grande proprietário rural mantendo relações sociais com os trabalhadores, numa espécie de dominação sobre a forma de dependência social. Já no âmbito ideológico, se demonstra através dos laços de lealdade e práticas de submissão em que são impostas aos trabalhadores rurais.

É no processo ideológico de confirmação do coronelismo, que as linhas de dominação e manutenção da dependência entre o proprietário rural, detentor dos meios de produção e facilitador das relações cotidianas entre os seus empregados rurais. Já a esfera política, se dá associada às outras duas, só se caracteriza no papel de intermediação que o proprietário rural exerce entre a sociedade política municipal e do estado e as massas rurais por eles regimentadas no âmbito municipal. Seu poderio fica estabelecido em uma dupla lógica de ação, ora controla as massas e por ora, também se legitima e legitima a política local e do estado, encabeçando frentes partidárias, legitimando acordos políticos e alicerçando suas bases político-econômicas.

¹¹ Embora existam outras definições sobre o coronelismo brasileiro e sua multifacetada organização, a escolha pela conceituação de Ibarê Dantas (1987), recaiu em dois pontos cruciais: a) o primeiro pelo fato de demonstrar como as flutuações na construção desse tipo de dominação se apresentam, levando-se em consideração as três esferas de fundamentação- econômica-social, política e ideológica em um mesmo peso de articulação; b) segundo porque o autor se propõe quando da sua conceituação em apresentar um estudo de caso que expressa significativamente como ocorreu as formas de coronelismo no interior do Estado, a exemplo de Itabaiana, agreste sergipano.

Mas quem de fato eram esses senhores que de grandes proprietários de terra, passam a ser conhecidos como coronéis? Segundo Vilaça e Albuquerque (2003), esses senhores coronéis eram identificados como tais, devido a sua constituição econômica. Semelhante aos barões, que recebiam esses títulos nobiliárquicos em virtude das suas grandes propriedades de terras, sobretudo de engenhos de açúcar. Esses títulos, de acordo com Samuel Albuquerque (2002), eram confirmações de poderio desses senhores em virtude da sua situação econômica, política e intelectual. Intelectual, principalmente em virtude das logicas de consagração que esses senhores passam a dar através de seus filhos, com os investimentos nos títulos acadêmicos. Sendo os títulos de senhores de engenhos, barões, mitigados por força da história cultural, esses começam a investir na linhagem, por meio de seus filhos, garantindo o prestígio em cima da tradição familiar.

Neste mesmo processo de estruturação em que os coronéis seguiram, o bacharelismo foi trilhando seus processos de fundamentação. Ou seja, com o advento da República, a estruturação do Estado e a institucionalização das profissões, o senhor coronel se vê obrigado a lançar novas perspectivas de estruturação do seu poderio, acionando então os seus filhos como trunfos estruturais, lançando-os para se formarem no exterior em umas das principais profissões da época (final do séc. XIX e início do séc. XX): o Direito ou a Medicina. Segundo Petrarca (2017), essa configuração representou uma importante estratégia das famílias para colocar seus membros no alto funcionalismo público e até mesmo em cargos eletivos, visto que, ao se tornarem senadores e deputados, os filhos dos coronéis formados em bacharelado faziam a conexão entre o município e o sistema político nacional.

Segundo Petrarca e Oliveira (2017), a conversão de senhores da oligarquia agrária para coronéis e, por conseguinte, a importância dada ao bacharelado como mecanismo de articulação e projeção da dominação dessas famílias abastadas se deu numa lógica de acúmulo de diferentes recursos sociais, os quais possibilitaram a diversificação da estrutura desses grupos. Principalmente com o advento da República, que aqui em Sergipe ficou centrada desde o final da década de 60 do século XIX até o seu início no revezamento entre Liberais e Conservados.

Todos esses dois partidos tinham em sua composição sede das parentelas, constituídos principalmente pelos filhos dos chefes (coronéis) locais, os quais adquiriram, principalmente nas faculdades de medicina e direito, tanto redes de contato, quanto a própria notabilidade adquirida com o título acadêmico. Era significativa para essa oligarquia a tutela de terem em sua família filhos ‘doutores’, mesmo que não destinados às funções práticas da própria profissão. Tornavam-se os novos líderes políticos, reflexos representativos dos seus pais.

Isso era possível, pois sendo esses filhos de grandes proprietários de terras, conviviam nos grandes centros urbanos, mantinham contato com outros filhos de coronéis de outros Estados e passavam a criar as suas redes de relações, fortalecendo os investimentos econômicos de suas famílias, como também as bases políticas de seus pais nos municípios de origem. É o que Queiroz (1976), Blondel (1957) e Love (2006), vão definir como “investimentos em títulos universitários”, representando uma característica comum em vários estados brasileiros, não sendo uma característica apenas de Sergipe. O investimento no bacharelado tornou-se uma técnica sofisticada e complexa de adaptação do coronelismo, além de representar uma força da estruturação do modelo de regimento familiar das parentelas na política brasileira, mais claramente observada quando nos debruçamos às esferas dos municípios, onde essas realidades ficam mais expostas.

Por essa linha de análise, somando-se a argumentação de Ibarê Dantas (1987), o coronelismo veio ao longo da história política brasileira ganhando novos contornos, visto que se num primeiro momento estava engessado no controle geral das massas e na legitimação política – se por força armada ou de persuasão –, por conseguinte, em virtude dos avanços burocráticos e legais da governabilidade (direitos, deveres, voto, etc.), passa a explorar seu prestígio construído através de uma tradição de mando paternalista e clientelista. E é nesse momento onde o voto torna-se a principal fonte de poder sobre os seus subordinados. A condição do voto para os grandes proprietários rurais – os coronéis republicanos – vai se contornando de acordo com as marés de privilégios e negociadas para a sustentabilidade da titulação e da força de dominação política e local.

Em Riachuelo, as grandes propriedades rurais, também se tornaram ‘cercas’ de potencialidades administrativas, como uma espécie de continuidade do poder, mesmo em meio às mudanças decorrentes das formas de regimes políticos. Se outrora, a representatividade era exercida principalmente pelos ‘senhores de famílias ilustres da localidade’, esses se tornavam os detentores do merecimento sacralizado ao voto popular, como uma espécie de confirmação de que se eram senhores de grande destaque social, assim também seriam na construção política republicana do município ao qual, de certa maneira, já eram administradores.

Neste sentido, partindo-se desde sua condição econômica de ex-senhores de engenho e assim intitulados na república como coronéis, esses atores começam a ganhar espaço utilizando-se posteriormente de outros recursos sociais como qualitativos de representação, dominação e prestígio: iniciam a acionarem os matrimônios entre consanguíneos e afins (principalmente pessoas da mesma classe social), depois a ampliação das suas redes de

dominação, pelo acionamento dos títulos acadêmicos e posteriormente pelas influências e tomada dos amplos cargos de estruturação do Estado.

Com base nessa perspectiva, quando tomamos os ‘Leite’ e os ‘Franco’ como objeto de análise, compreendendo e interpretando a construção de suas parentelas e atrelando-as a composição política e estrutural do município de Riachuelo, percebemos claramente a evidência da formatação de um domínio de base familiar, onde os seus qualitativos sociais são valorados e utilizados como trunfos para se manterem e serem acionados como moedas representativas de privilégios de diferenciação e dominação entre as outras famílias no município.

Podemos então exemplificar essa forma de estruturação de dominação e força política tomando como ponto de partida os primeiros casamentos de Francisco Rabello Leite, mais conhecido como ‘Velho Leite’. Seu primeiro casamento se deu com Maria de Faro Rollemberg, legítima representante e herdeira do tronco familiar dos Rollemberg, provenientes do Barão de Japaratuba (Gonçalo de Faro Rollemberg [19819-1879]), um dos principais senhores rurais de Sergipe. Desse seu primeiro casamento, nasceram: Maria Izabel, Sílvio César Leite e Márcia Leite.

Destaca-se no cenário político do Estado o médico e pecuarista Sílvio César Leite. Sílvio Leite, embora tenha nascido em Japaratuba, nas propriedades de seu avô o Barão de Japaratuba, foi criado em Riachuelo, onde pode acessar as bases de relações dos seus familiares. Destacou-se como médico, principalmente atuando ao lado de seu irmão, o Augusto César Leite, filho do segundo casamento do ‘Velho Leite’. Nesta segunda união matrimonial do ‘Velho Chico’ com a Maria Virgínia Accioly Leite, outra vinculação importante se trava, pois esta era uma das herdeiras do baronato de Estância. Sendo provenientes dessa união os seguintes filhos: Augusto César Leite, Josefina Leite, Aurélia Leite, Armando Leite, Francisco Leite Filho (Chico Leite), Isaura Leite, Aloísio Leite e Júlio Leite (BEZERRA, 2012).

Os dois consórcios matrimoniais do Coronel Velho Leite foram cruciais para que ele pudesse estabelecer e ampliar as suas redes de relações, principalmente através do investimento na diplomação acadêmica dos seus filhos. Segundo Bezerra (2012), este não possuía formação acadêmica, contudo, os seus herdeiros assumiram diversas áreas, como por exemplo, medicina, direito, engenharia e agronomia. Grandes áreas acadêmicas no início do século XX.

Típico coronel, proprietário de grandes extensões territoriais, o ‘Velho Leite’ era um político moderado, não chegou a exercer nenhum cargo letivo ou delegado de destaque no

município de Riachuelo, embora tenha mantido significativas relações com os chefes políticos de outros municípios do Vale do Cotinguiba, a exemplo de Laranjeiras e Maruim, como também no sul do Estado, principalmente através da sua vinculação com o baronato de Estância. Esse é um traço significativo, tendo-se em vista que poderia não ter tido um cargo, mas a sua força representativa de ‘coronel’ estabelecia laços de fidelidade e ou solidariedade com outros coronéis ou autoridades políticas da região.

A trajetória matrimonial do coronel ‘Velho Leite’, nos permite exemplificar as ampliações das parentelas, quando essas somadas as trajetórias de seus filhos, netos e bisnetos, demonstrando como ocorreu a diversificação e ampliação dos recursos, os quais foram ao longo do tempo reconvertidos em trunfos de dominação local.

Assim sendo, tomando a trajetória do seu filho Sílvio César Leite, que ao contrair matrimônio com a Lourença Rollemberg Leite passa a ampliar as redes de relações com os “Rollemberg” de Itaporanga e Japaratuba, pois sua esposa era filha do Barão de Japaratuba, e desse seu casamento destacam-se os seus filhos José Rollemberg Leite e Francisco Leite Neto, que recebe esse nome para fazer referência icônica ao seu avô, pois desta forma carregava em seu nome a junção de dois importantes sobrenomes de peso econômico e político no Estado, tanto o ‘Leite’ de Riachuelo, como o ‘Rollemberg’ de Itaporanga e Japaratuba.

O José Rollemberg Leite, como engenheiro, professor e político, teve destaque principalmente em decorrência de seus cargos eletivos, pois assumiu o Governo de Sergipe por duas vezes, a primeira em 1947 até 1951, e a segunda como interventor durante o período da tutela militar por indicação do Governo Federal¹² na gestão do General Ernesto Geisel, 1975 a 1979. No intervalo entre esses dois mandatos, exerceu o cargo de Senador da República por Sergipe, no período de 1965 a 1970.

Bezerra (2012, p. 112), exemplifica categoricamente como os laços matrimoniais contribuíram significativamente para a composição dos espaços de poder dos ‘Leite’ em outras áreas de afirmação do estado. Conforme cita:

¹² Maiores informações sobre os mandatos governamentais de José Rollemberg Leite encontram-se nas seguintes obras: DANTAS, I. *História de Sergipe: república (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. DANTAS, I. *A tutela militar em Sergipe: 1964-1984 (partidos e eleições num estado autoritário)*. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2004.

“[...] Entre os tios, de sobrenome Leite, Augusto César Leite, e Júlio César Leite, na atividade industrial e também na política, como senador da República. Entre os irmãos, ostentando o Rollemberg como neto do senador e Barão de Japarutuba, e sendo ainda, bisneto do Barão de Estância destacaram-se no seu tempo, José Rollemberg Leite, como engenheiro, professor, Governador do Estado por duas vezes; Gonçalo Rollemberg Leite, advogado, professor e jornalista; Alfredo Rollemberg Leite, jornalista, político e advogado e Márcio Rollemberg Leite, intelectual”.

Outra trajetória que demonstra o acesso e formação do poderio familiar através dos consórcios matrimoniais é a de Júlio César Leite, que foi empresário e político. Sendo que como político exerceu o seu poderio muito mais acionando as suas redes familiares, dando apoio a diversos candidatos tanto no município de Riachuelo como de Estância. Em Estância em virtude de seu casamento com Carmem Gonçalo Prado, filha do Coronel Gonçalo Prado, que era o proprietário da Usina Pedras em Maruim e da Fábrica de Tecidos Santa Cruz em Estância (uma das mais importantes do estado de Sergipe nos fins dos anos 50). Sendo que o seu maior cargo de destaque na política foi como Senador por Sergipe em 1950, embora tenha militado nos bastidores da política sergipana sistematicamente, seja na fundação da União Republicana em 1933, junto com o seu irmão Augusto César Leite e do seu sogro Gonçalo Prado e do ex-governador Eronildes de Caralho em 1935. Mas foi em 1947, que o Júlio César Leite participou ativamente no fortalecimento do grupo político por ele liderado, com o intuito de eleger o seu sobrinho, José Rollemberg Leite, para o cargo de Governador do Estado.

Com a redemocratização em 1945, pós-Ditadura Vargas, funda em Sergipe o Partido Republicano (PR), aliado as coligações partidárias com o Partido Social Democrático (PSD), liderado pelos seus sobrinhos Francisco Leite Neto e José Rollemberg Leite. Contudo, com a tutela militar de 1964, e a extensão dos partidos políticos e a criação do bipartidarismo, Júlio Leite migra para a Aliança Renovada Nacional – Arena (FIGUEIREDO, 1986).

Essas relações demonstram como iam se ampliando as redes de parentelas desses atores, embora seja um conceito que se estende até a década de 30 do séc. XX, os reflexos dessa forma de estruturação política e social se expandem pra uma rede de relações, dotada de contornos de dominação no cenário político e institucional do Estado. Como acontece quando analisamos a trajetória do Augusto César Leite, pois através dele conseguimos encontrar o elo entre os ‘Leite’ com os ‘Franco’, e perceber como esses se inserem na política do município de Riachuelo, seja de forma direta ou indireta.

O médico Augusto César Leite, mais conhecido como o “pai fundador da institucionalização da medicina em Sergipe¹³”, passou em vários seguimentos profissionais, tanto como médico no interior do estado, destacando-se em Riachuelo junto ao seu irmão Silvio César Leite e nos municípios de Capela e Maruim. Depois em 1913, passa a trabalhar no Hospital Santa Izabel (único hospital de Aracaju), expandindo sua área de atuação para a área educacional, assumindo a Direção da Escola de Aprendizizes e Artífices (Instituto Federal de Sergipe-IFS). Em 1926, aliado ao governo de Graccho Cardoso (1922-1924) fundam o Hospital de Cirurgia. Já alicerçado na política, principalmente através das suas redes profissionais e com o peso também atribuído a sua origem familiar, em 1934, entra para a política sergipana como um dos fundadores do Partido da União Republicana em Sergipe, quando se torna senador da república.

Mas a trajetória de Augusto César Leite soma-se a nossa investigação, em virtude do casamento de sua filha Maria Virgínia Leite Franco com Augusto Prado Franco. É através dessa aliança matrimonial que teremos a influência dos ‘Franco’ na política de Riachuelo. O que se soma também ao fato de que Augusto César Leite era irmão de Francisco Leite Filho ‘Chico Leite’, que se torna um dos principais líderes políticos do município de Riachuelo. Com o casamento de sua sobrinha com Augusto Franco, se estabelece na política de Riachuelo uma nova fonte de poder alicerçado na herança familiar, pois sendo o Augusto Franco, também médico aciona esse recurso profissional junto a sua posição de genro do ‘anjo de jaleco’, como era chamado o Augusto César Leite. Ou seja, somou-se em um único ator a reconversão de vários qualitativos sociais – a herança familiar, tanto econômica como política e o *background* profissional. Esses condicionantes foram fundamentais para a sua inserção e ascensão política, iniciando sua trajetória com o cargo de deputado federal, depois senador e, por conseguinte como Governador do Estado.

Proveniente de uma família de origem oligárquica, Augusto Franco torna-se o principal ícone dos ‘Franco’ na esfera estadual, principalmente a partir da década de 50, quando de acordo com Dantas (2004) inicia-se a forte relação do estado de Sergipe, ou seja, as instituições de estruturação do Estado e os vários seguimentos pelos ‘Franco’ acionados como suas redes de dominação, a exemplo das atividades açucareiras, têxteis, setores da comunicação e na política estadual e municipais. Reflete-se significativamente nas fortes

¹³ Maiores informações sobre a institucionalização da medicina em Sergipe encontram-se nos trabalhos desenvolvidos pela Profa. Dra. Fernanda Petrarca em seus estudos sobre as Elites Médicas e a institucionalização da profissão médica em Sergipe nos trabalhos desenvolvidos no Laboratório dos Estudos do Poder e da Política – Lepp/UFS.

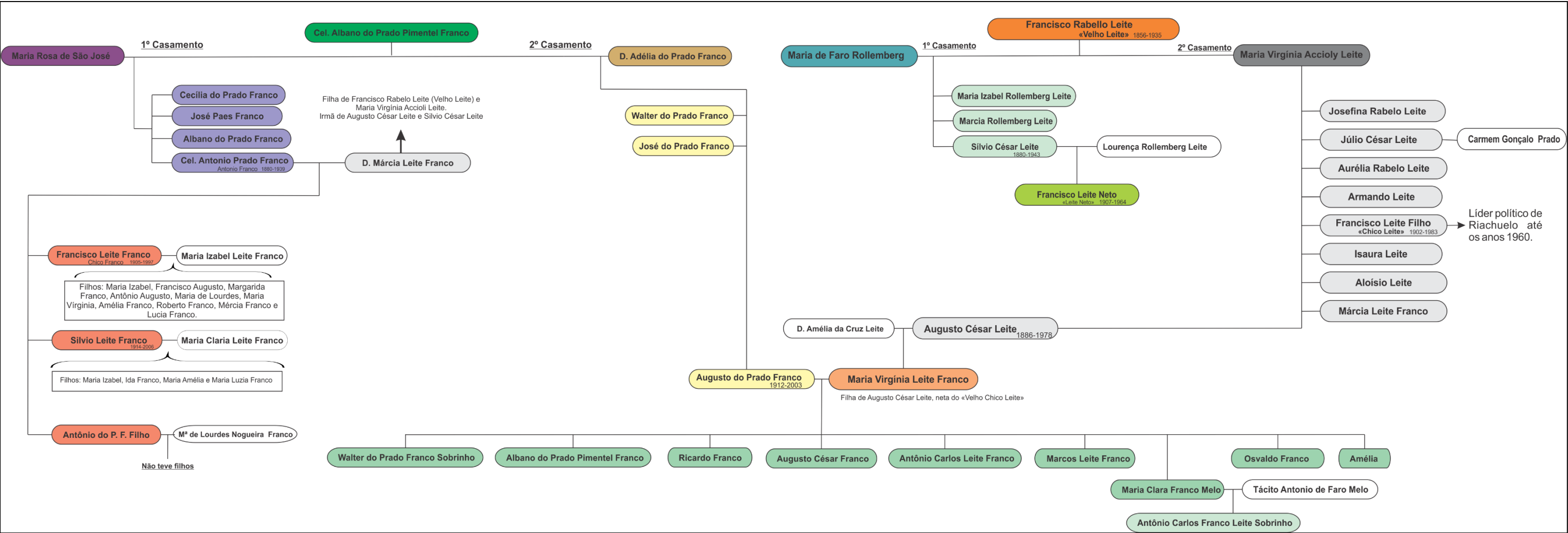
tendências políticas nos municípios do Vale do Cotinguiba e no Estado com a candidatura de um dos seus descendentes, o seu filho, Albano Franco como deputado estadual (1967-1971), deputado federal (2007-2011), senador (1983-1995) e governador de Sergipe (1995-2003).

A descrição das trajetórias matrimoniais e políticas dos ‘Leite’ e dos ‘Franco’, como foram acima mencionadas, permite demonstrar como foram construídas as redes de relações e os elos entre esses dois troncos familiares, resultando na junção de um único tronco familiar, ao qual chamamos de “Leite-Franco” (conforme demonstra a **Figura 3**). Tronco esse que na política de Riachuelo alicerça-se e torna-se uma das principais formas de dominação política no município. Contudo, não apenas no município de Riachuelo, mas em municípios circunvizinhos, refletindo também na política estadual, pois a partir desse tronco familiar novas lideranças políticas surgiram e fortificaram a política regional.

Podemos citar como exemplo dessa junção entre os ‘Leite’ e os ‘Franco’ a trajetória de Marcos Leite Franco Sobrinho, filho de Antônio Carlos Leite Franco e Tereza Augusta Miranda Franco, que atualmente exerce o cargo de Diretor na empresa Sergipe Industrial S/A, localizada no povoado Central, no município de Riachuelo, e que na política estadual exerceu dois mandatos como deputado estadual – 1999 a 2002 e 2003 a 2006. Estimulado politicamente pela tradição política de seus familiares, principalmente seu avô, Augusto Franco e do seu tio Albano Franco. Atualmente, Marcos Franco é um dos principais articuladores e líder político, externo, com forte influência na política de Riachuelo e no município de Laranjeiras. Um exemplo de seu poderio na liderança política pode ser demonstrado através da candidatura de seu primo, Antônio Carlos Leite Franco Sobrinho, para o cargo de prefeito do município de Riachuelo. Antônio Carlos é filho de Tácito Antônio de Faro Melo e Maria Clara Franco Melo. O seu nome foi lançado na política local por força da articulação política de seu primo, Marcos Franco, que o direcionou a política, sendo eleito por duas vezes consecutivas para a gestão majoritária do executivo municipal – 2005 a 2008 e 2009 a 2012.

Essas trajetórias aqui apresentadas demonstram como foram construídas as redes de relações e os elos familiares entre esses dois troncos familiares, numa espécie de ‘domínio de base familiar’, perpassando-se desde as sua formação através do sistema coronelista de dominação até as novas formas de apropriação das estruturas de dominação do estado por meio da diplomação dos seus filhos (bacharelismo) durante o início da República. Estratégia essa que possibilitou a estruturação de uma engrenagem de poder, onde a herança familiar, economia e política tornaram-se trunfos significativos para a manutenção e permanência das redes de relações e dominação tanto na política municipal como na política estadual.

Figura 3 – Elos das Famílias Franco e Leite de Riachuelo: A Parentela ‘Franco-Leite’¹⁴



FONTE: BEZERRA, 2012. Diagramação, Breno Franco, 2018. Organizado pelo autor, 2018.

¹⁴ A Figura acima permite demonstra o elo de junção entre as duas famílias, os ‘Franco’ com os ‘Leite’ de Riachuelo. Esse elo é pontuado principalmente através do casamento entre a filha do médico Augusto César Leite, a Maria Virgínia Leite Franco e o Augusto Franco, filho do Coronel Albano do Prado Franco.

Outra análise importante quanto à estratégia de estruturação dos modos de dominação estabelecidos por meio da junção dessas duas famílias deu-se por meio da diversificação em outras áreas de atuação dos membros dessas famílias nas estruturas do Estado. Utilizando o bacharelismo como característica fundante, esses passaram a dominar os principais postos de poder na política sergipana. São exemplos dessas estratégias, as trajetórias de Júlio César Leite e Augusto César Leite, que passaram a assumir postos significativos no Estado, através de cargos eletivos e na estruturação e institucionalização de áreas profissionais. E outros ficaram localizados na esfera política municipal, como por exemplo, Chico Leite, que passa a ser um dos principais nomes da política de Riachuelo e através dele se perpetua uma linhagem de políticos no município, seja de forma consanguínea e ou por meio dos apadrinhamentos de seus aliados e afins.

Essas lógicas de articulação estabelecidas por meio das parentelas contribuíam para a formação de uma estrutura de dominação onde alguns dos familiares que compunham a ‘base familiar parental’ passa a se lançarem politicamente em outras esferas, ou seja, transpõem a fronteira local do município e tornam-se políticos do Estado de Sergipe. Dessa forma, passam a contribuir através dos seus cargos políticos para a continuidade e centralização política de seus parentes tanto no município como ganhando abrangência para além dele. Nesse processo, tornava-se possível manter uma base local eletiva significativa para a manutenção das suas carreiras profissionais na política. São exemplos disso às trajetórias dos sobrinhos de Chico Leite: o Francisco Leite Neto no senado federal e sua vinculação direta com Carvalho Neto e Augusto Maynard, a de José Rollemberg Leite como governador do Estado (1947 a 1951 e 1975 a 1979). A sustentação dessa base local era facilmente percebida, também, através dos laços consanguíneos diretos, como por exemplo, o fato de que quando o Chico Leite desponta para a política estadual como deputado estadual, o seu filho Júlio César Leite Sobrinho passa a assumir o executivo municipal de Riachuelo (1967 a 1970).

Essa perspectiva de poder representada na figura dos Leites no município fica bem característica quando apresentamos a trajetória política do Júlio César Leite, que por ser filho do Chico Leite, adquire o capital político do seu pai e torna-se prefeito, mas prioriza a construção de uma carreira dentro da conjuntura local, formalizando assim um campo para os seus herdeiros políticos, que é o caso de seu filho, Aldebrando Leite, que também se torna político, assumindo o cargo de vereador e logo depois por duas vezes torna-se prefeito do município. Hoje sendo muito mais conhecido como uma liderança política local.

2.3. Lideranças políticas em troncos familiares: os encontros e desencontros de uma política de parentela

A parentela se constituiu em um princípio de organização social e político cunhado no século XIX e se estendeu até as primeiras décadas do século XX, posteriormente essa organização ganha à denominação de redes de base familiares. É importante situar historicamente em que período se cunha a parentela, a qual, segundo Petrarca (2017), se define como um princípio de estratificação social organizada com base na rede de parentes e afins, onde agrupamentos políticos locais são estabelecidos em uma lógica respaldada pelo ‘domínio de base familiar’, o qual se diferencia da noção de ‘domínio familiar’ (Lewin, 1993), que se caracteriza pelo recrutamento político mediante ligações de parentesco mais próximas.

O uso do termo parentela e que depois ganhará o nome de rede de base familiar neste estudo, *“nos permite, analiticamente, compreender a rede de parentelas e amigos de um chefe político que constituía sua base fundamental de apoio e domínio”* (PETRARCA, 2017, p. 91). Nesta perspectiva é que são apresentadas as trajetórias das 03 (três) principais lideranças políticas no município de Riachuelo, principalmente nas décadas de 40 até aproximadamente os anos 90, e que posteriormente refletem nas eleições e nas trajetórias de novos políticos riachuelenses: Júlio Leite, Pedro de Oliveira e João Grande. Os quais, as suas redes de dominação ficam representadas tanto em meio à própria representação imaginária que esses políticos exercem nos munícipes, na figura de liderança concreta e de sucesso, como também na capacidade de transmitir de forma ‘hereditária’ aos seus familiares, parentes e afins seu poderio político, sendo facilmente reconhecidos pela comunidade local como os *“continuadores dos bons feitos de seus pais”¹⁵*. Tornam-se assim dentro da política local o ‘Pai político’, mesmo que esse seja apenas um cunhado, concunhado, sobrinho, afilhados distantes, ou simplesmente, *“criados pelos Leites”¹⁶* ou *“apadrinhado pelos Francos”¹⁷*.

Assim sendo, o Júlio Leite como descendente direto da família Leite e por ser o herdeiro direto do capital político de seu pai, o Chico Leite, demonstra em sua trajetória a

¹⁵ Relatos extraídos com um dos moradores da cidade de Riachuelo durante a campanha política, em outubro de 2016. Neste momento, questionava o que eles identificavam como positivas as propostas de campanha de uns dos candidatos – hoje vereador eleito – neto de uma dessas lideranças políticas.

¹⁶ Relatos orais apreendidos em conversas informais com os munícipes, principalmente quando questionados sobre quem se tratava ser ‘determinado candidato a vereador e ou prefeito’. Fonte: Diário de campo do pesquisador. Data: 11 de out.2016.

¹⁷Relato orais dos munícipes (extraídos de conversas informais) em relação às ações e projetos de alguns vereadores. Fonte: Diário de campo do pesquisador. Data: 10 de dez. 2017.

continuidade dessa parentela nas redes de dominação da política riachuelense. Contudo, as inserções do Pedro de Oliveira e do João Grande na política do município se configuram como exemplos ilustrativos que fortalecem o aspecto de diversificação de novos componentes dentro das parentelas, ora se antes a ligação era apenas com os seus parentes lineares (Chico Leite e Júlio Leite) a cooptação de novos integrantes ao grupo dessa parentela se dá com o acesso de aliados, ou seja, os afins que estão diretamente conectados a parentela dos ‘Leite’, o caso do Pedro de Oliveira e do João Grande. Isso fica bem claro quando analisamos as bases políticas do município de Riachuelo, tomando como ponto de partida a influência dessas famílias e desses políticos na política local e no estado de Sergipe.

De acordo com Bezerra (2012, p. 101), *“Na linhagem da família ‘Leite’, reside a maior expressão da habilidade para o comando e a articulação na esfera política”*. Essa afirmativa se dá em decorrência da permanência de membros dessa família desde o final do século XIX no cenário político do município e refletindo até hoje na política local. Contudo, embora tenham ocorrido períodos onde não se vê nos sobrenomes dos prefeitos e ou vereadores ligações diretas/consanguíneas desses com outros políticos, mas é nisso que se insere o princípio de organização política da parentela como um conceito que apreende essas realidades. Ou seja, mesmo que esses não estivessem diretamente na linha de frente dos cargos eletivos, mantinham os seus ‘apadrinhamentos’ como continuadores dos seus projetos e articulações políticas.

Bezerra (2012, p. 101), é enfático quando sinaliza isso, mesmo de forma um tanto quanto apaixonada sobre esses políticos, o registro valida-se pela riqueza de dados apresentados, assim afirma:

“Nomes ilustres como Francisco Rabello Leite, José Rollemberg Leite, Francisco Leite Neto, Júlio Cesar Leite, Augusto César Leite e Francisco Leite Filho, pontilham a história política local, estadual e nacional, exercendo cargos de prefeito, deputado estadual e federal, senador e governador. [...] Filhos de outra linhagem somaram-se aos “Leite” e consubstanciaram o brilho da constelação política riachuelense. Falamos de Paulo Barreto de Menezes, Manoel Padro Vasconcelos, Pascoal Nabuco D’Ávila e José Garcez Vieira”.

Mesmo que o autor não utilize o princípio da parentela como condicionante para a perpetuação desses políticos no cenário do mandonismo local, isso fica bem claro quando fala da *‘soma de outras linhagens’* aos os ‘Leite’. Contudo, como defendido no início deste subitem, passaremos a tratar dos três políticos que mais se destacaram na política riachuelense. Esses foram escolhidos em meio aos que outrora foram citados por Bezerra (2012), mas que por se ligarem diretamente as articulações e linhagens de continuidade

política em Riachuelo nos dias atuais, principalmente nas gestões atuais do executivo e do legislativo. São eles: Júlio César Leite, Pedro de Oliveira Santos e João Pereira de Araújo.

Júlio César Leite Sobrinho (1935-2002) nasceu em Riachuelo, filho de Francisco Leite Filho (Chico Leite, como era comumente conhecido) e Alaíde Rabelo Leite. Seu pai é conhecido dentro da história política de Riachuelo como o político com maior número de mandatos como prefeito de Riachuelo, embora esses dados não fiquem expressivos na literatura histórica apresentada, e também na Câmara de Vereadores, pois não existam registros efetivos referentes à sua gestão. Conforme foi sinalizada no início deste trabalho (nos procedimentos metodológicos) a grande maioria dos documentos oficiais não estão ainda organizados em um arquivo significativo, tanto na prefeitura quanto na Câmara de Vereadores, encontrando-se apenas referências à administração do Chico Leite nas listas de presenças das Reuniões Ordinárias do legislativo e nos Livros de Atas. Contudo, o Chico Leite teve uma vida política significativa, sendo Suplente de Deputado Estadual nos períodos de 1947-1950/ 1951-1954. Sendo efetivamente Deputado Estadual na legislatura de 1963-1966 / 1967-1970. Militante do Partido Republicano (PR) e na Aliança Renovada Nacional (ARENA) (BEZERRA, 2012). De fato, sua vida política fica marcada pelas derrotas consecutivas e inesperadas, através de seus dois discípulos políticos: Pedro de Oliveira Santos (Pedão) e João Pereira Araújo (João Grande).

Retomando a trajetória de Júlio César Leite Sobrinho, Júlio Leite como era chamado no município, teve o aclame político justamente no mesmo período em que seu pai, Chico Leite, exercia o mandato de Deputado Estadual (1967-1970), o que lhe facilitou as benesses para o município de Riachuelo. Vale aqui ressaltar, que neste período estávamos passando pelo período da Tutela Militar, através da reorganização partidária de 1966, nascida pelo AI-2, foi durante esse período em que em se unificou no estado de Sergipe o maior número de grupos políticos dominantes do período pós-30, representando a soma de agremiações que ora eram divergentes em uma convergência de facções políticas para atender os interesses impostos pela Tutela Militar, sendo que a maioria dos quadros políticos estaduais filiou-se ao partido governista (ARENA). Também é importante mencionar, que com o AI-2, *“os pleitos eleitorais ficavam restritos para os cargos legislativos e prefeitos do interior do Estado”* (DANTAS, 2014, p. 104).

Em meio a esse contexto político-histórico a trajetória política de Júlio Leite foi cunhada. Essa trajetória não foi marcada por grandes embates políticos, mas sim, cunhada principalmente por força da herança arreigada ao nome dos seus antecessores e seus sucessores, com vinculações familiares principalmente. Assim sendo, quando se fala na

cidade sobre o período de sua liderança política, saudosamente sua gestão é marcada e representada através das obras públicas, sejam elas escolas, instalação da rede de esgoto sanitário, calçamento e pavimentação das ruas, quadra de esportes, somando-se as obras que demonstravam a sua ligação e facilitações com outros políticos em esferas maiores, como por exemplo, a Rodovia SE-245, em parceria com o governador Lourival Baptista¹⁸ e do deputado estadual Francisco Leite Filho.

Quanto à sucessão familiar de Júlio Leite na política riachuelense, temos o seu filho, Aldebrando de Menezes Leite, ou ‘Aldé Leite’ como é conhecido no município, casado com Cândida Emília Sandes Vieira Leite, atual prefeita do município (2013-2016; 2017-2020). Sua vida política foi respaldada através da história política de seu pai e de seus avôs e bisavôs. Tendo iniciado sua vida política em Riachuelo, num hiato de aproximadamente duas décadas de afastamento da família Leite do poder executivo municipal. Inicialmente exerceu o cargo de vereador no período de 1989-1992. Depois se lança com candidato a prefeito e é derrotado pelo seu principal opositor político, Américo Ferreira Leite (que foi eleito para o pleito de 1993 a 1996, mas sofreu impeachment e teve seu mandato suspenso por medida judicial em 02 de maio de 1996, sendo então concluído pelo seu vice, João Rodrigues dos Anjos, que foi vereador e presidente da Câmara de Vereadores por dois Biênios).

Identificado como o ‘principal remanescente’ (BEZERRA, 2012) para a continuidade da linhagem política dos ‘Leite’ em Riachuelo, Aldé Leite tornou-se prefeito do município em dois mandatos consecutivos, no período de 1997 a 2004. Passando a chefia do administrativo local ao seu primo de terceiro grau, Antônio Carlos Leite Franco Sobrinho (acima mencionamos sobre as vinculações familiares do Antônio Carlos com os Leites de Riachuelo), um dos ‘Franco’, como era chamado pelos moradores do município. Sua candidatura e vitória política se deram por meio do apoio direto de Aldé Leite e de Marcos Franco. Quando da primeira gestão de Antônio Carlos Leite Franco Sobrinho (2005-2008), teve ao seu lado um dos aliados da família Leite na Câmara Legislativa, José Lenaldo Araújo, que foi vereador e presidente da Câmara em 1999/2000.

¹⁸ Durante o governo de Lourival Baptista, o Diretor Geral do DER (Departamento Estadual da Infraestrutura Rodoviária) era o engenheiro Sr. Paulo Barreto de Menezes (1925-2016), natural do município de Riachuelo e que iniciou sua vida pública e partidária por meio de um pedido do ex-governador Lourival Baptista, que no final do seu mandato pediu para que Paulo Barreto filia-se a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), logo em seguida, teve o seu nome indicado para a lista dos prováveis indicados a Governadores do Estado de Sergipe, lista essa que seria levada para o então Presidente da República Emílio Garrastazu Médici. Pós-filiação e aprovação do Diretório Estadual da ARENA, aprovou-se por unanimidade, a escolha do presidente e a Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe o elege por unanimidade para exercer o cargo de Governador do Estado de Sergipe para o quadriênio de 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975 (MENEZES, 2010).

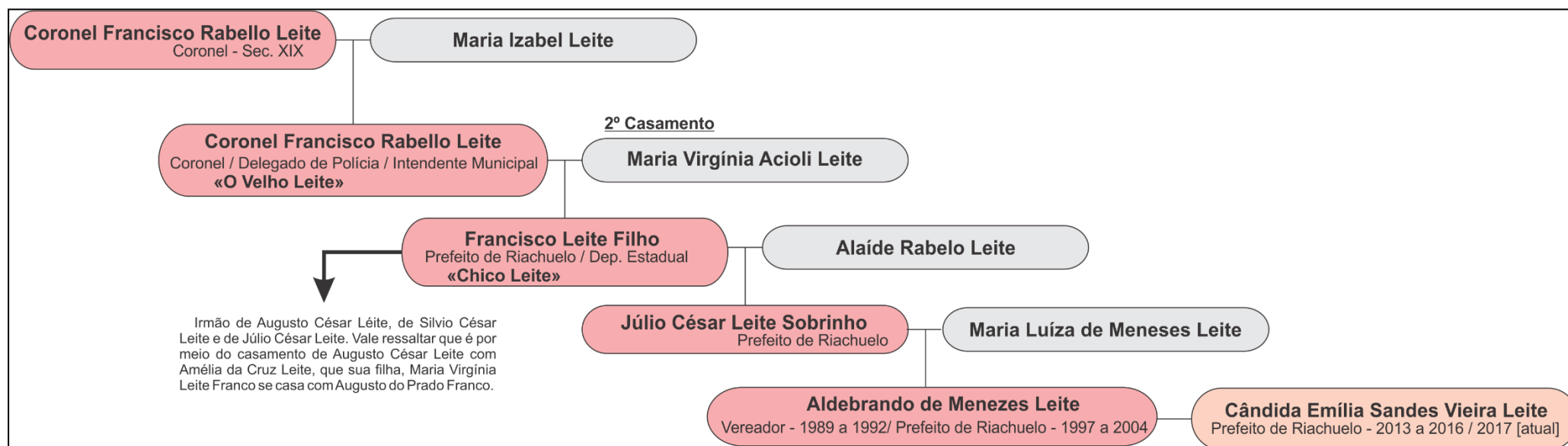
Em meio às dinâmicas e as lógicas políticas e partidárias construídas e desenvolvidas em meio a política local, no final da sua primeira gestão, Antônio Carlos Leite candidatou-se a prefeito novamente, tendo como apoio direto as principais lideranças políticas municipais e em virtude dessa candidatura, ocorreu a cisão entre o seu antigo aliado político, Aldé Leite. Pois o embate eleitoral se deu entre a esposa de Aldé Leite (Cândida Emília Sandes Vieira Leite) e Antônio Carlos Leite Franco Sobrinho, o qual saiu vitorioso e geriu o município no período de 2009-2012.

Com o final do seu mandato, o Antônio Carlos Leite Franco Sobrinho torna-se o principal articulador para a campanha eleitoral da Cândida Emília. Apoio e articulação essa personificada através da indicação direta de seu ex-secretário municipal de obras, Daniel Rezende Campos Oliveira, para o posto de vice-prefeito. O Daniel Rezende foi vereador no município na última gestão de Antônio Carlos, mas abdicou do cargo para ocupar o cargo de secretário e logo depois se afasta da pasta para concorrer na chapa eleitoral junto a Cândida Emília. Hoje, o Daniel Rezende é novamente vice-prefeito do município (2013-2016; 2017-2020).

Em meio a essa conjuntura de dissidências, acordos e fortalecimentos dos laços familiares e políticos, no ano de 2013 a Cândida Emília Sandes Vieira Leite foi eleita à primeira mulher a assumir o executivo municipal. Atualmente, foi reeleita na eleição municipal de 2016, a qual saiu vitoriosa em uma campanha eleitoral contra um dos antigos vereadores do município, Demostenes Silva dos Anjos, mais conhecido como o ‘Vereador Deminho’. ‘Deminho’ vem de uma formação política atrelada a seu pai, Jacintho Silva dos Anjos, que foi eleito como vice-prefeito na gestão de Pedro de Oliveira, em 1982.

Com base nesses dados, da trajetória do Júlio Leite, conseguimos demonstrar como a política do município de Riachuelo ficou demarcada pela presença dos ‘Leite’ no domínio político local. Contudo, apenas a sua trajetória não sinaliza por todo esse contexto político-histórico ao qual essa família estruturou os espaços de poder municipal. É importante relacioná-la com as trajetórias apresentadas no subitem anterior – dos coronéis a líderes republicados. A **Figura 4** abaixo demonstra como essa família ao longo do tempo perdurou o seu domínio na política riachuelense.

Figura 4 – Família Leite na política do município de Riachuelo: séc. XIX aos anos 2017



Fonte: BEZERRA, 2012. Organizada pelo autor, 2018.

Observação: A figura demonstra significativamente como em períodos longitudinais a liderança política da família 'Leite' ganhou ascensão e consagração na política do município de Riachuelo, desde o século XIX até os dias atuais.

Numa lógica de reciprocidade, solidariedade e ou lealdade político-partidária, em meio aos mais amplos interesses políticos administrativos, temos as trajetórias de dois outros políticos que são reconhecidos como os principais protagonistas das mutações e recriação de novas lideranças políticas no município de Riachuelo, principalmente pelo fato de serem reconhecidos como ‘crias dos Leites’, ou como podemos chamar, ‘parentelas dos Leites’, e depois se tornam lideranças concorrentes e marcam a história política municipal.

Pedro de Oliveira Santos (1938-1995), ou apenas ‘Pedão’ como era conhecido pelos munícipes, nasceu no município de Riachuelo, e não possuía nenhum vínculo familiar consanguíneo com nenhuma das principais famílias de renome no município – Franco, Leite ou Albuquerque. Casado com a professora Nadja Maria Francisca de Oliveira, esses tiveram 07 (sete) filhos: Anair de Oliveira, Pedro de Oliveira Santos Filho (Pedrinho), João Bosco de Oliveira Santos, Analúcia de Oliveira Santos, Hugo de Oliveira Santos, Alexander de Oliveira Santos e Anajara de Oliveira (BEZERRA, 2012).

Pedão ganhou projeção política a partir do momento que se tornou vereador pelo município. Outrora exercendo a profissão de motorista para um dos principais políticos da cidade, Chico Leite (pai de Júlio Leite). Político esse que o inseriu na política, visto que, segundo relato de moradores da cidade, a escolha e o direcionamento para que fosse político, partiu do próprio patrão, Chico Leite. Sendo então apadrinhado politicamente por uma das maiores lideranças do município, a sua ascensão política foi facilmente agraciada e expressa nos 03 (três) mandatos que exerceu como vereador, inclusive chegando ao cargo de Presidente da Câmara de Vereadores no biênio de 1969-1970.

Quando então consagrado politicamente como vereador e despontando como uma “possível” liderança política no município, o vereador Pedão decidiu então encabeçar um bloco de dissidentes contra o seu mentor político (Chico Leite), principalmente sendo apoiado por outros vereadores, a exemplo de João Pereira de Araújo, José Lenaldo Araújo, Gilberto Figueiredo, Vivaldo Pereira, Félix Alves e Abdias da Silva Franco. Substanciando assim uma chapa política onde o candidato a prefeito era Pedão e o seu vice Abdias Franco.

Segundo Bezerra (2012, p. 141), Pedão inicialmente teve dificuldades em fortalecer o seu grupo em virtude das ligações familiares que circundavam o seu opositor, o Chico Leite, “[...] *Pedão e o seu bloco foram em busca de apoio de Augusto do Padro Franco*¹⁹ *na época, proprietário da Usina Central, mas foram desaconselhados a seguir adiante, apesar do*

¹⁹ Os ‘Franco’ e os ‘Rollemberg’ eram os grandes nomes políticos na época, visto que, liderava o partido político governista federal, a ARENA.

apreço que sentia por todos. Augusto Franco era casado com uma sobrinha de Chico Leite, Maria Virgínia Leite Franco, e seria constrangedor apoiar uma candidatura contra ele”. Sendo então o apoio foi dado por outras autoridades políticas estaduais, principalmente Francisco Rollemberg e Heráclito Rollemberg, que eram deputados federal e estadual, respectivamente.

Essa passagem sobre as coligações políticas em torno da campanha eleitoral de Pedão interliga-se diretamente aos princípios defendidos pelas ‘parentelas’, visto que, os aliados tornaram-se opositores, ou seja, demonstrando que a parentela apresenta elos fracos e fracos em sua configuração, isso fica bastante exemplificado na busca de apoio político-partidário. Pois um apoio político não era dado em virtude da aproximação familiar existente entre as partes. Embora outros grupos familiares, representados pelos Rollemberg se fizeram aptos a cederem o apoio, sendo que um braço da família Rollemberg (município de Estância) tem ligações diretas e matrimoniais com a família Leite (do município de Riachuelo).

Com a disputa oficializada, forma-se no município uma polaridade entre dois políticos aclamados pelos riachuelenses. De um lado, o mentor político Chico Leite, e do outro lado o seu discípulo, Pedão. Assim sendo, constituindo os dois candidatos pela mesma legenda partidária, a Aliança Renovadora Nacional-ARENA²⁰, numa disputa da qual saiu vitorioso Pedão, ganhando projeção nacional, principalmente em virtude das condições sociais nas quais se apresentavam: um ex-motorista *versus* seu líder político e principal fomentador da política municipal. Winne (1973, p. 380) *apud* Bezerra (2012, p. 380), sinaliza que “[...] *Em Riachuelo perdia Francisco Leite Filho, candidato da ARENA, ex-prefeito e ex-deputado estadual, e desde muito, elemento de influência, chefe do Executivo local, várias vezes, e ganhava Pedro de Oliveira Santos, também da ARENA”.*

A vitória atribuída ao novo grupo político liderado por Pedão se deu principalmente por força da adesão popular, tendo-se em vista que “[...] *não foi difícil para o novo grupo arrebanhar eleitores ávidos por mudança e cansados com o monopólio político de Chico Leite*” (BEZERRA, 2012, p. 142). Em questionamentos com moradores mais antigos da

²⁰ Com a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2) indicou entre tantos outros aspectos ligados a intervenção nas instituições políticas nacionais, a extinção do pluripartidarismo, empunhando-se então a eleição indireta para presidente e vice-presidente. Dois partidos foram criados, a Aliança Renovadora Nacional-ARENA, em 1965, com a finalidade de dar sustentação política à Tutela Militar e o Movimento Democrático Brasileiro-MDB. Em Sergipe, a comissão da organização da ARENA se deu com a presença de líderes dos antigos partidos políticos extintos: do PSD – Arnaldo Rolemberg Garcez, Francisco Vieira Paixão, José Rolemberg Leite e Manoel Conde Sobral; do UDN – Heribaldo Dantas Vieira, João Machado Rolemberg, Lourival Batista, Sebastião Figueiredo, Dionísio de Araújo Machado e Augusto Prado Franco; do PR – Antônio Augusto Franco, Pedro Siqueira, Júlio César Leite; do PST – Aloísio Tavares dos Santos; e do PTB – Jaime Cruz. (DANTAS, 2014).

cidade, esses afirmam que nesse período a população estava desejando mudanças políticas na cidade de Riachuelo, pois “[...] *as pessoas queriam ver outra pessoa comandar a cidade e todos gostavam do jeito de Pedão*” ²¹.

O primeiro mandato como prefeito no município foi no período de 1973 a 1976, destacando-se principalmente por conta de seu comportamento político, tanto com a comunidade local como com os seus aliados políticos e com seus antigos opositores, isso segundo as informações das pessoas mais idosas, enfaticamente, quando se fala desse período na política local. Com o fim do seu primeiro mandato, apoiou para prefeito o seu aliado, o ex-vereador João Pereira de Araújo, que enfrentou politicamente novamente Chico Leite. Sendo João Pereira vencedor nessa disputa eleitoral (1977-1982). Pedro de Oliveira voltou ao cargo de prefeito em 1983, para um pleito de 06 (seis) anos (1983-1988), apoiado principalmente pelo seu antecessor, João Grande. Um apoio significativo para essa eleição de Pedão foi o nome do seu vice-prefeito, Jacinto Silva dos Anjos, que representava a Sergipe Industrial – SISA ou apenas “a fábrica”, como é chamada a empresa pelos riachuelenses.

Com a morte de Pedão, em 1995, e com a eleição próxima no ano de 1996, a família Oliveira foi chamada na figura de sua esposa e viúva a ser candidata à vice-prefeita numa chapa contrária ao neto de Chico Leite, Aldebrando Leite. Formando uma chapa onde tinha como candidato a prefeito o ex-vereador Francisco Gilvan de Azevedo e como vice-prefeita a professora Nadja ‘de Pedão’. Disputa essa em que saíram perdedores. Pós-disputa, os ‘Oliveiras’ ficaram 08 (oito) anos fora da política municipal, pois acabaram perdendo duas eleições consecutivas, precisamente de 1997 a 2004.

Contudo, a sucessão política de Pedão ficou a cargo de seus filhos e neto, principalmente no legislativo municipal, tendo um primeiro descendente consanguíneo, o seu filho, Pedro de Oliveira Santos Filho, conhecido como ‘Pedrinho’ no mandato de 1993 a 1996 e 2005 a 2008; posteriormente outra descendente direta, a sua irmã, Analúcia de Oliveira Santos, conhecida como ‘Professora Analúcia de Pedão’ torna-se vereadora, no período de 2013-2016; ambos seguiram também a trajetória do pai no que diz respeito a ocuparem o cargo de Presidentes da Câmara de Vereadores, cargo esse significativo para a política municipal; e atualmente o seu neto, Helder Cícero de Oliveira Silva, o Helder de Pedão, para o mandato de 2017-2020.

²¹ Depoimento colhido em meio às entrevistas informações com um morador da cidade e ex-funcionário da prefeitura de Riachuelo. O seu nome não foi citado para manter a preservação da sua identidade.

Outra liderança política que tem sua trajetória entrelaçada sistematicamente com a trajetória política de ‘Pedão’ e de Chico Leite, e do ex-jogador, pedreiro e eletricitista, **João Pereira de Araújo** (1930-2018), mais conhecido no município como ‘João Grande’, em virtude de quando foi jogador no Riachuelo Futebol Clube (1954). João Grande casou-se com a assistente social, Nadir Maria Dantas Araújo, tendo 02 (dois) filhos: Emerson Dantas Araújo e Peterson Dantas Araújo.

Semelhante ao seu principal aliado político – ‘Pedão’ –, João Grande entrou na política a convite de Chico Leite, antes era eletricitista na Prefeitura Municipal de Riachuelo, quando então larga o seu cargo público para se tornar vereador, onde exerceu o cargo por 04 (quatro) mandatos, inclusive atingindo o cargo de Presidente da Câmara de Vereadores nos biênios de 1965-1966 e de 1971/1972. Assim, estimulado pelo seu amigo e aliado político, o prefeito Pedão de Oliveira, João Grande candidatou-se ao cargo de prefeito em 1976, tendo como seu opositor seu ex-líder político, Chico Leite, do qual saiu vencedor. O primeiro mandato para prefeito se deu no período de 1977 a 1982, tendo como seu vice Heraldo da Silva Franco, e seu segundo mandato foi no período de 1989 a 1992, sendo seu vice o ex-vereador e também Ex-Presidente da Câmara, Manoel Messias Cruz Filho.

Com o fim do seu primeiro mandato, o cargo de prefeito foi novamente lançado ao Sr. Pedro de Oliveira, mas em 1988 é novamente eleito para o seu segundo mandato como prefeito, totalizando assim uma dobradinha política entre Sr. Pedão e o Sr. João Grande, que perdurou aproximadamente duas décadas. De acordo com os moradores mais antigos, a gestão de ‘João Grande’ em Riachuelo ficou marcada principalmente pelos trabalhos desenvolvidos com a população mais carente do município, a exemplo da construção dos conjuntos habitacionais Coronel Antônio Franco, Tasso Garcez (conjunto Saguim) e o Antônio Carlos Valadares (conjunto Divinéia).

João Grande após os seus mandatos como prefeito deu continuidade a sua trajetória política como vice-prefeito em 1997, unindo-se a Aldé Leite, neto de Chico Leite seu ex-líder e rival político. A primeira gestão como vice foi no período de 1997 a 2000 e posteriormente se candidatou novamente como vice-prefeito, sendo reeleito para o pleito de 2001 a 2004. Essa volta política de João Grande para o grupo descendente do Chico Leite marca sociologicamente como é formada a política eleitoral nos municípios. Ou seja, em virtude da centralização política em algumas lideranças economicamente e prestigiosamente consagradas popularmente na política local, os acordos ganham reversos diversos. Ora, isso fica claramente perceptivo na trajetória de João Grande, quando inicialmente entra na política como aliado de Chico Leite, depois se alia a o grupo contrário e torna-se seu opositor,

inclusive vencendo-o politicamente, anos depois se torna aliado do neto de seu ex-rival político; posteriormente o seu principal sucessor político, seu filho, Peterson de Araújo torna-se vereador ligando-se ao grupo político liderado por Aldé Leite. Atualmente, em virtude dos desdobramentos da política estadual e seus reflexos na política municipal, o Peterson de Araújo desliga-se desse grupo (2018).

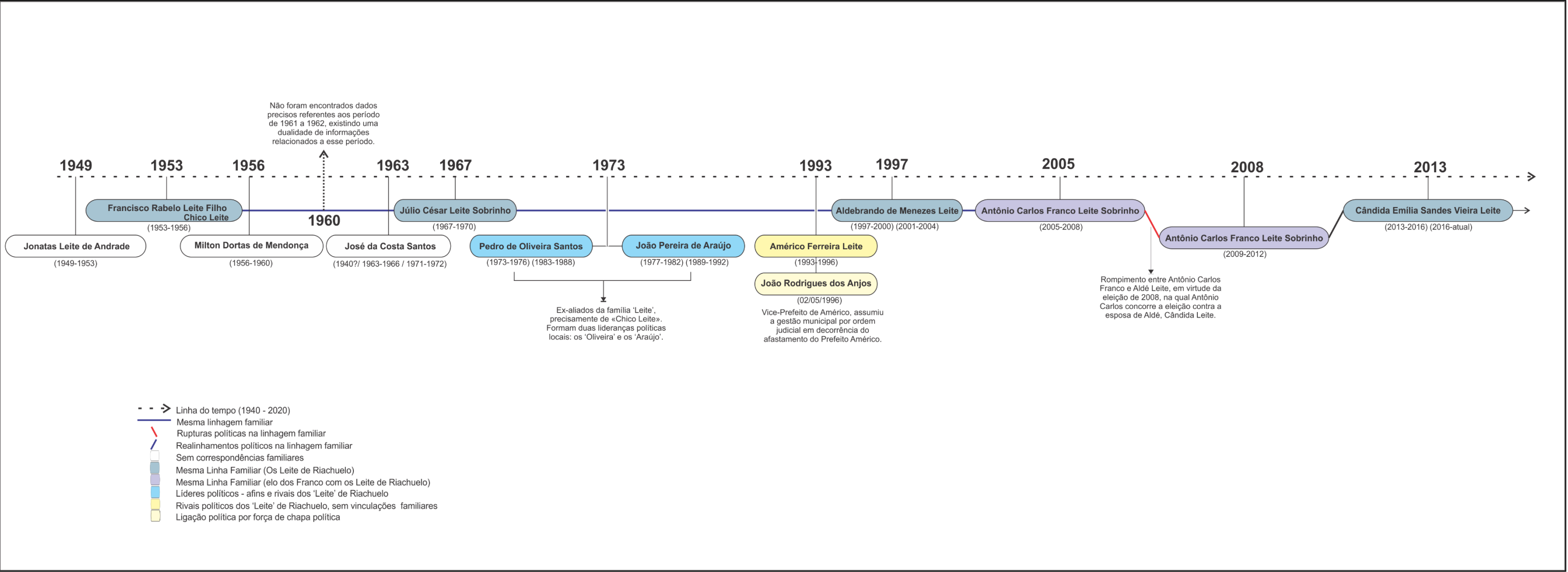
As trajetórias desses políticos inter cruzam-se com a construção histórica da política e da representatividade eletiva no município de Riachuelo. A escolha por esses 03 (três) nomes se justifica tanto pela importância desses como políticos influentes quanto pela perspectiva das interligações provenientes de suas trajetórias, ou seja, interligando períodos históricos com articulações familiares, ao que chamamos de domínio de ‘base familiar’, bem como com as estratégias de continuidade de poder percebidas através das coparticipações, divergências e acordos multilaterais que o jogo da política apresenta.

De fato, se estivéssemos analisando uma realidade maior, tipo o Estado, a esfera de articulação política e as suas engrenagens só poderiam ser percebidas pela ótica das instituições aos quais esses políticos participam – os partidos principalmente – ora, analisando este município e o tomando como núcleo da política, pode-se perceber que muitas das vezes as divergências estavam centradas dentro do próprio partido (como foi o caso do Sr. Chico Leite, Sr. Pedão Oliveira e o Sr. João Grande), bem como os conchaves políticos se estabelecem além dos engessamentos dos partidos. A lógica da política se dá num jogo de reciprocidade e de relações institucionais e sociais.

Alguns outros políticos tiveram significativa presença na política municipal e serviram de sustentáculos para a composição das redes de relações e dominação desses políticos com suas trajetórias acima mencionadas. Contudo, como a pesquisa destinou-se a demonstrar como se deram a formação dessas lideranças em uma lógica de ‘parentelas’, não construímos significativas argumentações a respeito desses outros políticos, como por exemplo, Milton Dortas de Mendonça, José da Costa Santos, Américo Ferreira Leite, João Rodrigues dos Anjos, até mesmo dos descendentes familiares dos Leites, como Aldebrando de Menezes Leite, Antônio Carlos Leite Franco Sobrinho e Cândida Emília Sandes Vieira Leite, embora sejam mencionados no texto.

Com esse intuito a **Figura 5**, apresenta uma espécie de linha do tempo em que se privilegiam as linhas hierárquicas familiares desses políticos, bem como tenta demonstrar como em meio a construção histórica da política riachuelense se desenvolveu e como foram sendo costuradas as redes de relações e dominação entre esses atores políticos.

Figura 5 – A política de ‘Parentela’ no município de Riachuelo: década de 40 até os anos de 2020



FONTE: Câmara de Vereadores de Riachuelo, Sergipe.
Organizado pelo autor, 2018. Diagramação, Breno Franco, 2018.

Alguns apontamentos significativos são extraídos a partir deste capítulo, principalmente porque ele ilustra a constituição dos aspectos característicos das parentelas e as suas estruturas na construção das redes de relações e dominação da política local. Assim sendo, partindo-se da composição sócio-política e econômica do município de Riachuelo, em que o cultivo da cana de açúcar foi a sua principal fonte econômica e essa por sua vez estabelece a formação de um corpo oligárquico das famílias dos senhores de engenho.

Por conseguinte, com a instituição do coronelismo passa a fortalecer as dinâmicas de poder e dominação da política local. Com o advento da República, esses ex-senhores de engenhos, agora coronéis sem poderes legais de mando, passam a diversificar suas formas de atuação política e fortalecidos pelo bacharelismo introduzem os seus filhos na política estadual e municipal. Este típico exemplo pode ser percebido através do domínio das famílias ‘Leite e Franco’ em Riachuelo. Domínio esse que fica expresso principalmente através das lógicas de estruturação das parentelas em torno da política local.

Tomando a figura de Chico Leite como ‘chefe político local’ percebemos empiricamente como se constitui a formação das parentelas na estruturação dos espaços de poder da política local. Este como chefe político transmitiu seu recurso político para seu filho, Júlio Leite, como uma forma de dar continuidade a consagração familiar na política. Entretanto, não apenas insere o seu filho, mas também diversifica a forma de cooptação através de aliados, ou seja, cria novos representantes políticos, que são os casos de Pedro de Oliveira e João Grande, ambos sem nenhuma vinculação consanguínea com os ‘Leite-Franco’, mas que se tornam aparentados de seu líder político. Júlio Leite seguindo a tradição política de seu pai também insere o seu filho na dinâmica política do município, Aldé Leite, o qual posteriormente insere a sua esposa, Cândida Emília, demonstrando assim uma lógica de continuidade, estruturação de poder na política municipal.

Conforme demonstra Maria Izaura de Queiroz (1976), embora as parentelas se demonstrem uma rede diversificada de articulações, ela também carrega em sua formação frágeis laços de articulação, pois com a aquisição dos aliados e afins a fortificação dessa articulação se perde a partir do momento que esses também começam a construir as suas redes de relações, ou seja, começam a construir novas parentelas. Exemplo disto é o que acontece com o rompimento do Pedro de Oliveira e do João Grande com o Chico Leite, passando assim a dominarem o cenário político de Riachuelo por 20 anos.

Em meio à fragilidade da própria constituição das parentelas, tomando o Pedro de Oliveira como objeto analítico, percebeu-se que esse ator político quando ascende como vereador e Presidente da Câmara, passa a construir uma nova rede de relações e articulação

dentro da política, uma rede para além da chefia política dos ‘Leite’, aliando-se a outros políticos, principalmente vereadores e ou políticos descendentes da família Franco-Leite (os Rollemberg de Itaporanga e Estância). Embora o seu principal aliado tenha sido João Grande, este também tinha a mesma perspectiva política, ou seja, se tornarem líderes políticos de Riachuelo. Soma-se a isso a afirmação apresentada por Ibarê Dantas (2004), sobre o poderio dos ‘Leite’ e dos ‘Franco’ em Sergipe, que é justamente no final da década de 60 que os ‘Leite’ perdem o seu poderio dentro do estado de Sergipe, justamente período esse onde as rupturas acontecem dentro do cenário político local de Riachuelo. Com a mitigação do poderio Leite, os ‘Franco’ tornam-se os principais representantes e ícones políticos do Estado. Fato esse que vai refletir diretamente na política municipal, pois eles passam a estimular a criação de novas lideranças políticas dentro do município, principalmente através de suas fábricas e de suas usinas.

Os aspectos de dominação dentro da lógica das parentelas ficam bem claros quando percebemos a sequência política do executivo municipal ao longo dos 67 (sessenta e sete) anos (1951-2018), onde apenas na década de 90 o município de Riachuelo passou a ter um político sem vinculações com as famílias ‘Leite-Franco’, o Américo Ferreira Leite e o João Rodrigues dos Anjos. Contudo, ao longo desses anos, os outros políticos identificados foram parentes, afins ou aliados desse tronco familiar, como por exemplo, o Jonatas Leite de Andrade, Milton Dortas de Mendonça e José da Costa Dantas (BEZERRA, 2012). Com base nesse dado histórico, o que se observa é que atualmente a continuidade dessa característica parental de dominação com base familiar ainda se estabelece dentro do município, pois esses detêm os principais postos de trabalhos e das redes de relações políticas existentes no município.

Uma característica fundamental percebida em meio à análise sociogênese política e dos atores políticos no município de Riachuelo é que um dos requisitos básicos para a sua inserção na política, até mesmo como um mecanismo utilizado pelos chefes políticos locais, era de tornar seus aliados vereadores, com o intuito de fortalecer suas redes de relações e suas redes de dominação na política local. Nesse propósito, a configuração deste cargo na política local era uma espécie de crédito eletivo para se conseguir galgar outros cargos, e principalmente o executivo. No entanto, apenas ser indicado por um chefe político não lhe credita a consagração na carreira política, embora dentro da realidade do município de Riachuelo esse seja um condicionante singular.

Neste sentido, tendo-se apreendido que a transmissão do poder por meio das vinculações parentais pertinentes a constituição da parentela seja um dado significativo na

composição dos cargos eletivos em Riachuelo, outras dimensões qualitativas são importantes para se construir um cargo eletivo, a exemplo do objeto de discussão deste estudo, a formação do cargo de vereador no ofício da política. Esse será o tema tratado no capítulo seguinte, onde a soma desses atributos – objetivos e subjetivos – são levantados e analisados para se obter a resposta da seguinte pergunta: “– *Como se constrói o cargo de vereador?*”.

CAPÍTULO III – DIMENSÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM OFÍCIO NA POLÍTICA: O CARGO DE VEREADOR EM RIACHUELO (2017-2020)

O objetivo deste capítulo é apresentar quais os componentes qualitativos necessários para a construção do cargo de vereador no ofício da política. Tomando-se o arcabouço teórico desenvolvido ao longo do estudo sobre as esferas da política e o uso da parentela como conceito analítico, o qual permite conceber as formas de estruturação das lideranças políticas no município Riachuelo, este capítulo busca em meio à formatação de uma política local estruturada sobre os moldes de um domínio de ‘base familiar’ apresentar quais os qualitativos são necessários para a constituição de um cargo eletivo. Para tal conteúdo, os vereadores são utilizados como objeto empírico. A escolha dos vereadores se dá em virtude de esses atores compõem os primeiros degraus da carreira política dentro do ofício da política, ou seja, esses correspondem às primeiras forças de acesso e inserção dentro do jogo da política.

Assim sendo, então *“Como se constrói o cargo de vereador dentro de um município?”* *“Quais são as características necessárias para a composição desse cargo na política?”* Talvez essa construção seja feita através do uso dos recursos sociais que esses atores acionam, reconvertem e alicerçam as suas trajetórias políticas, ou até mesmo em meio ao uso de habilidades ‘natas’ e ou adquiridas no dia a dia da própria política. Esses questionamentos são os aspectos que norteiam esse capítulo. Ou seja, *quais são os recursos sociais, as habilidades e apreendidas e acionadas pelos candidatos a vereador por Riachuelo e como os mesmos fazem desses qualitativos trunfos eleitorais para a inserção e manutenção na carreira política?*

De acordo com as teorias recorrentes ao tema, a dimensão objetiva está localizada no entendimento e na formatação do próprio perfil sociográfico desses políticos, o que recai em apreender os seguintes indicadores: a) origem social, como profissão e nível de escolaridade dos genitores, formação escolar, profissão acadêmica; b) indicadores de socialização profissional na política: onde e como iniciou sua participação na política (através de amigos, familiares, parentes, direcionamento partidário, militância partidária, vinculação a movimentos sociais, sindicatos, cooperativas), quais os cargos exerceram na estrutura política do município (secretarias, cabos eleitoral, chefias de gabinete, secretaria de vereadores, etc.). Tais indicadores permitirá fornecer pistas a respeito da estrutura de recursos (político, cultural e econômico) e posições sociais dos respectivos militantes.

Com base na definição desses “perfis políticos”, foi possível responder a respeito das habilidades apreendidas e acionadas para o ofício da política, se junta a isso a análise apreendida através da compreensão acerca das esferas de articulação desses atores junto às diversas esferas sociais que alimentam suas estratégias de reprodução social. Aqui se insere a dimensão subjetiva da instituição desse ofício.

No município de Riachuelo, em virtude do quantitativo do eleitorado²², apenas 09 (nove) vereadores compõem o quadro legislativo. Houve momento que foram apenas 05 (cinco) vereadores e ou 07 (sete) vereadores em seu total. Sendo assim, tomamos como corpo analítico os 09 (nove) vereadores riachuelenses eleitos para o pleito de 2017-2020. Contudo, ao longo da pesquisa, um desses vereadores abdicou do seu cargo e seu suplente assumiu. Como a pesquisa já estava sendo desenvolvida decidiu-se pela não exclusão desse vereador licenciado, assim sendo, para efeito analítico serão apresentados os dados referentes aos 10 (dez) vereadores.

Quanto à continuidade deste na pesquisa, se deu principalmente pela contribuição analítica apreendida através de sua trajetória política, como também por permitir uma interpretação maior a respeito de como se articulam e alicerçam a política relacional no município. O contato junto a esse vereador funcionou ao longo da pesquisa como uma espécie de ‘facilitador’ para o acesso a algumas informações sobre a política local. O seu auxílio permitiu que pudéssemos compreender que na ‘política real’ do dia a dia no município muitas coisas acontecem para além da explicação acadêmica, permitindo então, que nós analistas do mundo social possamos apreender essa ‘política real’ em sua essência.

3.1. As dimensões objetivas para a investidura no cargo: os recursos sociais dos vereadores riachuelenses (2017-2020)

Como se pode ver ao longo do capítulo anterior, a política municipal em Riachuelo esteve centrada durante muitos anos em uma dinâmica de ‘base familiar’, e por que não dizer, até os dias atuais sobre as eriges de três líderes políticos, um deles proveniente de uma dos principais troncos familiares de Sergipe, “os Leites”, e as duas outras lideranças, centradas na figura de Pedro de Oliveira, ou seja, na família Oliveira e a outra na família de João Araújo,

²² De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, tomando a última eleição (novembro de 2018), o município de Riachuelo (SE) apresenta apenas 7.786 (sete mil setecentos e oitenta e seis eleitores), sendo que a sua população de acordo com o censo de 2010 é de 9.355 (nove mil trezentos e cinquenta e cinco habitantes), e sua população estimada para o ano de 2018 é de 10.140 (dez mil cento e quarenta habitantes). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo>; <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/riachuelo/panorama>

ou seja, na família Araújo, que foram inseridos na política riachuelense por força das articulações de ‘Chico Leite’, que era diretamente vinculado à família Franco. Quando analisamos o quadro de vereadores do município atualmente, encontramos um grupo legislativo formado por essas forças políticas, principalmente com representantes consanguíneos das famílias Oliveira e Araújo, entretanto, da família ‘Leite’, não encontramos nenhum representante consanguíneo, sua força representativa através de alguns vereadores, que se identificam principalmente como líderes da gestão na legislatura municipal.

O **Quadro 1** abaixo apresentam os vereadores que compõem o bloco analítico dessa pesquisa, sendo incrementado pelo primeiro suplente da Câmara, o qual atualmente assumiu o mandato em virtude da vagância do cargo pela abdicação de um dos vereadores para compor o quadro administrativo do executivo atual, a Secretaria Municipal de Juventude, Turismo, Esporte e Lazer.

Quadro 1 – Os Vereadores de Riachuelo Eleitos (2017-2020)²³

NOME DO VEREADOR	NOME DE CAMPANHA	PARTIDO	QUANTIDADE DE MANDATOS
Carmém Lúcia Alves da Costa	Carmem do Sindicato	PT	3º mandato
Helder Cícero de Oliveira Silva	Helder de Pedão	PMDB (atual MDB)	1º mandato
Helena Maria dos Santos	Helena do Hospital	PTB	2º mandato
Marcondes Luiz Batista Santos Hipólito	Marcondes Hipólito	PDT	2º mandato
Rosemberg Santos Hipólito	Berg Hipólito (Berguinho)	PRP	2º mandato
Peterson Santos Araújo	Petinho de João Grande	PATRIOTA	3º mandato
Ronaldo Raimundo dos Santos	Ronaldinho	PSD	3º mandato
Clécio Carlos Santos de Oliveira	Clécio do Central (Pov. Central)	PSD	3º mandato
Gilton Messias Correia	Gil da Ligadura	SD	1º mandato
Givanildo Cavalcante Bezerra ²⁴	Gil de Cacau	PMDB (atual MDB)	3º mandato

Fonte: Organizada pelo autor, 2018.

Como a pesquisa se estende a um universo pequeno de entrevistados, fiz a escolha por não apresentar por coeficientes de porcentagem as análises aqui apresentadas, tendo-se em vista que a ocorrência recairia em porcentagens não tão significativas, e como afirma Becker (2009), assim podemos questionar os modelos matemáticos, tendo-se em vista que nem sempre eles apresentam de fato a realidade exposta. Nesse propósito, apresento os recursos sociais desses vereadores de maneira qualitativa, privilegiando aspectos relacionados à:

²³ Os nomes dos vereadores estão organizados de acordo com a quantidade de votos adquiridos. Dados extraídos do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (2016).

²⁴ Embora tenha alcançado um significativo índice eleitoral, 374 votos, numa diferença de aproximadamente 109 votos em relação ao último colocado, o vereador Gil da Ligadura, Givanildo Cavalcante ficou como suplente.

origens sociais, trajeto escolar, profissional e político desses atores. Essa escolha também contribuiu para que o leitor possa ter um melhor entendimento e compreensão a respeito da formação dos perfis políticos desses atores, que serão apresentados no próximo subitem. Quanto aos dados iniciais desse bloco de atores entrevistados e questionados, para a composição do perfil desses atores, podemos apresentar as seguintes qualificações abaixo descritas. Vale lembrar ao leitor, que o quadro legislativo do município de Riachuelo é formado por (09) nove vereadores, contudo para efeito dessa pesquisa foi contemplado o suplente e o vereador substituído durante o encaminhamento da pesquisa.

Assim sendo, o quadro legislativo atual (2017-2020) da Câmara de Vereadores de Riachuelo, quanto a sua composição de gênero, é formado por (08) oito representantes do sexo masculino e apenas (02) dois do sexo feminino. Historicamente, existiram poucas mulheres do legislativo municipal e principalmente em períodos de frequência ruptura, ou seja, não era uma tradição no município a escolha por vereadoras, tendo isso se modificado com o próprio desenvolvimento da política. Por exemplo, a 1ª mulher a qual temos identificação na história política municipal é a vereadora Maria da Conceição Faro, no período de 1973-1976; posteriormente, Clécia Carla Correia de Almeida, 1993-1996; Helena Maria dos Santos, 2001-2004, 2017-atual; Laudeci Costa Bezerra, 04 de nov.2008; Adicelma Eufrazia de Santana Santos, 2009-2012; Carmém Lúcia Alves da Costa, 03 de nov.2009, 2013-2016, 2017-atual; e Analúcia de Oliveira Santos, 2013-2016. Contudo, mesmo nesse universo de 07 mulheres, essas conseguiram se eleger privilegiando-se do auxílio apreendido por meio do recurso social ao qual detinham, ora por serem filhas de ex-políticos da cidade, ora pela profissão que ocupavam – professoras, empresárias e ou ligadas a associações políticas, de saúde e ou sindicais. Segundo a fala de um dos entrevistados, afirma que perdura o machismo na política e que isso é uma barreira no que diz respeito ao sucesso político, “[...] *homem não respeita mulher na política, o machismo prevalece [...] só tivemos uma única mulher presidente da Câmara, rapaz! Isso é demais!*”.

Quando passamos a investigar sobre os “dados peculiares de cada um desses vereadores” atualmente, como nome, idade, naturalidade, sexo e estado civil, obtivemos os seguintes compostos sociais: 06 (seis) nasceram no município de Riachuelo e 04 (quatro) são naturais do município de Aracaju. Os que nasceram em Riachuelo possuem maior faixa etária, 40 (quarenta) a 62 (sessenta e dois) anos, exceto um deles com 49 anos, e que é natural e inicialmente residente no município de Aracaju, depois passa a residir em Riachuelo, a partir de então constrói sua vida no município e torna-se vereador. Os outros naturais de Aracaju compõem o quadro mais jovem da Câmara, 33-39 (trinta e três a trinta e nove) anos, embora

residam em Riachuelo desde quando nasceram. A grande maioria das pessoas residentes e naturais de Riachuelo, numa faixa etária de 40 (quarenta) a 80 (oitenta) anos, nasceram no próprio município em virtude da existência do Hospital de Caridade do município, que era equipado com uma maternidade, a qual atendia toda a região circunvizinha, a exemplo de Santa Rosa de Lima, Divina Pastora, Maruim, Malhador, etc.

Em relação ao estado civil, todos do gênero masculino são casados, mesmo que alguns não sejam casados oficialmente, ou seja, com certidão de casamento, ou como eles mesmos afirmam “*casados nos pró-formas*”, sem acordos jurídicos. Quando das representantes do gênero feminino, uma delas afirma ser divorciada ou separa e a outra afirma ser solteira, embora ao longo do desenvolvimento da entrevista afirme que tenha um ‘esposo’. Essa afirmação se dá, pelo fato de só considerar o estado civil de casada, quando da vinculação jurídica do termo e não a condição de manter uma união estável.

Na busca por informações relacionadas à profissão dos ascendentes e a sua escolarização, em relação aos avôs paternos e maternos, foram às informações mais difíceis de conseguir registros, poucos conseguiram identificar com precisão a profissão e muito mais difícil foi obter informações sobre a escolaridade. Evitando-se categorizações genéricas, obtivemos os seguintes aspectos: a) profissão dos avôs maternos e paternos e suas específicas escolaridades: não conseguimos identificar precisamente, com respostas relacionadas ao universo rural e do trabalho doméstico, como: “*trabalhador rural*”, “*doméstica*”, “*rainha do lar*”; e a escolarização em “*analfabeta*”, “*ensino fundamental incompleto*”. Segundo os entrevistados eles afirmavam que devido às condições de vida que seus pais tinham quase nenhuma escolaridade detinham, “*naquela época não se tinha como estudar direito [...] era difícil conseguir vir estudar aqui na cidade...*”.

Com exceção ao exposto, 03 (três) vereadores, os mais jovens, conseguiram identificar com precisão as profissões e as escolaridades de seus avôs maternos e paternos, assim identificando-os: um deles o mais velho e irmão por parte do pai do outro vereador apresenta a seguinte afirmativa: “*meus avôs maternos quase não tenho informações, já dos por parte de meu pai, sim! Eram comerciantes, tinham uma mercearia aqui na praça principal da cidade*”. O seu irmão, que também é vereador, embora de mãe diferente também não conseguiu identificar a profissão de seus avôs maternos, apenas confirmando as informações de seu irmão. Apenas do vereador mais novo consegui todas as informações referentes à escolaridade de seus avôs. Assim descrevendo-os: “*Minha avó paterna era dona de casa e meu avô metalúrgico, já minha avó materna é professora estadual aposentada e meu avô era*

funcionário público municipal, motorista, também foi vereador e prefeito da cidade por dois mandatos, da história do meu avô todo mundo conhece (risos...)”.

Quanto da profissão dos pais e sua escolaridade todos conseguiram identificar todos os dados. Quando relacionadas às suas mães as profissões e escolaridade circundaram em afirmações como: comerciante, e apenas com o 1º grau do ensino fundamental; trabalhadora rural e analfabeta; agricultora e estudou apenas até a 4ª série do ensino fundamental; doméstica, ensino fundamental. Não foi muito diferente o universo de respostas relacionadas aos pais, apresentando informações como, mecânico, agricultor, trabalhador rural, auxiliar administrativo municipal, gerente administrativo, e a escolarização fica no universo do ensino fundamental, ensino médio ou nível médio com cursos técnicos. Contudo, destaca-se nas respostas dos vereadores que embora afirmem que a política não deva ser considerada uma profissão, sinalizam os cargos de vereador e prefeito como profissão do pai, mas sempre somando- a outra profissão, como, *“comerciante e vereador”*, *“sindicalista e vereador”*, *“funcionário público, técnico em edificações e vereador”* e *“eletricista, vereador, prefeito e vice-prefeito”*.

Esses dados nos permitiu apreender que os vereadores fazem questão de referenciar a profissão do pai e ou de sua mãe quando essa ‘profissão’ é conivente com a realidade política a qual ele se associa, mesmo que em meio à entrevista esses atores façam questão de afirmarem que a sua notabilidade política está desvinculada da presença de seus pais na política.

Se sobre a profissão dos pais foi difícil se chegar a um exemplo significativo de profissões e escolaridade, quando questionado se os seus pais faziam ou fizeram parte de alguma associação ou entidade de classe, os vereadores que tinham pais ligados à política sinalizam a vinculação aos partidos políticos, e ou a entidades sindicais, como por exemplo, um desses atores fez questão de identificar que o pai era um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riachuelo, Sergipe, e outro ator afirma que sua mãe é professora e associada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe – SINTESE.

O nível educacional dos vereadores que hoje compõem o quadro legislativo de Riachuelo está dividido em: 04 (quatro) apenas apresentam nível médio, sendo 02 (dois) formados em colégios públicos no município de Aracaju e no próprio município de Riachuelo. Vale ressaltar que o município de Riachuelo só veio a ter um colégio destinado ao ensino médio a partir dos anos 90, mais precisamente na gestão do ex-governador Albano Franco. Sendo que 01 (um) afirma ter iniciado o nível superior, mas não conseguiu concluir,

teve que trancar o curso em virtude do trabalho. Os outros 06 (seis) apresentam curso superior em áreas diversas e não exercem efetivamente a profissão de sua formação acadêmica, e ou muitas das vezes fizeram cursos correlacionados com a atividade política, a exemplo disto, 01 (um) desses atores é formado em gestão pública e outro que diz está iniciando o mesmo curso, ambos em universidades particulares (UNIT e Estácio-Fase). Soma-se a essa afirmativa, que 01 (um) dos atores é formado em assistência social, tendo-se em questão que esse participe da administração de um sindicato na cidade; 01 (um) é formado em biomedicina e atualmente cursa bacharelado em teologia, em virtude de sua ligação religiosa, ou seja, por ser presbítero da igreja evangélica e deseja ser pastor. Ambos os cursos feitos em unidades particulares de ensino (UNIT e UNOPAR); em semelhante perspectiva educacional, de ser formado em uma área e está cursando outro curso superior, temos 01 (um) ator que é licenciado em Física pela UFS e está cursando engenharia civil pela UNIT. Apenas 01 (um) dos vereadores apresenta formação em dois níveis superiores, licenciado em História e bacharelado em Advocacia, ambos pela UNIT. Esse qualifica a primeira formação em virtude da tradição educacional que recebeu de sua mãe e de seus irmãos e que são na grande maioria professores, em diversas áreas de estudo.

Esses aspectos sociográficos dos entrevistados permitiu traçar os compostos sociais aos quais esses atores estão inseridos, principalmente quanto a sua origem familiar e como esses se percebem, na condição acadêmica e os entrelaces com a condição atual de vereadores.

Durante a entrevista e aplicação dos questionários, alguns dos vereadores não conseguiam entender o objetivo de ser questionado quanto a formação escolar e profissional de seus pais e avôs e demonstravam estar entediados e ou curiosos quanto a essas perguntas, afirmando: “- Mas você num tá interessado em saber sobre mim?... Assim, como se torna vereador? Pensei que as questões seriam apenas sobre mim e sobre o meu mandato?”. Essas questões eram apresentadas logo no início da entrevista e quando explicava que isso contribuía para análise da condição social e de como se constrói o perfil deles eles se demonstravam mais “à vontade”, se assim poderia dizer. Após responderem todas as questões referentes aos blocos “a”, “b” e “c”, que estavam direcionados aos aspectos relacionados a origens sociais, os dados iniciais, e o trajeto educacional entramos especificadamente nas questões relacionadas ao *background profissional e político*.

Iniciávamos a entrevista e o questionário com a pergunta relacionada à profissão desses atores. Quase que por unanimidade esses atores fizeram questão de apresentarem a sua profissão, distanciando-se da ideia de ‘político-profissional’, exceto 01 (um) deles, que fez

questão de dizer que é vendedor e que atualmente exerce o mandato de vereador já no seu terceiro mandato, ou seja, diz que vereador é uma profissão, embora quando questionado sobre isso, afirma que não. Isso demonstra que embora esses atores desejem seguir carreira política, esses não conseguem classificá-la como uma profissão, pois não percebem nela uma condição de rigor e procedimentos profissionais. Os outros afirmaram por logo que não poderiam identificar o cargo de vereador como profissão, pois eram mandatos com período determinado e a profissão era o seu trabalho significativo.

Assim sendo, quando das respostas em relação às profissões temos os seguintes dados: 02 (dois) são agentes comunitários de saúde e junto a essa profissão assumem outra profissão, como a de professor – embora afirme que não esteja exercendo a profissão em tempo –, e o outro como taxista, e executa essa atividade em conjunto com a de vereador. Outro aspecto defendido por esse vereador é relacionado à sua profissão de agente comunitário, anterior a sua condição de político, afirmando que foi através da sua profissão como agente comunitário que conseguiu iniciar o seu trabalho junto a comunidade do município e a traçar as metas de inserção e recrutamento na política.

Outros 02 (dois) vereadores são microempresários, um do ramo de lotéricas e o outro é proprietário de um laboratório de análises clínicas, especializado em exames populares. Esse afirma que o trabalho dele na política se vincula com a sua atividade profissional, ou seja, a população o identifica em virtude do trabalho que desenvolve ligado à sua área de atuação profissional: “[...] as pessoas quando necessitam de algum exame e ou tratamento médico procuram os nossos serviços. E é pra isso que virei vereador, para ajudar como posso nessa área...”; 01 (um) deles afirma que a sua profissão é comerciante, embora seja funcionário público e desempenhe atividades ligadas ao ramo frigorífico, principalmente na venda de carne bovina, isso em virtude de seu pai, que antes de ser vereador era marchante (pessoa encarregada do abate do gado e da sua consecutiva venda para frigoríficos e ou feiras-livres nos municípios circunvizinhos).

Em profissões diversas, temos 01 (um) que é funcionário público, especificamente oficial administrativo estadual e atualmente exerce a profissão de advogado; os outros 03 (três) estão em profissões relacionadas indiretamente ao recurso social acionado junto à política, sendo assim descritas: aposentada como professora e exerce atualmente a função de secretaria geral; funcionário de empresa privada; e o outro é assistente social e vice-presidente de um Sindicato.

Em virtude do questionamento relacionado à profissão, direcionamos a entrevista para as questões relacionadas aos objetivos aos quais os fizeram adentrar na carreira política, tendo-

se em vista que possuem profissões e afirmarem manterem os seus sustentos dessas atividades laborativas. Assim sendo, os atores voltaram a afirmar que não acreditam que o cargo de vereador seja uma profissão, e dizem está na política pra promover uma melhoria no município.

Nesse quesito foram unânimes, afirmando que o município precisa do trabalho por eles desenvolvido, embora quando incitados sobre como se deu o estímulo para entrarem de fato na política, para além da própria “necessidade municipal”, os vereadores afirmam: 01 (um) afirmou que seu acesso se deu por conta da necessidade de mudança na política municipal, embora em meio à entrevista, deixa-se transparecer que o fato do pai ter sido vereador e ele ter sido cabo eleitoral, bem como por ter tido uma trajetória relacionada a uma militância estudantil no movimento estudantil, como chefe de sala, tenham sido experiências importantes para ter lhe despertado interesse pela política. Em semelhante resposta, o seu irmão, que também é vereador, diz que por estímulo do pai, pois sendo esse vereador despertou nele o interesse pela política, somando-se ao fato de que seria uma espécie de sucessor do seu pai. Na mesma lógica, outros 02 (dois) vereadores afirmam a mesma perspectiva, o recurso político herdado do pai, e outro relacionando ao recurso político do avô, ou seja, o peso da hereditariedade política dos seus familiares. Contudo, 01 (um) dos entrevistados foi enfático em dizer que nunca tinha pensado em entrar na política municipal, mas que atendendo ao pedido de um dos ex-prefeitos da cidade, e pela condição de trabalhar em uma empresa importante na cidade, decidiu entrar na política e seguir a carreira política.

Em relação às razões que os levaram a seguir a carreira, as respostas circundaram em sua maioria principalmente na “*possibilidade de colaborar com o bem público comum*”, juntamente com a “*possibilidade de representar o meu grupo social e profissional ao qual faz parte*” e principalmente a “*possibilidade de representar a cidade onde vive no cenário político municipal e estadual*”; poucos sinalizaram a importância de “*representar e fortalecer o grupo político que faz parte*”. Embora, demonstra-se na política local, no dia a dia político que o fortalecimento do grupo político ao qual faz parte seja uma das coisas que mais pesam nas decisões ligadas a carreira política desses atores.

Tratando-se das questões relacionadas aos apoios direcionados ao acesso e sucesso como político, os vereadores sinalizaram o “apoio familiar” como um dos principais recursos acionados, somando-se ao “apoio dos amigos”. Um dos entrevistados fez questão de mencionar que o seu maior apoio foi dos amigos, afirmando que “[...] *quando pedir ajuda a um político da cidade e ele me negou, eu desabafando com os amigos – sempre tive muitos amigos – disseram: - Porque você não entre pra política, seja vereador? E assim decidir*

entrar e aqui estou. Foram meus amigos que me estimularam e apoiaram. Minha família nunca apoiou, pois achava que não tinha chances de vencer”. Também sinalizaram a importância das “organizações em que participam e representam”, a exemplo dos sindicatos e ou entidades sociais relacionadas, como igrejas evangélicas, etc.

Como falamos anteriormente da construção de uma carreira política, buscamos saber se pós-término deste mandato esses atores políticos desejariam seguir outro cargo. Por unanimidade afirmaram que desejam sim ser candidato, desde a reeleição para vereador como por ventura para prefeito e ou vice-prefeito. Sendo que apenas 01 (um) afirmou que não tem pretensão de ter outro cargo além de vereador, pois não consegue se enxergar exercendo outro mandato eletivo, pois nem se tornar vereador era o seu desejo, tornou-se vereador atendendo um pedido do seu chefe na empresa que trabalha como supervisor. De acordo com os entrevistados o desejo de seguir carreira política é de todos os que são *“mordidos pela mosca da política”*, entretanto, afirmam que quem decide isso é o povo, ou seja, *“[...] lógico que quero exercer outro cargo político, crescer politicamente, mas deixo que o povo nas ruas diga se me quem candidato pra prefeito e ou vice, não adianta só querer, tem que ter trabalho prestado e o povo aclamar nas ruas pra isso [...] os que estão afirmando que vão ser prefeito e tal... Hum! Eles não estão entendendo nada. O povo decide meu filho!”*.

Em um momento da entrevista, ao questioná-los quanto a possíveis líderes políticos locais e ou políticos aos quais eles se espelhavam ou tinham certa admiração, ou de certa maneira serviam como direcionamento para a sua carreira política, alguns nomes históricos da política municipal de Riachuelo foram identificados, como por exemplo, Pedro de Oliveira ‘Pedão’ (05 (cinco) vereadores afirmaram ser um dos maiores prefeitos que o município já teve, evidenciando o poderio do nome do político como referência política), juntamente com o de ‘João Grande’ e ‘Aldé Leite’. A identificação desses vereadores com esses políticos históricos demonstram em que estruturas familiares de poder a política riachuelense ainda está alicerçada, ou seja, as famílias ‘Leite, Oliveira e Araújo’, as quais de certa maneira continuam sendo memoradas dentro do universo político institucional, eleitoral e comunitário, principalmente através da candidatura de alguns de seus parentes lineares.

Outros nomes foram citados, sendo o de 02 (dois) prefeitos: Antônio Carlos Franco e da prefeita atual, Cândida Leite. O curioso foi a identificação com os próprios pares da Câmara, demonstrando que muitos desses vereadores reconhecem em seu trabalho o trabalho desenvolvido pelos seus colegas de classe eletiva. Foram citados os seguintes vereadores: *“João Rodrigues dos Anjos, Messias Hipólito, João Carlos Martins Bezerra, Marcondes Hipólito e Rosemberg Hipólito”*.

O desenho apresentado através desses recursos sociais mencionados ao longo de todo esse subitem permitiu construir e demonstrar como é formado o corpo legislativo da Câmara de Vereadores dentro das perspectivas objetivas do cargo, visto que, credita a conhecer como esses atores conseguem se inserir dentro do universo da política municipal. Ora, seja esse acesso ter ocorrido por meio da tradição familiar, seja pelo apoio dado por amigos e entidades de classe aos quais fazem parte, ou até mesmo por indicação direta de seus patrões em amplos universos sociais. Demonstra também, que na política local, a origem familiar dos pais e dos avôs, mesmo que sem definirem por certo as profissões e ou escolarização que possam ter feito parte é um recurso significativo, pois a comunidade eletiva demonstra ter uma vinculação ‘clientelista’ norteadas através dos antigos favores feitos ou adquiridos por esses familiares políticos mais antigos.

Permitiu também entender que dentro do universo político municipal, a questão de ligação partidária e posição ideológica na política – esquerda ou direita – não interferem na dinâmica política local. Segundo os vereadores, o partido apenas serve para creditar a sua candidatura, assim sendo, afirmam que mudam de partido na grande maioria das vezes por conta das condições políticas locais, sem nenhuma vinculação ideológica ao partido. Quanto da posição ideológica é apenas conivente dentro do universo político federal, não percebendo nos eleitores essa condição como singular ou específica para a política local, pois segundo um dos entrevistados, “[...] os eleitores estão mais ligados a questões do trabalho desenvolvido dentro do município, nada de esquerda ou direita. Isso fica a critério do próprio político [...]”.

Um ponto importante percebido tanto em meio às entrevistas quanto na própria aplicação do questionário e que se liga as razões acima mencionadas, é a questão entre o posicionamento político desses atores quanto à gestão local, se identificando como situação ou oposição. Segundo alguns vereadores, “[...] essa posição de ser situação e ou oposição é importante, pois define como iremos conduzir nosso mandato [...]”, de acordo com outro vereador, “[...] declarar-se oposição credita o meu trabalho, pois não sou conivente e fiscalizo todas as ações da gestão”. Ora, o que se percebe, é que os olhares acerca das posições se dão no mero jogo político eleitoral, onde está no poder e não fazer parte dele credita para alguma parte da população como crédito eleitoral para um possível futuro político, e está na situação credita a continuidade de um trabalho e ou a neutralidade fiscalizadora por esses atores.

Desta feita, com a soma das explanações apresentadas, foi possível traçar perfis políticos dos vereadores, relacionados com os recursos sociais por eles acionados e

reconvertidos em trunfos políticos. É nesse propósito que o próximo subitem apresenta a composição desses perfis, os quais são característicos dentro do universo político eleitoral no município de Riachuelo.

3.2. Perfis políticos a partir do ofício de vereador em Riachuelo

Como foram demonstrados anteriormente, os recursos sociais dos vereadores, a sua origem familiar e os seus *backgrounds* políticos e profissionais, permitiu que pudéssemos construir perfis políticos característicos. Levando-se em consideração o histórico de formação política do município ao longo dos 68 anos (1951-2019) aqui analisados, podemos construir perfis políticos, tomando como base os 10 (dez) vereadores entrevistados e demonstrando historicamente como existem relações hereditárias, profissionais e ou até mesmo aqueles que poderíamos chamar de *outsiders*²⁵.

Três perfis políticos foram construídos de acordo com os dados sociográficos dos vereadores, os quais objetivam sintetizar as causas e ou padrões de recrutamento, seleção e inserção na política municipal de Riachuelo. Contudo, esses perfis não são engessados, pois em alguns casos pode haver a existência de vereadores que atuam tanto em uma como ou em outra causa. Ou seja, alguns desses atores políticos transitam tanto em um perfil como em outro, numa espécie de intercessão de perfil. Entretanto, o que se levou em consideração na sua construção foi à soma dos recursos sociais aos quais utilizaram desde o período eleitoral, além de como esses se identificam em sua trajetória política, bem como a maneira em que a população os identificam.

Desta maneira, apresentamos os três perfis construídos, conforme demonstra o **Quadro 2** abaixo, e logo em seguida tratamos especificadamente de cada um deles e porque esses atores fazer parte de cada um deles.

²⁵ Em referência ao termo cunhado por Howard Becker (1963). Aqui evidenciando uma espécie de ‘desvio’ as características comuns encontradas nos outros blocos de vereadores, ou seja, não possui vinculação familiar, não é apadrinhado por outro político importante na cidade, etc. Maiores informações em: BECKER, H. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Quadro 2 – Perfis políticos dos Vereadores de Riachuelo (2017-2020)

TIPOS DE PERFIS POLITICOS		
VEREADOR DE HERANÇA FAMILIAR	VEREADOR DE VINCULAÇÕES PROFISSIONAIS	VEREADORES ‘OUTSIDERS’
Peterson Santas Araújo (Petinho de João Grande)	Helena Maria dos Santos (Helena do Hospital)	Ronaldo Raimundo dos Santos (Ronaldinho)
Helder Cícero de Oliveira Silva (Helder de Pedão)		
Givanildo Cavalcante Bezerra (Gil de Cacau)	Clécio Carlos Santos de Oliveira (Clésio do Pov. Central ou Clésio da SISA)	
Carmém Lúcia Alves da Costa (Carmém do Sindicato)		
Rosemberg Santos Hipólito (Berg Hipólito)	Gilton Messias Correia (Gil da Ligadura)	
Marcondes Luiz Batista Santos Hipólito (Marcondes Hipólito)		

Fonte: Organizada pelo autor, 2019.

Vereadores de herança familiar

Esse perfil é composto pelos vereadores que acionam ao longo de sua trajetória política a vinculação com a herança familiar consanguínea. Utilizando-se dessa condição para ter inserção na política partidária e institucional, creditando para si condições de herdeiros diretos da tradição política de seus pais e ou avôs (hereditariedade política). Seis dos vereadores que compõem o quadro legislativo municipal apresentam essa característica, sendo que 05 (cinco) deles são diretamente relacionados à figura paterna e apenas 01 (um) ligado à hereditariedade do seu avô. São quadros representativos desse tipo de perfil político:

- i. O vereador Peterson Araújo, ou ‘Petinho de João Grande’ como é popularmente conhecido, é filho do ex-vereador, ex-presidente da Câmara de Vereadores, ex-prefeito e ex-vice-prefeito, João Araújo (João Grande). Segundo o próprio vereador, a sua inserção política se deu na condição de manter a tradição política do seu pai na política riachuelense, e como o pai pretende seguir na carreira da política, ou seja, dentro do universo local, sem nenhuma pretensão a ter cargos maiores na política, tendo-se em vista que o maior cargo na política municipal é o de prefeito. Peterson Araújo já foi Presidente da Câmara de Vereadores por 03 (três) biênios: 2009/2010, 2011/2012 e 2016/2017, tentou a reeleição para presidência da Câmara, mas não conseguiu construir um bloco significativo e nem chegou a candidatar uma chapa.
- ii. Helder Oliveira, ou ‘Helder de Pedão’, é o político mais jovem da câmara de vereadores de Riachuelo, sendo o segundo mais bem votado durante a eleição de 2016. De acordo com o próprio vereador o seu sucesso eletivo deu-se em virtude do trabalho desenvolvido

por sua família na história política do município, principalmente em virtude da tradição do seu nome: ‘Oliveira’, em referência a um dos principais políticos de Riachuelo, Pedro de Oliveira ‘Pedão’. Como o vereador está em seu 1º (primeiro) mandato, esse tem consciência de que todo o seu referencial político advém de herança familiar, tendo-se em vista que além de ter um o nome do avô como qualitativo eleitoral (pois esse foi ex-vereador, presidente da câmara e ex-prefeito de Riachuelo por duas gestões), também teve na política outros representantes da família, a exemplo de seus tios: Analúcia de Oliveira, ou Profa. Analúcia de Pedão (que foi vereadora e presidente da Câmara por dois biênios – 2013/2014 e 2015/2016) e Pedro de Oliveira Filho, ou Pedrinho de Pedão como é chamado (foi Presidente da Câmara durante os biênios 2005/2006 e no final do biênio de 2008).

- iii. Givanildo Bezerra, o Gil de Cacau. A referência atribuída ao seu pai, o ex-vereador José Carlos Martins Bezerra, traduz para o seu filho o crédito de ascensão no cenário político municipal, sendo que seu pai foi por 04 (quatro) vezes vereador do município (1989-1992; 1997-2000; 2001-2004). O vereador ‘Gil de Cacau’ está em seu 3º (terceiro) mandato, sendo que neste último assumiu por conda da licenciatura de Marcondes Hipólito para assumir a Secretaria Municipal da Juventude, Esporte, Lazer e Turismo.
- iv. Carmém Lúcia, a ‘Carmém do Sindicato’. De acordo com a própria vereadora, a sua entrada na política foi por indicação direta de seu pai, o ex-vereador Ciro Leite Sampaio, que também foi vereador e Presidente da Câmara (1955; 1960/1961 e 1963). Segundo a própria vereadora a sua entrada e permanência na política foi construída de acordo com o papel desenvolvido por seu pai junto aos trabalhadores rurais do município, por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riachuelo, sindicato esse ao qual seu pai foi fundador e ela hoje é a vice-presidente. Carmém Lúcia iniciou na política como suplente no ano de 2009 e até hoje permanece na política legislativa municipal. Na última campanha eleitoral (2016), foi à vereadora de maior densidade eleitoral.
- v. Rosenberg Hipólito, o ‘Berg Hipólito’, como é conhecido popularmente no município é um dos mais jovens políticos do legislativo municipal. Segundo o vereador, entrou na política como um critério de continuidade do trabalho desenvolvido por seu pai, o ex-vereador Manoel Messias Hipólito Filho, que foi vereador por 05 (cinco) mandatos e Presidente da Câmara (1989/1990 e 1993/1994). Atualmente o vereador Berg Hipólito foi eleito como Presidente da Câmara para o biênio de 2019-2020.
- vi. Marcondes Hipólito, ‘Marcondes’. Embora o vereador não faça referência direta ao capital hereditário político de seu pai, o Manoel Messias Hipólito Filho, iniciou sua trajetória

político sendo cabo eleitoral de seu pai na última disputa eleitoral a qual o seu pai saiu candidato e perdeu (2000). Utiliza-se desde o período eleitoral apenas o seu nome sem vinculação com o pai, embora todos os munícipes o conheçam como ‘Marcondes Hipólito’. Marcondes foi candidato a vereador sem sucesso em duas disputas eleitorais, vencendo duas delas (2005-2008 e 2017-2018), sendo que nesta última eleição após um ano de mandato decide assumir o cargo de Secretário Municipal da Juventude, Esporte, Lazer e Turismo, em virtude dessa ser uma das suas linhas de atuação, ou seja, o trabalho direcionado ao público jovem no município – serviços de documental, primeiro emprego, vinculações com esporte etc.

Para uma maior compreensão dessas vinculações familiares entre os vereadores atuais e ex-veredores no município (1951-2017), apesento no final do subitem o **Quadro 03** referenciando-os e os seus respectivos mandatos.

Vereadores de vinculações profissionais

Perfil composto por vereadores que acionam ao longo de sua trajetória política a sua vinculação com questões profissionais, inclusive em sua própria identificação de campanha e ou nas principais ações desenvolvidas junto aos eleitores no município. Três vereadores são enquadrados nesse perfil:

- i. Helena Maria, ‘Helena do Hospital’. Embora a vereadora tenha herança familiar na política através de seu irmão, João Rodrigues dos Anjos – ex-vereador, presidente da câmara por dois biênios (1985/1986 e 1991/1992) e ex-prefeito municipal (por 08 meses quando da intervenção jurídica na gestão de Américo Ferreira Leite) – a sua vinculação política se dá muito pelo seu trabalho como Secretaria Geral do Hospital de Caridade do município, tornando-a mais conhecida pelos seus eleitores como a ‘Helena do Hospital’. A vereadora está em seu 2º (segundo) mandato (2001-2004 e 2017-atual), sempre na condição de oposição as gestões dos ‘Leite’ na política local do município. É a única dos 10 (dez) vereadores se que declara permanentemente como oposição; segundo a mesma, condição essa que dificulta o seu trabalho de vereadora na cidade, mas também a credita por uma grande parte da população que observam em sua posição uma representação significativa no legislativo municipal.
- ii. Clésio Carlos, ‘Clésio do Povoado Central ou Clésio da SISA’. O vereador está em seu 3º (terceiro) mandato e sua atuação política está intimamente ligada à sua condição profissional, ou seja, ao cargo que ocupa dentro da Sergipe Industrial S.A – SISA, empresa essa de propriedade dos ‘Franco’ e dirigida por um dos principais líderes

políticos do Vale do Cotinguiba, o ex-deputado estadual Marcos Franco. A SISA está localizada no Povoado Central, que é uma pequena povoação que circunda a indústria.

- iii. Gilton Messias, ou apenas o ‘Gil da Ligadura’ está em seu 1º (primeiro) mandato como vereador, segundo o mesmo, não tinha pretensões políticas, mas em virtude do trabalho que desenvolve na comunidade – relacionado à ligadura de trompas e outros exames clínicos – o acesso a política o credita maior campo de atendimento, pois facilita-se a criação de rede de relações e de trabalho. Gilton é proprietário de um Laboratório de Exames Clínicos no município de Malhador e em parceria com sua irmã no município de Areia Branca. De acordo com o vereador, foi a partir do trabalho de sua irmã no município de Areia Branca (SE) que se iniciou o impulso para o trabalho comunitário de saúde. Politicamente, embora tenha sido eleito na condição de oposição a gestão atual, o vereador diz não ser nem oposição e nem situação, mas sim agir de acordo com o que acha melhor para o desenvolvimento do seu trabalho de vereador e com a população. Gilton é presbítero da Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério Madureira no município de Riachuelo.

Vereadores ‘outsiders’

Esse perfil é composto pelos vereadores que não apresentam nenhuma vinculação política familiar ou empresarial, destacando-se na política como um ‘vereador que se inicia na política por força dos apoios e das relações com amigos e ou por reconversão dos recursos sociais das origens sociais como trunfos eleitorais. Dentro do universo analítico da câmara de vereadores de Riachuelo atualmente, apenas 01 (um) dos vereadores enquadra-se nesse perfil, sendo ele assim apresentado:

- i. Ronaldo Raimundo, ‘Ronaldinho’. Popularmente conhecido pelos munícipes, principalmente por sua trajetória pessoal e somando-se a sua trajetória política, pois já está em seu 3º (terceiro) mandato (2005-2008; 2009-2012 e 2017-atual). Segundo o próprio vereador, a sua trajetória política se deu por conta do apoio de seus amigos que o incentivaram a entrar na política, principalmente em virtude de decepções políticas quando exercia a função de cabo eleitoral de um vereador no município, ou seja, quando chegou a precisar de algum favor desse político e foi negado. Esse foi o estopim para que pudesse pensar e se dedicar a construir uma carreira política. Atualmente o Ronaldinho é o vice-presidente da Câmara de Vereadores no biênio (2019-2020).

JOSÉ COSME DE OLIVEIRA																	02 LEGISLATURAS
HELENA MARIA DOS SANTOS																	02 LEGISLATURAS
IVANILDO CORREIA DA SILVA																	01 LEGISLATURA
URBANO JOSÉ MOREIRA NETO																	01 LEGISLATURA
ALDOMIRO FREIRE DE LIMA																	02 LEGISLATURAS
MARCONDES LUIZ BATISTA SANTOS HIPÓLITO																	01 LEGISLATURA
RONALDO RAIMUNDO DOS SANTOS																	03 LEGISLATURAS
ERALDO ALVES DOS SANTOS																	01 LEGISLATURA, SENDO SUPLENTE
LAUDECI COSTA BEZERRA																	01 LEGISLATURA, SENDO SUPLENTE
JURACI DOS SANTOS																	01 LEGISLATURA, SENDO SUPLENTE
ADICELMA EUFRÁZIA DE SANTANA SANTOS																	01 LEGISLATURA
CLÉSIO CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA																	03 LEGISLATURAS
DANIEL REZENDE CAMPOS OLIVEIRA																	01 LEGISLATURA, DEPOIS TORNA-SE VICE-PREFEITO NAS GESTÕES 2013-2016/ 2017-2020
GIVANILDO CAVALCANTE BEZERRA																	03 LEGISLATURAS, SENDO A 3ª COMO SUPLENTE
PETERSON DANTAS ARAÚJO																	03 LEGISLATURA
UDSON SANTOS																	01 LEGISLATURA, SENDO SUPLENTE
CARMÉM LÚCIA ALVES DA COSTA																	03 LEGISLATURAS, SENDO A 1ª COMO SUPLENTE
ANALÚCIA DE OLIVEIRA SANTOS																	01 LEGISLATURA
ANTÔNIO CARLOS PACHECO DE ALMEIDA																	01 LEGISLATURA
ELTON DA SILVA ALMEIDA																	01 LEGISLATURA
ROSEMBERG SANTOS HIPÓLITO																	02 LEGISLATURA
HELDER CÍCERO DE OLIVEIRA SILVA																	01 LEGISLATURA
GILTON MESSIAS CORREIA																	01 LEGISLATURA

Fonte: Livros de Atas das Sessões Ordinárias da Câmara de Vereadores de Riachuelo (1951 a 2017)/ Câmara de Vereadores do Município de Riachuelo. Organizada pelo autor,

3.3. As habilidades acionadas e apreendidas no *métier* da política riachuelense

“- *Que habilidades são essas*”? Essa foi a resposta obtida quando foi levantada a pergunta para 01 (um) dos vereadores entrevistados a respeito da construção de habilidades profissionais dentro da política. Talvez esses vereadores nunca tenham pensado a sua atuação como uma profissão e por conta disso nunca tenha percebido que dentro desse *métier* alguns códigos são apreendidos e ou acionados para o sucesso profissional, ou seja, a sua ascensão e consagração política.

Pâmella Santos (2016) em seu trabalho sobre a construção de cabos eleitoral dedica um subitem sobre a importância das habilidades na composição deste cargo. Em semelhante perspectiva, quando penso na formação do cargo de vereador como um ofício dentro da política, identifico os três princípios básicos defendidos por Hughes (1964) para a ‘fabricação’ de um profissional dentro da perspectiva de um ofício, sendo eles: a *aprendizagem*, que correspondem à socialização; a *iniciação*, ou seja, a inserção na política eletiva por meio da campanha eleitoral e a *conversão*, que é o momento ao qual o ator já se ver atuando e participando não mais como observador daquele universo político, mas sim, como umas das peças dessa engrenagem.

Nessa lógica, depois de questionados e de uma breve reinterpretação da pergunta os vereadores apresentaram as suas respostas a respeito das suas habilidades políticas. Iniciando-se pela *aprendizagem*, de acordo com esses atores, a aprendizagem política muitas das vezes foram aprendidas durante o processo de formação familiar, conforme se demonstrou no subitem anterior. Sendo esses de grande parte com vinculação familiar, ou seja, são políticos de herança familiar, e que participaram do universo político do município desde a sua infância ou na juventude. Segundo um dos vereadores, “[...] *brincava nos corredores dessa Câmara, via meu pai conversando, recebendo políticos em casa [...] eu apenas brincava, mas convivia com eles (os políticos) e com os filhos deles*”. Essa afirmação demonstra que os espaços de aprendizagem política era o espaço de socialização, onde se iniciava o interesse pela política, mesmo que sem ainda terem noção de fato de como essa dinâmica ocorreria.

Em relato semelhante, outro vereador explica que a rotina dele estava ligada intimamente com o dia a dia de seu familiar político, “[...] *era pequeno, mas me lembro, quando ele ia atender as pessoas. As pessoas pedindo favores. Tinham até aquelas que nos encontravam na rua e fazia referência a ele, tipo: - Olha ele como está grande [...]*”, ou seja, para esses atores a política estava intimamente relacionada à sua condição social, sendo a sua iniciação condicionada pela própria convivência no meio.

O processo de *iniciação* desses atores na política está intimamente casado com a sua aprendizagem, segundo os mesmos, a aprendizagem e a iniciação aconteciam simultaneamente. Entretanto, se definirmos o processo de campanha eleitoral como início da construção da carreira política, esses identificam que algumas habilidades tiveram que ser acionadas, a exemplo do uso da oratória e do aprimoramento das relações interpessoais. De acordo com um dos vereadores, “[...] *é na campanha que o eleitor começa a criar vinculação com o político, que ele define se gosta ou não de você, então você deve ser o mais sincero possível em suas posições e projetos, como também saber ouvi-los*”.

Para os vereadores de Riachuelo, a campanha é o palco expositivo de suas qualidades pessoais. Em virtude disso, na grande maioria das respostas foram direcionadas a qualidades subjetivas atribuídas aos mesmos: *“honestidade com os eleitores, humanidade e amizade com os eleitores”*. Outras habilidades foram destacadas como acionadas durante o período de iniciação na investidura do cargo esses atores são unânimes em afirmar que possuem *“conhecimento ou um pouco sobre o conhecimento do desenvolvimento da política municipal”* é um dos principais atributos e habilidades que todo político deve ter assim que entram em campanha eleitoral, justamente porque será através daí que são definidos os trajetos e as construções identitárias desses na política e como os eleitores passam a vê-los.

Quando já na investidura do cargo, na *conversão* em políticos e políticos profissionais, esses atores sinalizam que a maior habilidade que podem adquirir é o de *“saber jogar o jogo da política”*. Ora, de acordo com esses atores a política é um jogo onde nem sempre se tem a certeza de ganho e que para tal feito é preciso saber lidar com as pressões internas e externas inerentes ao ofício. De acordo com um dos vereadores *“[...] essa habilidade se traduz no saber quando falar e ou quando calar-se. No momento de participar ou não de determinado grupo ou situação política. É a arte de negociação. Quem melhor negociar, vence o jogo”*.

Ou seja, *“tudo na política é possível”*, então a habilidade defendida por esses atores como cruciais para o sucesso político é obter tática de jogo. É conseguir construir alianças e ou rupturas de acordo com a comunicação e o *“linguajar próprio da política”*. Assim sendo, quando questionados sobre esse ‘linguajar próprio da política’, segundo esses políticos, é o linguajar relacionado ao calar-se e ou impor-se por força da sua densidade eleitoral, tendo-se em vista que, o partido não apresenta significativa importância, e nem também a sua posição ideologia – esquerda ou direita – o que de fato conta para eles é a propensão à negociação, pois *“tudo na política é negociação. [...] Veja você, em um município pequeno como aqui, se você é político e não consegue se manter em um grupo político fortificado, a melhor atuação que você tem é silenciar e fazer a sua política paralela a que o grupo desenvolve. Não é bater*

de frente, é negociar. Embora nem sempre isso surtas os efeitos que você deseja, mas esse princípio torna-se o principal”.

Embora os políticos riachuelenses não se identifiquem como políticos profissionais e ou defendam a política como uma profissão, quando questionados em termos dessa atuação eletiva ter etapas semelhantes a qualquer outra profissão – aprendizagem, iniciação e conversão – eles afirmam que nesses propósitos apresentados ela pode até ser assim chamada, mas não identificada, pois a política é momentânea, datada de períodos e de flutuações.

Quando falaram dessas flutuações, pode ser identificado que o próprio processo de flutuação é uma característica importante em qualquer profissão, entretanto os vereadores foram enfáticos em afirmar que essas flutuações são decorrentes da própria dinâmica política, em outras palavras, para esses atores políticos é um campo de atuação tipicamente distante dos outros campos de atuação profissional.

Mesmo em meio a essa diferenciação proposta pelos próprios políticos, em meio às entrevistas e na aplicação dos questionários, percebeu-se que o processo de *aprendizagem*, *iniciação* e *conversão* correspondem intimamente com a formação do ofício da política, pois essas etapas são amplamente contempladas e justificadas na própria carreira política.

3.4. Formalidades legais do cargo de vereador versus a prática deste ofício no município de Riachuelo

Os vereadores são identificados segundo a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO como uma ocupação estabelecida sob o número código 1111-20, na qual estabelece em linhas gerais, que esses atores são responsáveis pelas matérias legislativas, pois

Estudam as matérias previstas nas constituições federal e estaduais e deliberam sobre as mesmas; elaboram regimentos e discutem e votam o orçamento; dispõem sobre diversas matérias de competência da união, estados e municípios, como: tributos, arrecadação, distribuição de rendas, orçamentos, créditos, dívidas públicas, planos de desenvolvimento, criação de cargos públicos, limites territoriais e organização administrativa e judiciária; dispõem sobre matérias de interesse nacional, bem como tratados e outros assuntos internacionais (BRASIL, CBO, 2002).

Especificadamente, segundo o Manual do Vereador, define o cargo de vereador como “*autoridades representativas dos eleitores no Município*” (BRASIL, 2005, p. 17), somando-se ao que afirma o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Riachuelo (1990), estabelece no seu Art. 108, que os vereadores são *agentes políticos*, onde compete aos mesmos à participação de todas as discussões e votar nas deliberações plenárias ocorridas na Câmara, bem como apresentar proposições que visem ao interesse coletivo, nisto compete a

defesa das proposições que visem o interesse do município ou em oposição as que julgarem prejudiciais ao interesse público.

Na soma dessas atribuições legais estabelecidas pelo cargo de vereador a principal competência destes para o desenvolvimento e execução legislativa de seu mandato resume-se sinteticamente na fiscalização do executivo municipal. Ou seja, o vereador é uma espécie de agente político fiscalizador das ações inerentes à governabilidade, somando-se a perspectivas de criar leis para o melhor gerenciamento do mandato executivo. Bom, isso em linhas gerais e de acordo com o senso comum.

Segundo um dos entrevistados afirma que “[...] *O vereador é uma autoridade! Deve cumprir com a auditoria fiscal do município. É um fiscal do órgão público, e é um administrador. Ajuda a desenvolver o município [...]*”. Nessa afirmativa, o entrevistado demonstra que conhece bem a sua função legal como vereador, mas que também se soma a sua função de assistência social, tendo em vista que é a parte que a população melhor enxerga, quando afirma que tem a função de “[...] *melhorar a qualidade de vida da população, então a gente ajuda quando nos pedem socorro*”.

Contudo, no município de Riachuelo, essa realidade de agente político representativo e fiscalizador acontecem em soma com outra atividade por eles desenvolvida: o assistencialismo social aos mais carentes do município. Essa atividade correlata à legislação e a fiscalização pública acontecem como uma espécie de prática objetiva do cargo de vereador. Essa atividade ficou clarificada ao questionar esses atores quanto da sua atuação legislativa, segundo um dos vereadores entrevistados, “[...] *vamos ser bem sinceros, como vereador a gente cumpre as funções legislativas, mas muito mais o assistencialismo, esse é o trabalho mais desenvolvido. Eu mesmo tenho atividades políticas o dia inteiro, todo dedicado a essa função. Quando não estou na Câmara, ou no meu trabalho, estou 24 horas atendendo a população*”. Ou como afirma o outro vereador, que “[...] *o assistencialismo prevalece [...]*”, em outras palavras, essa é a moeda de troca significativa na política municipal.

Essa afirmativa demonstra que para os vereadores a perspectiva do trabalho por eles desenvolvido é muito mais promover o assistencialismo imediato, de um por um, embora sendo a sua função legislar pelo bem público, mas reconhecem que as esferas de proximidades existentes entre o cargo de vereador e os eleitores são bem tênues, ou seja, “[...] *é o elo entre o povo e o executivo [...]*”. Sendo assim, “[...] *é um dos cargos mais importantes da política, pois é o que de fato lida diretamente com o povo [...]*”.

Nessa ideia de ‘quem lida diretamente’ com o povo, os vereadores se tornam os políticos mais populares no município e nesse propósito, seja que por meio de práticas

clientelísticas, nas trocas de favores, na difusão de cargos e ou benesses, essa é a lógica a qual a política local no município se processa. Em semelhante perspectiva, de acordo com Bezerra (1999; 2004), esses através dessas táticas clientelistas de articulação é que são formadas as bases locais da política, é o que podemos identificar como o ‘para quem’ da política institucional, é onde a dinamicidade entre os elos acontecem.

Assim sendo, o vereador torna-se o principal ator de articulação entre as bases, ou seja, entre o líder executivo e a comunidade, mesmo sendo esse um agente público fiscalizador e como tal tendo acesso as fragilidades comuns da comunidade, pois na prática do assistencialismo direto a população o permite perceber como as ‘mazelas’ da comunidade se apresentam. Entretanto, a rotina desenvolvida pelo assistencialismo lhe credita uma troca de favores diretos entre eles e a população, com também entre eles (os vereadores) e a gestão municipal.

Nesse processo de construção profissional onde o assistencialismo torna-se o ator principal no palco clientelístico da dinâmica política, os vereadores se tornam os agentes públicos especializados em minimizar as declarações ocultas dos problemas ocorridos na comunidade junto ao executivo local, como também maximiza as potencialidades do seu êxito eleitoral. Em outras palavras, o assistencialismo associado ao trabalho legislativo torna-se um recurso significativo para a composição do sucesso eleitoral, das redes de relações e das redes de dominação na política municipal.

Por meio da análise das condições objetivas e subjetivas dos vereadores atuais do município de Riachuelo, foi possível empreender que as construções de suas carreiras profissionais dentro da política estão entrelaçadas em um tripé estrutural das lógicas dos padrões de recomposição, inserção e ascensão política defendida pelas teorias dos grupos profissionais – familiar profissional e outsiders.

O que se observa é que em meio aos 10 (dez) vereadores entrevistados, a grande característica que o condiciona e lhe assegura o acesso ao ofício político é a sua vinculação familiar, ou seja, a sua hereditariedade política, o ser familiar de algum outro político que tenha tido história no município. Entretanto é preciso compreender que sendo hoje, em pleno século XIX essa ligação seja tão forte na política local é em virtude desses políticos de outrora terem sido vinculados à parentela ‘Leite-Franco’. Ora, observando o quadro atual, onde 06 (seis) desses vereadores apresentam como ponto crucial a hereditariedade de seus pais, os quais foram políticos ao longo dos anos 50 até meados da década de 90, num período significativo onde às indicações dos familiares, aliados, afins e dissidentes construíram a

política local, ou seja, esses são herdeiros diretos não só do recurso político familiar de seus pais, mas também da parentela que os iniciou, a parentela dos ‘Leite-Franco’.

Dos outros vereadores, 03 (três) estão vinculados principalmente com suas trajetórias profissionais, embora não tenham perdido as suas ligações afins, pois, embora 02 (dois) deles acionem a perspectiva da sua própria construção política como requisito basilar de sua carreira política, na sua trajetória percebeu que um deles tem vinculação com um irmão, ou seja, o capital familiar é compartilhado e os outros dois sinalizam o apadrinhamento como característica importante para a manutenção do seu cargo. Dentre os quais, um afirma que sua vinculação política é empreendida pelo pedido direto de um dos ‘Franco’, o que quer dizer que ele na perspectiva analítica das parentelas é um dos aliados desses. O outro sinaliza que seu trabalho é despertado principalmente por força profissional, mas salienta que a intromissão de sua irmã em seu trabalho ‘assistencialismo’ foi despertado e fortalecido por ela e pela empresa que a família possui e pela parceria junto com um deputado federal. Esse demonstra um quadro específico de diversificação das suas redes de relações, ou seja, para além da política local.

A perspectiva do *outsider* é que esse flutua principalmente em meio as engrenagens do jogo político, estabelecendo-se profissionalmente na política através do acesso direto a liderança do grupo político em vogue. O que antes era apenas um político por aclamação dos amigos, torna-se um político de vinculação a liderança local da situação, que neste caso é um dos descendentes da família Leite-Franco.

Demonstrando-se assim a construção desses perfis políticos por meio das condições objetivas e subjetivas pertinentes ao cargo de vereador, o uso dos recursos sociais para a inserção e consagração no ofício da política percebeu que apenas os recursos sociais não são os únicos qualitativos necessários para a investidura no cargo, mas sim e principalmente as vinculações, as redes de relações e dominações que provem da e na eletiva imposição do cargo. Princípios esses que serão tratados no capítulo seguinte.

CAPITULO IV – AS REDES DE RELAÇÕES E DOMINAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO OFÍCIO DE VEREADOR EM RIACHUELO

O processo de reconversão dos recursos sociais, das habilidades que são acionadas e as competências advindas da investidura no ofício da política, têm sido o norte de discussão apresentado ao longo desse trabalho. Conforme foi demonstrado nos 03 (três) capítulos anteriores, à construção do ofício na política seguiu um desenvolvimento interpretativo e compreensivo sobre como se compõe e se estrutura o cargo de vereador tomando como base o uso e reconversão dos recursos sociais dos atores políticos.

Contudo, embora tanto a sociogênese do processo histórico da política esteja alicerçada nos domínios de base familiar se configurem em traços característicos da política, demonstrando como se configura o universo geográfico e a dinâmica política por ele apresentado, esse por si só não credita a qualificação para a inserção, ascensão e construção de uma carreira política. Soma-se ao qualitativo histórico a composição sociográfica dos atores responsáveis pela dinamicidade do ‘jogo da política’, onde recursos sociais e habilidades são acionados e reconvertidas em trunfos políticos tornam os traços mais claros da própria prática estabelecida pelo ofício do cargo de vereador.

Entretanto, esse processo de acionamento e reconversão dos recursos sociais não são o bastante para apreender os aspectos relacionados aos recursos, mas sim entender em que lógicas para além da política eletiva se constroem os alicerces de sustentação dela. Ou seja, o peso dado às redes de relações, visto que, é a partir delas que se obtêm uma extensão significativa do poder estabelecido pelo cargo, ou melhor, dizendo, são em meio às redes de relações que as competências profissionais advindas do próprio cargo político refletem no reconhecimento interno entre os pares, condicionando-os a construção de uma rede de vínculos frutíferos, principalmente no que diz respeito a uma dinâmica eletiva, onde a densidade eleitoral torna-se a maior representação de poder desses atores.

Sendo assim definida como um recurso social significativo, as redes de relações possibilitam nos amplos espaços de socialização um acúmulo de outros recursos (ou capitais sociais) em várias esferas sociais (familiares, políticos institucionais, amigos, afins). Essa ampliação dos recursos em outras esferas sociais possibilita a formatação de uma rede de dominação em certos espaços sociais. Tratando-se da política eletiva municipal, essas redes de relações e dominação estão muitas das vezes expressas nas lógicas de sustentação de mandatos e ou na pluralidade de articulações as quais os vereadores traçam com o intuito de se consagrarem no cargo e obterem prestígio e consagração política.

Desta feita, analisando a formação dessas redes de relações e dominação é possível entender de maneira alargada o ofício de vereador tomando como frentes interpretativas as suas bandeiras de defesas, os seus direcionamentos políticos, seus planos de trabalho, as formas de atuação junto ao eleitorado, bem como os seus propósitos de articulação nas esferas de governabilidade – local e estadual.

Neste propósito, o presente capítulo apresenta empiricamente as lógicas da dinâmica política traçadas pelos vereadores riachuelense, privilegiando-se os seus aspectos relacionados à construção de suas redes de relações e de dominação. Para tal conteúdo, serão apresentados alguns casos ocorridos durante os 02 (dois) primeiros anos de gestão legislativa, somando-se a uma análise estrutural de como se apresentam as redes por esses vereadores compostas.

4.1. Agrupamentos, dissidências e reconciliações: a campanha estadual de 2018

A eleição municipal de 2016 foi marcada pela formação de 02 (dois) blocos políticos no cenário político riachuelense, sendo eles: um formado pela situação, representado pela reeleição gestão atual e que compunha a chapa majoritária; e outro por uma chapa de menor dissidência de estabilidade política.

As referidas chapas estavam assim instituídas: a majoritária com a soma de 08 (oito) partidos políticos, intitulada “*Riachuelo Segue Feliz*” (representada pelas duas outras coligações – *Com a força do Povo e a Riachuelo Forte*), sendo os seus principais representados ao cargo de prefeita a Cândida Emília Sandes Vieira Leite, e o seu vice, o ex-vereador, Daniel Rezende Campos Oliveira; no outro polo, a chapa composta por 04 (quatro) partidos, intitulada “*Todos Por Riachuelo*”, sendo o candidato a prefeito o ex-vereador Demóstenes dos Anjos (Deminho) e o seu vice o Luciano Vasconcelos, conhecido no município como Lu-Advogado.

O **Quadro 4** melhor demonstra a composição dessas coligações, como também nos possibilita demonstrar como foram compostas e possibilita demonstrar como foram compostas as ligações políticas entre essas suas candidaturas.

Quadro 4 – Coligações na campanha eleitoral de 2016: prefeitos e vereadores

CAMPANHA ELEITORAL 2016 – COLIGAÇÕES, CANDIDATOS E VEREADORES ELEITOS		
RIACHUELO SEGUE FORTE Candidato prefeito: Cândida Leite		TODOS POR RIACHUELO Candidato: Deminho Vereador (PRB/ PTB / PTN / SD)
COM A FORÇA DO POVO (PSD / PEN / PSB/ PV)	RIACHUELO FORTE (PRP / PDT / PT / MDB)	
Petinho de João Grande (PEN) Ronaldinho (PSD) Clécio do Central (PSD)	Carmem do Sindicato (PT) Helder de Pedão (MDB) Marcondes Hipólito (PDT) Berg Hipólito (PRP) Gil de Cacao (MDB)	

Fonte: Organizada pelo autor, 2019.

Em meio a campanha eleitoral, a chapa majoritária apoiada pelo então governador do Estado, Jackson Barreto (MDB) e do seu vice, Belivaldo Chagas (PSD), junto com todo o seu grupo político, a candidata à reeleição ganhou o executivo municipal com um total de 3.599 votos, contra o seu opositor com 2.743 votos. Sua vitória foi principalmente creditada em virtude da parceria estabelecida entre o seu esposo, Aldebrando Leite, com as empresas Sergipe Industrial S.A-SISA e a Usina São José Pinheiro, pois essas pertencem aos Francos. Como no início do texto apresentamos como as famílias ‘Franco’ e ‘Leite’ se conectam, a associação se deu numa esfera cordial entre grupos familiares, o que levou ao sucesso eleitoral.

Vale ressaltar, que nesse contexto, o vice-prefeito, Daniel Rezende, foi o nome indicado diretamente pelo ex-prefeito Antônio Carlos Sobrinho Franco, que ao deixar o cargo de prefeito indicou o seu nome para o cargo de vice como forma de parceria entre os dois políticos (Aldé e Antônio Carlos Franco). Como a chapa vencedora era composta por um maior número de vereadores eleitos deu-se início a formação do grupo político que passaria a liderar o executivo e legislativo municipal para os anos de 2017-2020. Um dado significativo para o entendimento dos reflexos que terão na campanha para governo do Estado em 2018 é como foram construídos agrupamentos por esses políticos, o executivo municipal e o corpo legislativo.

Com o advento da campanha eleitoral de 2018 e o lançamento das frentes políticas pela disputa do executivo estadual, senado e legislativo estadual e federal, refletiu na dinâmica política do município. Dentro do município, embora existissem outros candidatos aos cargos de governador e ao senador no estado de Sergipe, em Riachuelo a disputa parecia apenas formada por 02 (dois) blocos de candidatos: (i) o do Governador Belivaldo Chagas (PSD) a reeleição, e seu bloco formado pelo ex-governador Jackson Barreto (MDB) para o

Senado e o ex-deputado federal Rogério Carvalho (PT) também para senador; (ii) em outro polo estava o ex-senador Eduardo Amorim (PSDB) para o cargo de governador e do ex-deputado federal, André Moura (PSC) para o cargo de senador.

Contudo, ao longo dos anos antecedentes a eleição de 2018, um nome que circundou as atividades políticas em Riachuelo, principalmente vinculadas às atividades de inaugurações, entregas de equipamentos, ambulâncias, emendas parlamentares, entre outras, foi a do então deputado federal André Moura – opositor direto ao líder do MDB estadual, Jackson Barreto, e então governador do Estado (2015-2018). *O que esse dado demonstra?*

Demonstra que em meio aos anos subsequentes a eleição de 2016, iniciaram-se os acordos políticos, a costura das redes de relações para a manutenção da política local. Ou seja, a aproximação do ex-deputado junto ao executivo municipal demonstrava que os acordos em torno da campanha eleitoral de 2018 seriam alicerçados, demonstrando que poderia haver rupturas dentro das próprias coligações internas. Em outras palavras, novas escolhas subjetivas seriam construídas.

Através do desenho dessa política, novas escolhas foram traçadas. Durante a campanha de 2018, o executivo municipal (MDB) decidiu apoiar um grupo político anteriormente rival a sua vinculação partidária – Eduardo Amorim (PSDB) e de André Moura (PSC) –, optando-se por esse grupo em consonância com os acordos, apoios e favores políticos para a campanha municipal de 2019. Com base nesse cenário, dois blocos políticos foram instituídos na cidade, principalmente partindo-se dos vereadores. Assim compostos:

a) O **grupo majoritário**, liderado pelo executivo municipal, defendendo a campanha em prol de Eduardo Amorim e de André Moura. Formado pelos vereadores: Berg Hipólito, Marcondes Hipólito, Helder Oliveira, Ronaldinho e Gilton da Ligadura;

b) E o **grupo dos dissidentes**, liderado pelo diretor-presidente da Sergipe Industrial S.A, Marcos Franco, em prol de Belivaldo Chagas e Jackson Barreto. Formado pelos vereadores: Petinho de João Grande, Carmém do Sindicato, Clésio da SISA e Helena do Hospital.

A formação do grupo dos dissidentes demonstra como as redes de relações e dominação em prol da dominação política municipal se arregimenta. Sendo Marcos Franco uma das grandes lideranças políticas estaduais, inclusive líder esse que ajudou a atual gestão executiva a se eleger e reeleger no município, mas que por interesses políticos romperam e decidiu impor a sua autonomia política liderando o grupo dos ‘dissidentes’ locais, todos esses em favor da reeleição do governo estadual atual. Esse grupo no município ficou representado

pelo então Presidente da Câmara, o vereador ‘Petinho de João Grande’ e ‘Carmém do Sindicato’.

Durante o período de campanha, rompimentos e acordos políticos declarados foram propagados nas ruas do município. Fortemente marcada pelas perseguições e ou desavenças típicas das desavenças políticas, a campanha estadual ganhou traços de campanha municipal, onde as pequenas diferenças entre os vereadores foram acentuadas, e as derrotas do grupo dissidente fortemente se intensificavam nas semanas antecedentes a campanha.

As primeiras mudanças foram vistas primeiro no legislativo, especificadamente na eleição da presidência da Câmara de Vereadores. A primeira vitória do grupo majoritário foi a vitória do novo presidente da Câmara, identificando a força política e de liderança do executivo municipal e do seu grupo político, pois agora passaria a ter tanto o domínio executivo como também do legislativo municipal. Casos típicos decorrentes das desavenças políticas se desenhavam, como: a promoção de rupturas políticas com as parcerias que os vereadores dissidentes tinham com o município, o que ficou claro através das exonerações nos cargos públicos municipais e a mitigação de ação efetiva desses vereadores dentro da própria função institucional, pois tendo o executivo municipal a maioria na Câmara, os projetos e menções do grupo dissidente ficaram mitigados.

A rivalidade entre os dois grupos se estendeu até o resultado do 1º (primeiro) turno das eleições, quando saiu vitorioso o candidato a governo apoiado pelo grupo dissidente – Belivaldo Chagas (PSD). Com esse resultado, e principalmente pela derrota geral do candidato opositor – Eduardo Amorim (PSDB) – e principalmente dentro do município, a liderança gestão municipal ficou um tanto quanto desgastada e nas ruas o povo começou a demonstrar novos afetos aos componentes do grupo dissidente. Com o avanço das transações para o 2º (segundo) turno, todos os componentes do primeiro bloco juntaram-se ao bloco dissidente. Formando assim um só bloco, entretanto cheio de reservas e ressalvas.

Com a vitória no segundo turno do candidato a reeleição, Belivaldo Chagas, anteriormente apenas defendido pelo grupo dissidente, a atuação dos vereadores desse grupo como cabos eleitorais foi amplamente comentada e a política se transmutou para além dos gabinetes oficiais e dos acordos “em sete chaves”. Nas ruas as conversas eram inclinadas em um mesmo tom: a formação de uma nova liderança política, “[...] *agora existe a chance de termos um novo prefeito de dentro da casa, filho da casa, pois com o apoio do governo do estado ele pode ganhar [...]*”, “[...] *essa derrota a demonstra um novo período na política municipal, agora é a vez dos jovens [...]*”, “[...] *se não conseguiu nem eleger dentro do município o seu candidato a governador e senador, imagina um novo candidato para*

*prefeito[...]”, “[...] mas a vitória aqui foi por causa do chefão, e agora não vai ter mais pros ‘Leite’ não[...]”*²⁶.

Embora a campanha política tenha despertado na população um “novo” direcionamento para a política municipal, o que essa descortinou foi à contínua reprodução das mesmas lideranças, as quais ora estão abrilhantadas pelos cargos eletivos de destaque, ou ora estão ofuscadas em oposição ao brilho de ‘algumas outras lideranças’. O que fica claro é o jogo de articulações que são estabelecidos nas coxias da política. O grupo majoritário liderado pelo executivo municipal se rende ao grupo dissidente como uma espécie de seguridade para a manutenção e continuidade de sua gestão durante os futuros dois anos (2019-2020), no outro polo, o grupo dissidente, cliente político da esfera estadual e do próprio município, se ver fortalecido pelos resultados da campanha estadual, entretanto mitigado quando das suas dívidas e favores na conjuntura local. Assim, iniciam-se as novas articulações, os novos acordos e a construção de novos ‘representantes’ na política local, contudo cooptados e construídos aos moldes das lideranças tradições, dos ‘Leite’, dos ‘Oliveira’ e dos ‘Araújo’. Todos num só bloco e num só projeto: a liderança da política local.

4.2. O peso das relações de dominação na disputa da Presidência da Câmara

Como em qualquer outra profissão a política apresenta estágios em sua configuração. Com base nessa afirmativa, tendo-se desenvolvido o estudo acerca da formação do cargo de vereador e utilizando o pequeno município de Riachuelo possibilitou perceber algumas características peculiares da profissão.

A grande maioria dos estudiosos da Sociologia política e cientistas políticos defendem que o maior interesse dos políticos é a construção de uma carreira em que se privilegiam o acesso aos maiores postos de representatividade política no município, Estado ou federação, seja no cargo de vereador, vice-prefeito, prefeito, deputado estadual, deputado federal e por assim adiante.

Quando da construção de uma pesquisa sobre os governadores sergipanos pós-redemocratização do Brasil²⁷, percebemos que em meio a análise da trajetória política de um desses governadores que se iniciou na política municipal como vereador e logo depois chegou

²⁶ Relatos obtidos através de conversas informais com os munícipes logo após o resultado das eleições de 2018.

²⁷ BOMFIM, Fagner dos S. **Modalidades de inserção, processo de recrutamento e investimentos na carreira política: os governadores sergipanos, pós-redemocratização do Brasil**. São Cristóvão, 2016. 69f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2016.

ao cargo de prefeito, acreditava-se que a principal confirmação de sucesso na carreira política seria galgar esses cargos eletivos. Entretanto, através deste estudo sobre a construção do cargo de vereador foi possível inferir que os degraus de sucesso político perpassavam por alguns outros cargos de prestígio que servia de trunfo para diplomacia eletiva e entre os afins, esse cargo é o de Presidente da Câmara.

Ser Presidente da Câmara representa para os vereadores uma maior notabilidade dentro do universo legislativo, pois ele lidera a manutenção e organização da Casa Legislativa, como também se torna o principal articulador e criador dos elos entre os políticos nas esferas local e estadual. Assim sendo, ser Presidente da Câmara funciona como uma espécie de trunfo político, tanto para a própria carreira política de prestígios, como também como um condicionante para liderar as redes de relações na política. Ou seja, ser Presidente da Câmara representa ser o líder das redes de relações e dominações do bloco legislativo.

Ao analisarmos historicamente, de 1951-2018, quais os vereadores conseguiram alcançar esse disputado cargo eletivo interno na Câmara obtemos uma mostra de como as redes em nomes das grandes famílias herdeiras da política riachuelense lideraram esse espaço.

Para tal propósito, um quadro foi construído (**Quadro 5**), no qual são identificados esses Presidentes, e este também objetiva demonstrar como foram construídas as redes de dominação das grandes famílias políticas de Riachuelo. Pois ao tomar, por exemplo, as gestões de Pedro de Oliveira e de João Grande na Presidência de Câmara, demonstram que esses políticos serviam de suporte legislativo para a gestão executiva de Chico Leite no município, ou seja, tendo o legislativo aliado ao executivo favorecia o controle das redes de relações e de dominação na política do município.

Em semelhante perspectiva, em 2005 e 2008, quando o ex-vereador ‘Pedrinho de Pedão’ assumiu a Presidência, esse o fazia com o objetivo de fortalecer o domínio político do executivo local, o então prefeito, Antônio Carlos Franco. No mesmo intuito, no período de 2013 a 2016, a gestão destinada à ex-vereadora Analúcia Oliveira, caracterizava-se com o fortalecimento do executivo na câmara legislativa. Além disso, demonstrava o poder da família Oliveira na política local, pois representava a mesma conexão identitária com a trajetória política do seu pai, Pedro de Oliveira, ‘Pedão’.

No atual corpo legislativo (2017-2020), fica perceptível a interlocução entre os vereadores e os ex-presidentes da Câmara, visto que, a grande maioria já foram familiarmente representados, por exemplo: o ex-presidente Peterson Araújo, filho de João Grande; Carmém do Sindicato, filha de Ciro Leite Sampaio; Rosenberg Hipólito e Marcondes Hipólito, filhos de Manoel Messias Hipólito Filho; além de Helena do Hospital que é irmã de João Rodrigues

dos Anjos, que também foi presidente; e Helder Oliveira, que é neto de Pedro de Oliveira ‘Pedão’.

Quadro 5 – Presidentes da Câmara de Vereadores de Riachuelo/SE

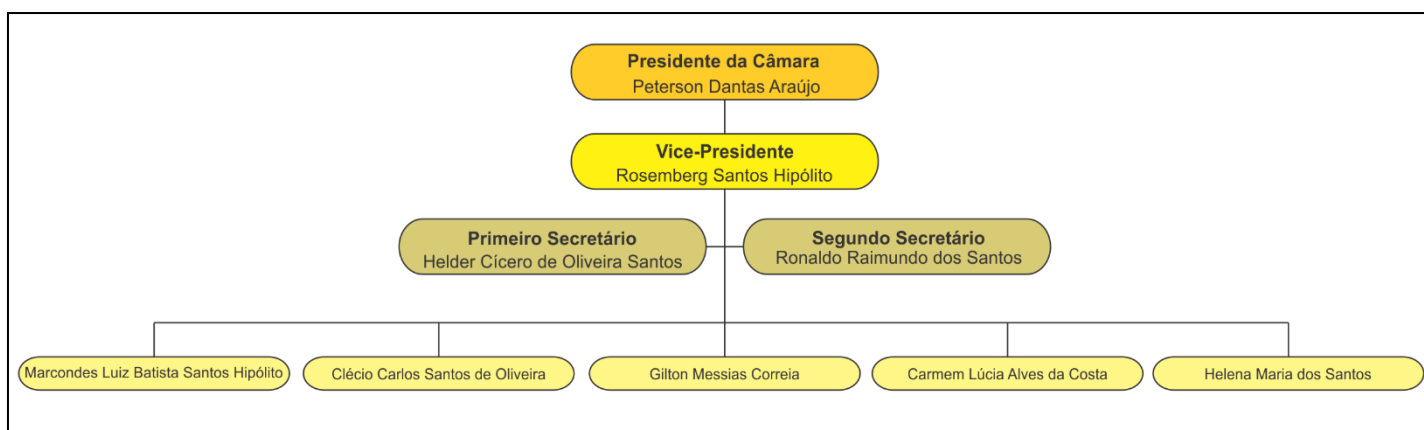
PERÍODO – BIÊNIOS	PRESIDENTE DA CÂMARA
1951 / 1952	JOSÉ LEITE DE ANDRADE
1953 / 1954	JOSÉ LEITE DE ANDRADE
1955	CIRO LEITE SAMPAIO
1956	ADOLFO CARDOSO SANTOS
1957/ 1958 e 1959	JOSÉ LINO DOS SANTOS
1960 / 1961	CIRO LEITE SAMPAIO
1962	UBALDINO RAMALHO FRANCO
1963	CIRO LEITE SAMPAIO
1964	GERSON TELES DE MENEZES
1965 / 1966	JOÃO PEREIRA DE ARAÚJO
1967	GERSON TELES DE MENEZES
1968	ABADIAS DA SILVA FRANCO
1969 / 1970	PEDRO DE OLIVEIRA SANTOS
1971 / 1972	JOÃO PEREIRA DE ARAÚJO
1973 / 1974	ADOLFO CARDOSO SANTOS
1975 / 1976	MANOEL MESSIAS CRUZ FILHO
1977 / 1978	FÉLIX ALVES DE SOUZA
1979 / 1980	ANTÔNIO CARLOS PACHECO DE MENEZES
1981 / 1982	MANOEL MESSIAS CRUZ FILHO
1983 / 1984	ANTÔNIO CARLOS PACHECO DE MENEZES
1985 / 1986	JOÃO RODRIGUES DOS ANJOS
1987 / 1988	MANOEL MESSIAS HIPÓLITO FILHO
1989 / 1990	FRANCISCO GILVAN DE AZEVEDO
1991 / 1992	JOÃO RODRIGUES DOS ANJOS
1993 / 1994	MANOEL MESSIAS HIPÓLITO FILHO
1995 / 1996	FRANCISCO GILVAN DE AZEVEDO
1997 / 1998	WELLINGTON SANTOS
1999 / 2000	JOSÉ LENALDO ARAÚJO
2001 / 2002	GEOVAN DE ARAÚJO SANTOS
2003 / 2004	JOSÉ LENALDO ARAÚJO
2005 / 2006	PEDRO DE OLIVEIRA FILHO
2007 / 2008	ALDOMIRO FREIRE LIMA
19 de maio de 2008	PEDRO DE OLIVEIRA FILHO (vice-presidente assume por abdicação do ex-Presidente Aldomiro Freire)
2009 / 2010	PETERSON DANTAS ARAÚJO
2011 / 2012	PETERSON DANTAS ARAÚJO
2013 / 2014	ANALÚCIA DE OLIVEIRA SANTOS
2015 / 2016	ANALÚCIA DE OLIVEIRA SANTOS
2017 / 2018	PETERSON DANTAS ARAÚJO
2019 / 2020	ROSEMBERG SANTOS HIPÓLITO
	Representante da Família Oliveira
	Representante da Família Araújo

Fonte: Câmara de Vereadores de Riachuelo, SE. Organizada pelo autor, 2019.

Se obter o cargo de Presidente da Câmara condiciona ao vereador melhores condições de interlocução e ou representatividade política, bem como a direta representação do grupo

político ao qual se vincula, isso ficou claro nas gestões dos ‘Oliveira’ e ‘Araújo’ na política local. Isso também ficou claro nas gestões mais atuais. O mesmo caso é observado nas gestões do ex-presidente, o vereador Petinho Araújo. Esse foi Presidente da Câmara durante 03 (três) mandatos – 2013/2014, 2015/2016 e 2017/2018. Os seus mandatos serviam de subsídio para a manutenção do poder tanto do próprio vereador e a manutenção da herança familiar de seu pai, como também para a promoção de uma espécie de linearidade entre o executivo estabelecido pelas gestões dos ‘Leite’ no poder municipal. Contudo, foi em decorrência da campanha eleitoral de 2018 que esse alinhamento se fragilizou (conforme demonstrei no subitem anterior), com a dissidência do então Presidente da Câmara, Peterson de Araújo, do grupo dominante liderado pelo executivo municipal. Na gestão do biênio 2017/2018 a Presidência da Câmara era assim composta:

Figura 6- Presidência da Câmara de Riachuelo, Biênio 2017/2018



FONTE: Câmara de Vereadores de Riachuelo, Sergipe.
Organizado pelo autor, 2018. Diagramação: Breno Franco, 2018.

De acordo com um dos entrevistados, o acesso à Presidência da Câmara representa um dos maiores palcos expositivo na política local, com também credita a esse político o direito de ser a chefia opositora do executivo e ou ser o seu braço direito na gestão municipal. Segundo um dos entrevistados, “[...] *antigamente, mais precisamente até o período de 2013-2016, a Presidência da Câmara era posta de acordo com a sua densidade eleitoral, ou seja, quem tinha maior quantidade de votos tornava-se o Presidente. Mas tudo isso mudou. A imposição do líder político na Presidência da Câmara inicia-se assim, com a formação da chapa que ele deseje eleger [...]*”. Essa afirmação denuncia e demonstra que mesmo sendo uma eleição regimentada institucionalmente, a disputa pela Presidência se torna um palco de

acordos e redes de dominação, onde quem lidera o agrupamento e grupo político vigente, também detém o poder do legislativo.

Segundo o mesmo entrevistado, a presidência é uma apoteose na política local, pois credita ao vereador a total liderança da câmara, inclusive no que diz respeito a cargos e acordos políticos para a manutenção de seu mandato. Apoteose essa que também se referencia a ter elos de fidelização e ligação direta a quem domine o grupo político.

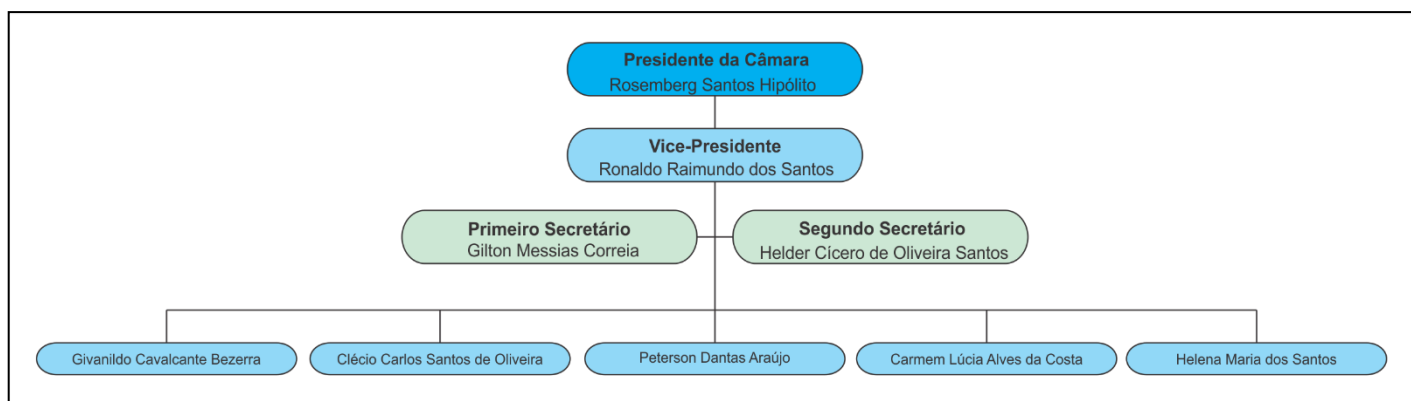
Com a chapa intitulada “*Todos por um*”, poucas mudanças foram observadas na estrutura da nova banca deliberativa da Câmara de Vereadores para o Biênio de 2019/2020, a principal e efetiva mudança se deu com a eleição por chapa única lançada pelo então ex-vice-presidente Rosenberg Hipólito e com cooptação do vereador ‘Gilton da Ligadura’ para o bloco da situação, sendo que esse se identificava na campanha eleitoral como oposição.

O lançamento da candidatura do ex-vice-presidente e atual Presidente, Berg Hipólito, se deram logo após o primeiro turno da eleição para Governo Estadual. A decisão de lançá-lo para presidente foi uma tática de representação do poder exercido pelo grupo do executivo municipal, onde embora tenha saído fragilizado pós-perda dos seus candidatos para governo estadual e senador, fortaleceu suas bases locais com a ascensão do seu líder na Câmara.

Comumente, nas rodas de conversas sobre política no município, todos classificam o novo Presidente como o principal representante da gestão atual em todas as esferas de articulação e representação política municipal.

Assim sendo, a presidência assim ficou definida, conforme demonstra a **Figura 7**, abaixo:

Figura 7- Presidência da Câmara de Riachuelo, Biênio 2019/2020



FONTE: Câmara de Vereadores de Riachuelo, Sergipe.
Organizado pelo autor, 2019. Diagramação: Breno Franco, 2019.

A disputa pela Presidência da Câmara nos revela muito mais do que apenas a mera posse do cargo disputado, demonstra a intensidade de poder advinda da investidura no cargo.

Ora, pois para quê um desses atores possa chegar a esse cargo os acordos internos têm que ser estabelecidos e oficializados na composição da chapa. Isso ficou claro durante o acompanhamento das Sessões Ordinárias, onde em uma delas foi lançada como matéria do dia o lançamento da chapa pelo então vice-presidente. Pode ser percebido que o clima na Câmara ficou tenso, pois demonstrava que ali estavam sendo traçadas as rupturas entre o antigo uno-bloco.

Nesse contexto, questiona-se: – *O que de fato essa disputa demonstra?* Demonstra como são traçadas as redes de relações e dominação defendidas por esses políticos, como são estabelecidos os vínculos e as alianças, pois, o que outrora era opositor torna-se aliado e o que eram aliados tornam-se opositores.

Dissidências, rupturas e alianças marcaram a composição desse momento. Primeiramente o vice-presidente lança a sua chapa com o apoio de alguns ex-opositores, a exemplo do ‘Gilton da Ligadura’ conforme sinalizei acima, e a modificação de postos de uma antiga chapa, pois o ‘Ronaldinho’ que era o segundo secretário passou a ser o vice-presidente da câmara e o ‘Helder de Oliveira’ que era o primeiro secretário torna-se o segundo secretário.

4.3. As redes de relações e dominação dos vereadores na política local e estadual: os cargos e suas frentes de atuação

O desenvolvimento das redes de relações construídas pelos vereadores na composição de seus cargos políticos muitas das vezes tem sido negligenciada nos estudos direcionados a sociologia política, pois as explicações dos cargos sempre ficaram engessadas nas perspectivas da análise sociográfica dos atores políticos. Contudo, quando direcionamos os estudos na formação dos grupos profissionais e das redes de relações, esses nos permitem perceber uma diversificação na construção profissional por meio da análise do cargo em que se ocupa.

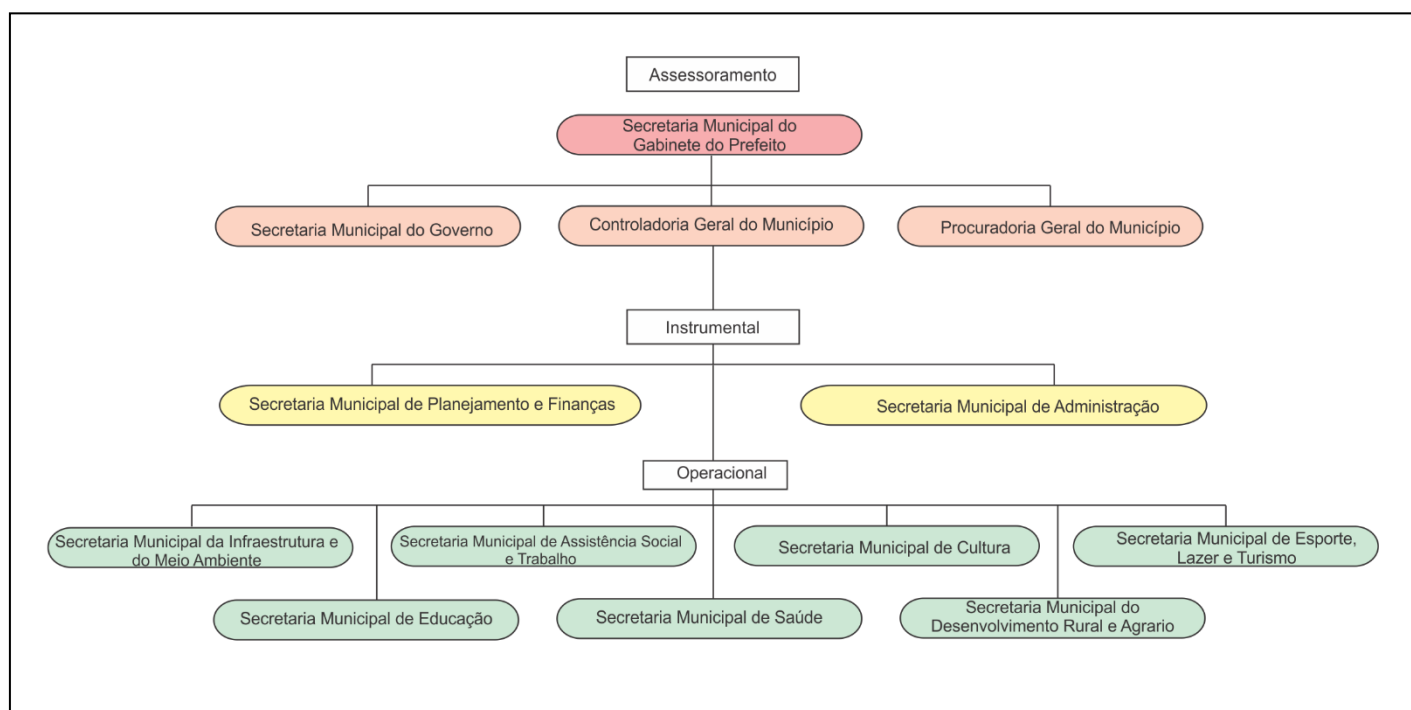
Quando analisamos os vereadores atuais (2017-2020), percebemos que a construção de seus cargos políticos está alicerçada na formação de uma rede de relações onde o critério mais significativo é a manutenção efetiva do seu mandato e a permanência em um determinado bloco político. Essa realidade pode ser expressa apenas fazendo as conexões existentes entre os cargos administrativos do executivo municipal e os postos destinados aos vereadores e ou seus aliados e afins.

Podemos ilustrar essas ligações tomando por base o desenho e a estrutura organizacional da gestão municipal, a qual é dividida em três esferas: *as secretarias*

direcionadas ao assessoramento do executivo, ou seja, os cargos ligados diretamente ao executivo municipal; as *secretarias instrumentais*, que são secretarias destinadas ao melhor funcionamento instrumental da gestão administrativa; e as *secretarias operacionais*, que são as destinadas à operacionalidade das ações administrativas do executivo, em outras palavras, são as secretarias que trabalham diretamente com os munícipes.

E é principalmente nesse núcleo, das secretarias operacionais, onde as relações pessoais dos vereadores com o executivo se alinham, tanto pela questão da notabilidade apresentada por essas secretarias, como também, pela facilidade de alocação dos cargos por eles negociados (a **Figura 8** demonstra como se apresenta a estrutura organizacional do município de Riachuelo).

Figura 8 – Estrutura Organizacional do Município de Riachuelo, SE.



FONTE: Prefeitura Municipal de Riachuelo, Sergipe.
Organizado pelo autor, 2019. Diagramação: Breno Franco, 2019.

Quando começamos a destrinchar os cargos delegados dessas secretarias percebemos as influências diretas atribuídas, numa espécie de correlação entre cargo político e cargo delegado. Por exemplo, na estrutura do assessoramento da gestão executiva municipal a Secretaria de Governo é administrada pelo conjugue da gestão, e a Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito por um de seus descendentes diretos, o mesmo acontece com o a titulação na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Agrário por seu filho.

O desenho da administração demonstra como se esboça a política dos cargos administrativos, numa espécie de alargamento da esfera familiar que passa do campo apenas íntimo e se impõe também no campo burocrático da administração pública municipal. Aspecto esses característicos da condição de ‘parentela na política’, como outrora denunciava Maria Izaura de Queiroz (1976) e Linda Lewin (1993) nos estudos relacionados à composição das parentelas na política local do nordeste brasileiro durante os primeiros anos da República.

Em uma entrevista informal com um dos funcionários da gestão municipal²⁸, afirmou que a escolha par a se possam assumir “[...] *a chefia das secretarias municipais é a competência profissional*”. Nisso ele justifica que todas as secretarias buscam ter esse perfil, contudo, também existem as secretarias que são mais íntimas da gestão executiva, e por assim dizer, ficam sobre a chancela de seus parentes mais próximos, “[...] *por uma questão de confiança*”. Nessa fala, demonstram-se duas afirmativas: a primeira de quê a imposição de familiares nos cargos é uma prática regulamentar no município, tendo-se em vista que há longo tempo isso vem sendo desenvolvido, desde a década de 80 com a redemocratização do Brasil; o outro ponto é que assim se estabelece a dominação política sobre o município também pela estruturação administrativa. Isso leva em questão toda a discussão weberiana sobre a burocratização do Estado, pois nos municípios pequenos do nordeste brasileiro essa burocratização funciona de acordo com os acordos burocráticos e políticos do grupo político que na ocasião esteja administrando o local. Contudo, isso não quer dizer que seja uma especificidade apenas do município aqui estudado.

Voltando-se para as redes de relações existentes na política dos vereadores atuais do município chegamos à composição operacional das secretarias administrativas. Os cargos são distribuídos como uma espécie de “contrato político entre o legislativo e o executivo” para a continuidade afetiva da gestão, ou seja, evitar as dissidências e ou rompimento. Como diz um dos atores políticos entrevistados, “[...] *ter maior representatividade na Câmara é a certeza de ter a governabilidade administrativa garantida [...] assim passamos a trabalhar juntos, um ajudando o outro, se a administração vai bem, nós também fazemos parte dela*”.

Podemos tomar como exemplo desses ‘contratos políticos’ a distribuição das secretarias. No município, atualmente a Secretaria de Educação é dirigida por uma irmã de dois dos vereadores do município, entretanto a sua indicação ficou intimamente ligada à própria bandeira defendida por um de seus irmãos, que é a da educação, ou seja, no município a questões relacionadas à esfera educativa são aclamadas por esse vereador. Na mesma

²⁸ O nome do entrevistado não foi mencionado para manter o sigilo do mesmo.

família, um desses vereadores passou a assumir a Secretaria da Juventude, segundo o mesmo por um pedido feito por ele mesmo, pois a bandeira que defende é a de apoio aos jovens, à construção de espaços de lazer e o desenvolvimento do esporte e do turismo no município.

Como se pode ver em uma única família, dois cargos de secretarias são distribuídos para uma única base familiar, isso tanto pela condição política desses envolvidos – vereador em mandato e vereador licenciado – como também por conta da herança familiar, por serem descendentes de um dos ex-vereadores com maior número de mandato no município. Isso demonstra que o poderio do nome e da representação familiar ainda se processa na formatação política atual do município. Além desses cargos outros cargos de secretários adjuntos são ofertados aos descendentes dessa família, seja a consanguíneos diretos ou a parentes mais próximos – tios, cunhadas, etc.

Outros casos podem ilustrar essas vinculações familiares, a exemplo da direção de secretarias serem dirigidas por afins, como por exemplo, esposa do tio de um dos vereadores, esposa de vereadores, sobrinhos de vereadores, filhos, cunhadas, etc... Entretanto, a grande maioria desses cargos é direcionada na esfera operacional da administração pública do município. Conforme está apresentado, esses cargos são uma espécie de acordo de gestão, ou seja, além de possuir o próprio cargo político, cargos delegados são ofertados na certeza de se estabelecer uma parceria executiva e legislativa no município.

Outras relações pessoas para além do domínio administrativo municipal são apresentadas, principalmente os elos criados entre os vereadores e outras instâncias da política, principalmente deputados estaduais e federais. Em meio a uma das entrevistas, um dos vereadores deixou claro que sua vinculação política é em grande parte e o seu sucesso no cargo é por sua vinculação a um dos deputados federais reeleitos na última campanha eleitoral, 2018, o deputado Laércio Oliveira (SOLIDARIEDADE).

São demonstradas na cidade as vinculações de vereadores com outros políticos estaduais e federais. Por exemplo, podemos citar as vinculações de um dos vereadores entrevistado, que por conta de seu partido político, PDT, tem vinculações diretas com o deputado estadual e ex-prefeito do município de Socorro, Fábio Henrique (PDT e presidente do partido no Estado), além da militância com o deputado estadual Robson Viana (PSD) e com a ex-deputada estadual e atual presidente da Fundação de Cultura e Arte Aperipê (órgão fundado a partir da junção da Secretaria de Estado da Cultura e da Fundação Aperipê), como também com o ex-deputado federal e ex-líder do governo federal na Câmara dos Deputados, André Moura (PSC) e com o ex-senador Eduardo Amorim (PSDB).

Tomando a trajetória política do vereador acima apresentada, podemos inferir que as ligações partidárias nem sempre são os ditames das relações políticas desenvolvidas por esses atores, tendo-se em vista que segundo os mesmos, os partidos “[...] *apenas servem pra lhe creditar se candidatar, pra mais nada serve [...]*”, isso demonstra que o partido apenas lhe credita a entrada para a política institucional e também na construção das redes internas dentro do partido, como também nas negociações políticas com os agrupamentos locais. Se fossemos levar apenas em consideração as ligações estabelecidas pelos partidos, seria impossível traçar as conexões demonstradas pelo vereador acima citado, pois mesmo pertencendo a um partido opositor a situação governamental atual (2018) ele consegue transitar junto a outros líderes partidários na mesma gestão.

Essa perspectiva demonstra que as relações são tratadas com objetivos para além dos meros designios partidários e sim com a construção de bases eleitorais. Conforme demonstra Otávio Bezerra (1999), as bases locais são os sustentáculos relacionais entre o executivo federal e estadual no municipal.

Outro exemplo dessas relações é apresentada por outro vereador, o qual demonstra que as suas principais vinculações estão no grupo Franco, liderado pelo ex-deputado estadual e atual presidente da Sergipe Industrial S.A., Marcos Franco, e com essa aproximação os laços com o governador Belivaldo Chagas (PSD) e com o ex-governador Jackson Barreto (MDB), também com o deputado estadual Robson Viana (PSD) e com o deputado federal Fábio Reis (MDB).

Em meio à trajetória política das relações estabelecidas, tomando ainda o vereador como exemplo, percebemos que essas relações não só são importante quando definidas apenas entre esfera local, estadual e federal, mas também e principalmente na construção de novas relações dentro do próprio local, neste caso, na política municipal. Ao observarmos a situação política atual em que esse vereador se encontra, definindo-se inclusive como oposição (outroa foi situação), passa a aglutinar um novo bloco, tanto pela sua nova condição de opositor com outros vereadores, como o estreitamento dos laços com um dos principais vereadores da oposição, bem como com outros vereadores, que apresentam vinculações fortes com ex-líderes políticos, por exemplo, o ex-deputado Marcos Franco e do ex-prefeito Antônio Carlos Franco Sobrinho.

Com base nas explanações descritas neste capítulo, foi possível compreender e interpretar que a construção do cargo de vereador está intimamente imbricada com a construção das suas redes de relações e que é a partir delas que são compostas as suas redes de dominação na política local. Isto fica claro no jogo político traçado em meio à formação

dos agrupamentos políticos, onde as vinculações partidárias são apenas meros protocolos para a constituição do cargo, pois para a política local e os vereadores, a vinculação partidária não tem ampla significação, apenas credita os mesmos a participarem da disputa eleitoral.

Assim sendo, é entendendo a formação dessas redes que percebemos que o cargo está intimamente ligado as flutuações da própria política, onde estar na situação lhe credita qualitativos e estar na oposição lhe credita o marasmo político institucional. Nesta condição de oposição, sua rede de relações é constituída apenas pelos seus mais próximos e ou seus eleitores fiéis. Essa condição de favorecimento ou mitigação torna-se expressiva quando analisamos os períodos de campanhas eleitorais, tanto as externas, quanto as internas ocorridas dentro dos limites da própria institucionalidade da política. Se ganha e favorece-se aquele que melhor construir o seu *lobby* relacional, ganha aquele grupo que melhor articular suas redes e que possa assim fazer a sua política de dominação local.

Contudo, é na própria execução do seu ofício que os vereadores deixam transparecer as suas redes de relações e dominação, seja por meio dos ‘cargos de confiança’ a eles distribuídos para a seguridade e manutenção de sua frente política dentro da estrutura executiva do município, ou por meio das suas frentes de trabalho aos olhos dos seus eleitores. O que de certo se qualifica é que a composição dessas redes é o requisito peculiar, básico e estruturante para a manutenção e representação do seu cargo eletivo.

CONCLUSÕES

O principal objetivo desta pesquisa foi analisar os recursos sociais fundamentais que se destacam para a construção do cargo de vereadores por meio do ofício da política, juntamente com a apreensão das suas habilidades adquiridas e reconvertidas em trunfos no dia a dia da política. Sendo assim, questões inerentes às origens familiares, suas redes de relações e de dominação ganharam destaque dentro da análise desses recursos, principalmente quando na busca de apreendê-los utilizamos duas correntes sociológicas – a Sociologia Política e a Sociologia dos Grupos Profissionais –, as quais possibilitaram ampliar a discussão sobre a formação de uma carreira profissional na política.

Coube a Sociologia Política o entendimento sobre a formação do corpo institucional da política, seus atores, suas esferas no mundo social. Já a Sociologia dos Grupos Profissionais, contribuiu para o entendimento sobre a formação ‘profissional dos atores sociais’ inserida nessa dinâmica. Por meio dessa junção, foi possível perceber que a construção de um cargo eletivo dentro da esfera do ofício da política se dá pela soma dos qualitativos sociais (origem familiar, formação acadêmica, participação partidária, vinculação institucional etc.) juntamente com as aptidões adquiridas dentro do mundo da política, ou seja, no próprio desempenho profissional.

Através deste conteúdo, tomando o município de Riachuelo/SE como área geográfica de análise empírica, e este sendo um dos menores municípios do Estado, dotado de características típicas do período oitocentista, apresenta em sua dinâmica política a estruturação de um domínio de base familiar. Utilizando-se do conceito de ‘Parentela’, o qual nos permitiu empreender análises a respeito da construção das redes de relações e dominação traçadas entre os líderes políticos locais, seus familiares, aparentados, afins e aliados na estruturação de uma política dominada pelas ligações familiares.

Embora a parentela seja um conceito datado e se estenda apenas até a década de 20 a 40, Riachuelo demonstrou-se como um caso, onde ainda apresenta singularidades desse modo de dominação e estruturação política. Isto se demonstra através de alguns aspectos. Desde a organização social e econômica do município, no tempo dos engenhos, poucas famílias dominavam todo o território, principalmente a família ‘Leite’ e posteriormente, através dos consórcios matrimoniais, a família ‘Franco’. Este domínio de base familiar iniciou-se com a ascensão do núcleo representativo da família ‘Leite’, com os engenhos e posteriormente com o período coronelístico à diversificação dessa dominação foi acentuada, junto com ela a

aliança com a família ‘Franco’. Esse componente de articulação entre as famílias constitui o que chamamos de domínio de ‘base familiar’ das parentelas sobre a política local.

Outro aspecto de destaque que sustenta o conceito empreendido ao longo do estudo, é que esse grupo familiar não dominou apenas o cenário econômico da cidade, mas também e principalmente o político-institucional (desde o século XIX até os dias atuais). Este grupo, facilitado pela sua situação econômica também se fez fortificado em outras áreas do Estado, a exemplo do próprio Vale do Cotinguiba, destacando-se a cidade de Laranjeiras e Nossa Senhora do Socorro. Da soma desses fatos, e por meio das engrenagens parentais, esse núcleo familiar diversificado ‘Leite-Franco’ inicia e consagra uma dinâmica de poder político-econômico e social dentro de Riachuelo.

Contudo, com as mudanças dos regimes políticos, essa parentela se ver obrigada a diversificar os seus princípios de relações e passam a cooptar outras famílias para fazerem parte desse bloco econômico e político. É por meio da política local que se pode melhor perceber a formação de novas relações dentro do seio dessas famílias, como por exemplo, a inserção de novos aliados, aparentados de grandes chefes políticos locais para a manutenção dos modos de dominação no município. São exemplos disso, a indicação de Pedro de Oliveira Santos e João Araújo para a política através do pedido de Chico Leite.

Entretanto, como a parentela é uma forma de estruturação que amplia as redes de dominação, ela também apresenta fragilidades, e a principal delas são as rupturas ocasionadas dentro do próprio grupo. Dentro do município de Riachuelo essa ruptura foi significativa através de dois ex-aliados do Chico Leite, o Pedro de Oliveira e o João Araújo, os quais passaram a se constituir em duas novas famílias de tradições políticas. Esses são os que passam da condição de afins e ganham notabilidade de rivais e, por conseguinte tornam-se alianças políticas fortes, num jogo de articulação, onde o que se coloca em questão é a permanência do poder em um único tripé político: Leite-Oliveira-Araújo.

O que se percebe no município é que todo esse contexto político de base familiar vai contribuir para a formação do quadro político legislativo no município, desde as décadas de 50 até os dias atuais. Mesmo em meio à soma de todos os possíveis recursos sociais a serem acionados e reconvertidos em trunfos eleitorais, o peso que maior se qualifica é o de pertencer a uma dessas ‘famílias’, é o de pertencer a esse ‘domínio de base familiar’, ou de ser afim ou apadrinhado por eles.

Entretanto, mesmo com a ascensão de novos vultos políticos, a política institucional riachuelense pouco se diversificou, e se assim fora identificada como uma ‘espécie de

diversificação’ essa ficou mascarada pelos acordos bilaterais onde se privilegiaram ‘novos atores’ apadrinhados por esses núcleos familiares.

Em outras palavras, o que se percebe é que as engrenagens das articulações políticas locais ganharam novos contornos, contudo fortemente alicerçadas a esses históricos representantes políticos. A diversificação por meio do acesso a novas redes de relações contribuiu apenas para manter um menor distanciamento vertical do poder político local, mas o que se percebe é que a investidura no cargo, seja ele de vereador a prefeito e ou vice-prefeito, como também na manutenção e consagração dos cargos eletivos ainda sofrem as flutuações dos modos de dominação dos ‘Leite-Franco’.

De tal modo, pertencer ao grupo torna-se a moeda mais importante quando do desejo de inserção em qualquer cargo eletivo no município. Desde a candidatura, campanha até a própria investidura do cargo. Esse trunfo eletivo também é importante quando das decisões e nas disputas pelos altos cargos internos do legislativo, sendo a Presidência da Câmara o principal espelho desse jogo de articulações, pois, ser presidente lhe credita um recurso a mais do que aos seus outros pares. Melhor barganha e privilegia-se aquele que consegue galgar esse cargo, bem como manter-se nele e estruturar o seu agrupamento no legislativo municipal. É nessa lógica de articulação e dominação entre os seus próprios afins, que as lideranças são construídas e o cargo político é fortificado.

Atualmente, por certo, esses políticos nem tenham noção de que essa prática de transmissão de poder e modos dominação na política possam ser explicadas e teorizadas através do conceito de parentela. Nisso se demonstra que muitas das teorias ditas universalizantes – seja ela francesa e ou norte-americana – sobre a dinâmica da política não conseguem abarcar, que é a de que a vinculação e formação política a *lá brasileira* está alicerçada pelo peso dado as relações consanguíneas e ou dos afins a esses correlatos.

Tomando-se então, a construção do cargo de vereador como objeto de análise, essa perspectiva atribuída ao recurso familiar demonstrou-se ser o principal qualitativo social a ser acionado e reconvertido como trunfo político por esses atores. Recurso esse que se liga a construção e manutenção das suas redes de relações, as quais são desenhadas desde o próprio pertencimento a família de tradição política e ou na inserção política familiar através dos apadrinhamentos e ou indicações diretas das lideranças familiares, e, por conseguinte ganha força através da própria inserção na política institucional e se alastra na investidura dos cargos e com as vinculações com outros políticos locais e estaduais. Observando a formação dessas redes de relações e dominação em Riachuelo, o que se percebe é que o principal recurso para

a composição do cargo é a origem familiar atrelada a sua habilidade de conseguir se manter no bloco dominante da cidade, neste caso o ‘Leite-Franco’.

Em virtude dessas características, definir perfis políticos com base no cargo de vereador tornou-se um dos objetivos aqui alcançados. Três perfis foram identificados, levando-se em consideração os vereadores eleitos para a gestão 2017-2020. São eles: o perfil de vereadores de origem familiar, o vereador de perfil profissional e o vereador *outsiders*.

O primeiro tem como característica o peso de sua herança familiar, seja ela em quaisquer níveis dentro da política local – vereador, prefeito e ou vice-prefeito – o importante é fazer referência a essa vinculação. O segundo é marcado por forçada vinculação profissional que eles atores estabelecem entre o seu ofício na política e sua profissão e ou instituição a que estão ligados ou são representados. Esses são exemplos tradicionais dentro do município de Riachuelo. Sendo o ultimo, o *outsider*, a ‘vírgula’ dentro de toda lógica política municipal, desde o período da década de 50 até os dias atuais. Pois esse perfil é composto pelos vereadores que negociam as suas articulações, em virtude do próprio acesso dele no cargo. Ou seja, ele não é um vereador de vinculação familiar e ou também não milita em uma frente profissional, sua formação profissional se dá meramente pelas relações de amizade e ou apoio diversos, embora se torne uma presa fácil no jogo de articulações defendido pelo grupo.

Somam-se a construção desses perfis, as redes de relações e dominação por esses vereadores estabelecidos, que são na verdade recursos sociais por eles acionados e construídos no jogo político. Essas se constituem em bases locais de representatividade, como também se ampliam em base para além da política local – a exemplo do estadual e federal.

Quanto às habilidades adquiridas e ou acionadas como qualitativos para o exercício do ofício na política, os vereadores demonstraram que as principais aptidões para o cargo político dizem respeito as suas capacidades de se manterem no próprio jogo da política, ou seja, a capacidade de conseguir articular a atribuição formal e legal do cargo com as práticas de assistencialismo e clientelismo advindas com a própria investidura no cargo. As habilidades como oratória, desenvoltura pessoal, desenvolvimento de boas práticas junto ao eleitorado, etc., também são fortes pontos defendidos pelos vereadores, contudo, o maior peso está na sua prática cotidiana através de suas frentes de trabalho, que no município estão direcionadas principalmente, ao assistencialismo.

Nessa soma entre recursos, habilidades, redes de relações e formação de redes de dominação na política local, constituem os principais recursos para a construção de uma carreira profissional. Entretanto, para a maioria desses atores, a política não pode ser

considerada uma profissão, embora esses desejem dar continuidade a uma carreira de sucesso dentro da política municipal, ou seja, a construção de uma carreira política profissional.

Assim sendo, o que podemos sinalizar sobre a construção do cargo de vereador em pequenos municípios do nordeste brasileiro e tomando o município de Riachuelo como caso de análise, é que o cargo é construído muito mais pela sua condição de agrupamento e ligação política com as veias representativas já consagradas na cidade – aqui se destacam as famílias políticas –, do que de fato pela concorrência eleitoral e por meio dos seus recursos sociais. [...] *Tudo está relacionado a ser de ‘fulano e ou sicrano’!*

Contudo, a existência de cargos de vereadores que destoem dessa lógica familiar ou aparentada recaiu em mandatos isolados, de insucesso, ou em mandatos com futuras adesões a esses grupos familiares representativos. Como afirma um dos vereadores entrevistados, “[...] *em Riachuelo o peso para ser vereador está em ter acesso à família Franco e Leite, ou conseguir entrar na política por desenvolver algum trabalho de assistencialismo e depois ser acionado para fazer parte desse grupo dirigente [...]*”.

Desta feita, podemos inferir que a construção do cargo de vereador em Riachuelo continua na lógica das ‘parentelas’, onde o acesso se dá ou por meio das famílias políticas consagradas (Leite, Franco, Oliveira e Araújo), ou tornando-se um dos seus afins, ou tornando-se um aliado fiel a esse grupo familiar. Que os recursos sociais embora sejam importantes para a construção interna desses atores, esses não tem o devido valor quando colocados na balança dos prestígios sociais para a ascensão na política municipal. Outro ponto de destaque para a construção do cargo é a vinculação e criação de novas redes de relações dentro e fora do universo da política, possibilitando a construção de novas frentes de trabalho e novos ‘aliados políticos’, os quais contribuirão para a formação de novos modos de dominação do cenário político e na formação das bases eleitorais arregimentadas numa lógica de tradição, continuidade e centralização política.

Sendo assim, esse estudo, mesmo centralizando sua análise no entendimento e interpretação do uso dos recursos sociais e das habilidades apreendidas e acionadas para a formação do cargo de vereador no ofício da política, possibilitou ampliar a análise para uma compreensão muito além dos recursos sociais, e sim, contribuiu e conseguiu demonstrar interpretações sobre a própria dinâmica política e traçar relações entre recursos e os modos de dominação utilizados pelos atores políticos na política local riachuelense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, Rebeca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. IN: **DADOS – REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, Rio de Janeiro, vol. 57, n.º 2, 2014, pp. 325 a 357.
- ALBUQUERQUE, Samuel B. de M. Aspectos do Baronato Sergipano. IN: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n.33, 2000-2002. pp.105-127.
- ALMEIDA, Acir. LOPEZ, Félix G. **Representação política local**: padrões de atuação dos vereadores em quatro cidades mineiras. IN: BRASIL, SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Instituto de pesquisa econômica aplicada – IPEA. Brasília, junho. 2011.
- ANGELIN, Paulo Eduardo. Profissionalismo e profissão: teorias sociológicas e o processo de profissionalização no Brasil. IN: **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 3, n. 1, jul/dez. 2010.
- BARBOSA, M. L. A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais** (BIB), Rio de Janeiro, n. 35, p.3-30, 1993.
- BARRETO, Álvaro. Reelection parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004). IN: **REVISTA OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.123-148Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010462762008000100005&script=sci_arttext&tlng=pt >. Acesso em: 28 de dez. 2017.
- BEAUD, S. & WEBER, F. **Guide de l'Equetê de Terrain**. Paris, LesÉditions de Minuit, 1982.
- BECKER, H. 9. Parábolas, tipos ideais e modelos matemáticos. In: _____. **Falando sobre sociedade**. RJ. Zahar, 2009
- BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo, Hucitec, 1997, pp. 9-46.
- BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica, Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BEZERRA, A. M. **Riachuelo passado de riquezas**. 2.ed. Aracaju: Textoprnto Editora e Gráfica, 2012.
- BEZERRA, M. O. **Em nome das "bases"**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- BEZERRA, M. O. O “caminho das pedras”: representação política e acesso ao governo federal segundo o ponto de vista de políticos municipais. IN: PALMEIRA, M. BARREIRA, C. (orgs.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro : Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.
- BEZERRA, Marcos O. Cap. 8: Representantes políticos, relações pessoais e reputação. IN: SEIDL, E. GRILL, I. (orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de janeiro, Ed. FVG, 2013. pp. 279-318.

BEZERRA, Marcos O. Representação política e acesso aos recursos federais. IN: **Revista do Serviço Público**. Ano 51. nº. 02 – Brasília: DF, abr/jun, 2000. pp.72-93. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/326>>. Acesso em: 23 de jul. 2017.

BLONDEL, J. **As condições sociais da vida política na Paraíba**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1957.

BOMFIM, Fagner dos S. **Modalidades de inserção, processo de recrutamento e investimentos na carreira política: os governadores sergipanos, pós-redemocratização do Brasil** / Fagner dos Santos Bomfim. São Cristóvão, 2016. 69f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE, 2016.

BONELLI, M. G.; NASCIMENTO, L. C. Carreiras acadêmicas no Brasil: o caso do jornalismo. IN: **TOMO**, Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergipe Nº 01 (1998). São Cristóvão-SE, NPPCS/UFs, n. 15jul./dez., 2009. (pp. 85-107)

BORBA, Julian. IN: **Revista Sociedade e Estado** - Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a04v27n2.pdf>. Acesso em: 28 de jul. 2017.

BOTELHO, André. **Sequências de uma sociologia política**. Dados (Rio de Janeiro), v. 50, 2007.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAGA, Alencar S. O poder político do município no Brasil Colônia. IN: **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**. N.º 12 – jul./dez. 2008, p. 169-232. Disponível em: <[http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-12/RBDC-12-169-Alencar_Santana_Braga_\(municipio\).pdf](http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-12/RBDC-12-169-Alencar_Santana_Braga_(municipio).pdf)>. Acesso em: 23 de fev.2018.

BRAGANÇA, José L. **Sergipe por um Óculo**. Belo Horizonte: Carneiro & Cia Editores, 1964.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), instituída por portaria ministerial nº 397, de 09 de outubro de 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoOcupacaoMovimentacao.jsf>. Acesso em: 17 de dez.2018.

BRASIL. SENADO FEDERAL. Manual do Vereador. Secretaria Especial de Informática – PRODAEN; Subsecretaria Especial do programa Interlegis. Brasília, 2005.

BRASILEIRO, Ana Maria. **O Município como Sistema Político**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

BRIQUET, Jean-Louis. Pertencimentos locais, experiências cotidianas e práticas políticas: clientelismo e politização na Córsega (séculos XIX e XX). IN: **REPOCS**, v.14, n.27, jan/jun. 2017. pp.17-31.

CÂNEDO, Letícia. **Heranças e aprendizagens na transmissão da ordem política brasileira**”. Cadernos Ceru, 15. 2004.

CÂNEDO, Letícia. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. IN: **Revista Pós Ciências Sociais/** Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v.8, n.15, 2011. 232p. São Luís: EDUFMA, 2011. (55-75).

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial (Parte I). Teatro das Sombras: a política imperial (Parte II)**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, Orlando M. de. **Política do Município**. Rio de Janeiro: Agir Ed., 1946.

CARVALHO, Orlando M. de. **Problemas fundamentais do município**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937.

CAVALCANTI, Tatiane Heloisa Martins. O município na organização político-administrativa da república federativa do Brasil. **Revista Eletrônica Direito e Política**. Itajaí, v.2, n.3, 3º quadrimestre de 2007, p. 736-759. Disponível em: <<http://www.univali.br/direitoepolitica>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

CHAIA, Vera. **A Longa Conquista do Voto na História Política Brasileira**. 2010. Disponível em: <http://www.pucsp.br/fundasp/textos/downloads/O_voto_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

CHARLE, C. “A Prosopografia ou Biografia Coletiva: Balanços e Perspectivas”. In: **Por outra história das elites**, FGV, p.41-53, 2006.

CODATO, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. IN: **Revista de Sociologia e Política**, vol. 16, núm. 30, jun. 2008, pp. 89-105. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01044782008000100007&script=sci_abstract&tlng=p>. Acesso em: set.2016.

CONNIFF, Michael. A Elite Nacional. IN: HEINZ, F. **Por outra história das Elites**. São Paulo, FGV, 2006. pp. 99-121.

CORADINI, O. L. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

CORADINI, O. L. Grandes Famílias e “Elite Profissional” na Medicina no Brasil. IN: História, Ciência, saúde – Manguinhos, III (3) 425-466, nov. 1996 – fev. 1997.

CORADINI, O. L. **Mercado escolar, de trabalho e usos da titulação universitária**. IN: Revista Pós Ciências Sociais/ Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v.12, n.23, 2015. 298p. São Luís: EDUFMA, 2015. (115-130).

CORADINI, O. T. **Titulação escolar, mercado e capital social na hierarquização escolar**: relações entre a obtenção do título de doutor em sociologia e o ingresso na carreira. IN: Revista Pós Ciências Sociais/ Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v.8, n.15, 2011. 232p. São Luís: EDUFMA, 2011. (39-54).

COSTA, José Maria da. **Manual de Redação Jurídica**. 6.ed. São Paulo: Migalhas, 2017.

COUTINHO, Frederico de M. A. **A Sociologia eleitoral no Brasil**: uma investigação das últimas seis décadas pela Revista Brasileira de Estudos Políticos. IN: REVISTA DO CENTRO ACADEMICO AFONSO PENA. 2006. Disponível em: <<http://www2.direito.ufmg.br/revistadoaap/index.php/revista/article/view/45>>. Acesso em: ago. 2016.

CUNHA, Neiva V. da. **Como se “fabrica” um policial**: algumas considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional. IN: Revista Comum - Rio de Janeiro - v.9 - nº 22 - p. 198 a 207 - janeiro / junho 2004.

DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe (1964-1984)**. 2.ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROX/CECAC? Programa editorial, 1987.

- DANTAS, Ibarê. **Eleições em Sergipe (1985-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe. República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- DANTAS, Ibarê. **Leandro Maynard Maciel na política do século XX**. Aracaju: Criação, 2017.
- DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909): O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe**. Aracaju: Criação, 2009.
- DANTAS, Ibarê. **O Tenentismo em Sergipe: da Revolta de 1924 à Revolução de 1930**. Petropolis-RJ: Editora Vozes, 1974.
- DANTAS, Ibarê. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- DANTAS, Orlando V. **A vida patriarcal de Sergipe**. (Coleção Estudos Brasileiros). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DINIZ, M. **Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FABRIS, Paulo R. **Um Debate Acerca da História do Município no Brasil**. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.03, v.1, Junho. 2008. pp.71-95.
- FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. 1.º Vol. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1986.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. 2.º Vol. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.
- FIGUEIREDO, Taís C. S. **Em nome dos professores? Inserção profissional e carreiras políticas**. 115f. Dissertação de mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Sergipe. UFS. São Cristóvão-SE. 2012.
- FREIDSON, E. Para uma análise comparativa das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.31, ano 11, p.141-154, jun. 1996.
- FREIDSON, Eliot. **La Profesión Médica**. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- FREIDSON, Eliot. **Professional Powers**. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.
- GONÇALVES, C. M. Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento. IN: **Revista da Faculdade de Letras: Sociologia**, 17/18, 2007/2008, p. 177-224. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras.
- GONDIM, Linda M. P.; LIMA, Jacob C. **A Pesquisa como Artesanato Intelectual: considerações sobre método e bom senso**. São Carlos, EDUFSCAR, 2006, p. 41-78.
- GRIJÓ, Luiz A. Biografia, para quê?.IN: CORADINI, Odaci L. (Org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GRILL, I. G. **“Família”, direito e política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do *métier***. IN: Revista TOMO. São Cristóvão-SE. n.10, 2007. Jan/jun. 2007.

GRILL, I. G. **Elites, profissionais e lideranças políticas (RS e MA): pesquisas recentes**. São Luís: EDUFMA, 2008.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. **A universidade como um “viveiro” de vocações políticas: carreira profissional, notabilização intelectual e afirmação política**. IN: Revista Pós Ciências Sociais/ Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v.12, n.23, 2015. 298p. São Luís: EDUFMA, 2015. (61-90).

GRILL, I. G.; REIS, E. T. **O que escrever quer dizer na política? Carreiras Políticas e gêneros de produção escrita**. IN: Revista Pós Ciências Sociais/ Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v.9, n.17, 2012. 240p. São Luís: EDUFMA, 2012. (101-122).

HEILER, Jeison G. **Democracia: o jogo das incertezas x financiamento de campanhas**. Uma análise das prestações de contas das campanhas de vereadores de SC / Jeison Giovani Heiler. Florianópolis, 2011. 228f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis-SC, 2011.

HEINZ, Flávio. Nota sobre o uso de anuários sociais do tipo *Who's Who* em pesquisas prosopográfica. IN: HEINZ, Flávio. (Org.). **História social das elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

IZUMI, Mauricio; NEIVA, Pedro. **Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história**. IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.29. n.84, fevereiro 2014.

JOHNSON, Terence. **Professions and Power**. London: Macmillan, 1972.

JURT, J. O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do império à república. In: **MANA** 18(3): 471-509, 2012.

KUSCHNIR, Karina. Cultura e representação política no Rio de Janeiro. IN: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. pp. 183-2002.

KUSCHNIR, Karina. O atendimento: intermediando recursos. IN: KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. pp. 116-135.

KUSCHNIR, Karina. **O Cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LARSON, Magali. **The Rise of Professionalism**. A sociological analysis, London: University of California Press, 1977.

LEWIN, L. **Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: RJ, Record, 1993.

LIMA, A. I. N. da M; BOMFIM, F. dos S; MEDRADO, T. H. **Profissão e poder: formas de estruturação da medicina em Sergipe (1850-1930)**. IN: **Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS**. 27 a 29 de abril de 2016. Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS Universidade Federal de Sergipe – UFS. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/snsufs/article/download/6044/5057>>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

LOPEZ, Felix G. **A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal:** o caso do município de Araruama. IN: REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA Nº 22: p. 153-177 JUN. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a12>>. Acesso em: 15 de out.2016.

LOPEZ, Felix G. **A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal:** o caso do município de Araruama. Revista de Sociologia e Política 2004, (22). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23802212>>. Acesso em 15 de jun. 2016.

LYNCH, C. E. C. Do Despotismo da Gentalha à Democracia da Gravata Lavada: História do Conceito de Democracia no Brasil (1770-1870). In.: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.54, no 3, 2011, pp. 355 a 390.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Poder Municipal:** paradigmas para o Estado Constitucional. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 1997.

MENDONÇA, Jouberto U. & CRUZ e SILVA, Maria Lúcia M. (Org.). Sergipe Panorâmico: geográfico, político, histórico, econômico, cultural, turístico e social. Aracaju: Universidade Tiradentes – UNIT, 2009. pp.457-462.

MENEZES, Paulo Barreto de. **Governador Paulo Barreto de Menezes** (autobiografia). Aracaju: J. Andrade, 2010.

MIGUEL, L. F. **Capital político e carreira eleitoral:** algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. IN: Revista Sociologia & Política, Curitiba-PR, n.20, jun.2003. p. 115-134.

MOTT, Luiz R. de B. **Sergipe del Rey:** população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. IN:_____. **Brasil em Perspectiva**. SP: DIFEL, 1969. pp. 47-62.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

PETRARCA, F. OLIVEIRA, W. J de. Os estudos de elites no Brasil: um ensaio crítico sobre a produção recente. In: REIS, Eliana T. dos, GRILL, Igor G. (Org.). **Estudos sobre Elites Políticas e Culturais** - reflexões e aplicações não canônicas. Volume 2., Maranhão, EDUFMA, 2016.

PETRARCA, F. OLIVEIRA, W. J de. Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas. In: **Revista Política & Sociedade: Revista de Sociologia política**. Florianópolis, v.16, nº 37, set/dez, 2017. pp.224. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v16n37p191>>. Acesso em: 23 de out.2017.

PETRARCA, F. R. De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900). IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017. pp. 89-112. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v37n74/1806-9347-rbh-2017v37n74-04.pdf>>. Acesso em: 28 de jan. 2018.

PETRARCA, F. R. Pesquisando grupos profissionais: dilemas clássicos e contribuições recentes. IN: CODATO, Adriano. PERISSINOTTO, Renato. (Org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015. p.151-181.

PETRARCA, F. R.; REIS, E. T. **Profissões e espaços da política:** as potencialidades de uma agenda de pesquisa. IN: Revista Pós Ciências Sociais/ Universidade Federal do Maranhão,

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v.12, n.23, 2015. 298p. São Luís: EDUFMA, 2015. (11-18).

PETRARCA, F. R; LIMA, A. I. N. da M; BOMFIM, F. dos S. Parentela e política na medicina no século XIX em Sergipe. IN: **V Congresso Sergipano de História & V Encontro Estadual de História da ANPUH/SE – O Brasil na historiografia de Felisbello Freire: reflexos na pesquisa e no ensino de história.** 24 a 27 de outubro de 2016. Aracaju/SE. Disponível em: <http://www.encontro2016.se.anpuh.org/resources/anais/53/1486560093_ARQUIVO_PARENTELAEPOLITICANAMEDICINANOSSECULOXIXEMSERGIPE.pdf>. Acesso em: 27 de jan. 2018.

PHÉLIPPEAU, E. Sociogênese da profissão política. IN: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. **Norbert Elias, a política e a história.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, p.187-208.

PIRES, Maria C. S. Autonomia municipal no Estado brasileiro. IN: **REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA.** Brasília a. 36 n. 142 abr./jun. 1999, p. 143-166. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/482/r142-14.PDF?sequence=4>>. Acesso em: 17 de jan. 2018.

PIRES, Valdemir. Municipalismo no Brasil: origens, avanços pós-1988 e desafios atuais. IN: **Cadernos Adenauer.** XVII. Fundação Konrad Adenauer no Brasil, 2016. p.125-145. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/21288-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 12 de jan.2018.

PUDAL, B. **Du biographique entre “scienses” et “fiction”.** Quelquesremarquesprogrammatiques. Politix, n.27, 1994, p. 5-24.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil. In: **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. (Org.). **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930).** São Paulo: Difel, 1975, p. 155-190.

RESTON, J. O Município para candidatos: prefeito, vice-prefeito e vereadores. 3. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2000.

RIACHUELO. **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIACHUELO.** 1999.

SANTOS, Pâmella Synthia Santana. **O ofício de cabo eleitoral: entre campanhas, comícios e o dia a dia da política.** São Cristóvão, 2016. 115f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE, 2016.

SAWICKI, F. Classerleshommes politiques. Lesusagesdesindicateurs de position socialepourlacompréhension de laprofessionnalisation politique. In: OFFERLÉ, M. (ed.). **La profession politique, XIXe-XXesiècle.** Paris: Belin, p. 135-170, 1999.

SIQUEIRA, Raíza A. de Sá. **Mediações políticas: estudo do cotidiano de um vereador carioca.** IN: Revista Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 45-54, jan./jun. 2009.

SOUZA, S. C. de. **Recursos políticos e mudança socioeconômica: elementos para a análise da mudança do perfil das elites políticas em âmbito local.** IN: Revista VIDERE, v. 4, n. 8 (2012).Disponível em: <http://ojs.ws.ufgd.edu.br/index.php?journal=videre&page=article&op=view&path%5b%5d=1543&path%5b%5d=pdf_195>.Acesso em: 28 abr. 2016.

TAVARES, Iris E. T. N. de. O município brasileiro: sua evolução histórico-constitucional. IN: **Revista do Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, 2009: p. 169-187, jul/set. 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/47050/46035>>. Acesso em: 24 de jan. 2018.

VIDAL, D. A Linguagem do Respeito. A Experiência Brasileira e o Sentido da Cidadania nas Democracias Modernas. In.: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 2, 2003, pp. 265 a 287.

VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. de. **Coronel, coronéis**: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VILLELA, Jorge M.; MARQUES, Ana C. Sobre a circulação de recursos nas eleições municipais no sertão de Pernambuco. IN: HEREDIA, Beatriz *et. al* (Org.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 63-101.

WEBER, Max. **Ciência e política**: Duas vocações. 3. ed. São Paulo: Martin Claret Ltda, 2001.

ANEXOS

Anexo 1 – Carta de Apresentação na Câmara de Vereadores de Riachuelo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Mestrado e Doutorado em Sociologia
 Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”
 PPGS/UFS CEP: 49.100-000 - Tel. fax: (079) 3194-6792



Ao Sr. Peterson Dantas Araujo

Presidente da Câmara de Vereadores do município de Riachuelo/SE

À Sra. Rosely Fernandes Bezerra

Diretora do Departamento Administrativo

Carta de apresentação

Vimos, por meio desta, apresentar-lhes o discente Fagner dos Santos Bomfim, CPF: 014.205.765-77, cuja orientadora é a Profª. Dra. Fernanda Rios Petrarca, do PPGS. O referido discente é aluno do Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS, da Universidade Federal de Sergipe, e desenvolve pesquisa cujo objetivo é construir o perfil sociográfico dos vereadores do município de Riachuelo, a fim de construir a formação de um ofício na carreira política. Para o desenvolvimento de tal pesquisa, solicitamos que o mesmo tenha acesso aos documentos na Câmara de Vereadores de Riachuelo.

Marcelo Alário Ennes
Coordenador do PPGS

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
 Av. Marechal Rondon, S/N – Jardim Rosa Elze
<http://ppgs.ufs.br/pagina/10719>
<http://www.posgraduacao.ufs.br/ppgs>
 CEP: 49100-000 - São Cristóvão/SE

0. Não 1. Sim 88. NS 99. NR
- V.12. - Se sim. De que tipo? []
1. Associações Religiosas 7. Mais de um
2. Partidos Políticos 88. NR
3. Associações de Bairro 99. NS
4. Movimentos Sociais Outros.
5. Sindicato Qual? _____
6. Cooperativa
- V.13 - De que forma? []
- 1- Simpatizante 88. NR
2- Militante 99. NS
3- Associado Outros. Qual? _____
- V.13.a. Se sim, ocupou algum cargo eletivo ou delegado? []
0. Não 1. Sim 88. NS 99. NR
- V. 13. b. Se sim, qual? _____
- V. 14. Quantos irmãos têm? []
- V.15. Quantos irmãos concluíram curso superior? []
- V. 16. Tem algum irmão ou parente próximo participando da política. Ou seja, cargo eletivo ou delegado?
0. Não 1. Sim 88. NS 99. NR
- Se sim, qual cargo? _____
- V.17. Se casado, qual a profissão de seu cônjuge ou companheiro? _____

BLOCO C: TRAJETO ESCOLAR

- V. 18. Qual colégio em que concluiu seu 1º. Grau?
- V.18.a. Nome _____
- V.18.b. Em que ano? _____
- V.18.c. Esse colégio era público () ou privado ()?
- V.18.d. Em que município estava situado? _____
- V.18.e. Se privado. []
1. Bolsa 2. Recursos Próprios 88. NR 99. NS
- V.18.f. Se bolsa, qual a origem: _____
- V.18.g. Se recursos próprios, qual a origem: []
- 1- País
2- Trabalho
Outros. Qual? _____
- V.19. Qual colégio em que concluiu seu 2º. Grau?
- Nome _____
- V.19.a. Esse colégio era público () ou privado ()?
- V.19.b. Em que município estava situado? _____
- V.19.c. Se privado. []
1. Bolsa 2. Recursos Próprios 88. NR 99. NS
- V.19.d. Se bolsa, qual a origem: _____
- V.19.e. Se recursos próprios, qual a origem: []
- 1- País
2- Trabalho
Outros. Qual? _____

V. 20. Quais cursos de graduação que você concluiu?

Curso	Ano (entrada e conclusão)	Instituição
-------	---------------------------	-------------

- V.21. Se privado. []
1. Bolsa 2. Recursos Próprios 88. NR 99. NS
- V.21.a. Se bolsa, qual a origem: _____
- V.21.b. Se recursos próprios, qual a origem: []
- 1- País
2- Trabalho
Outros. Qual? _____

V. 22. Você realizou vestibular (es) para outro (s) curso (s) além dos acima especificados? []

0. Não 1. Sim 88. NS 99. NR

V.23. Se sim quais?

Curso	Ano	Instituição
-------	-----	-------------

V. 24. Você começou algum curso que não foi concluído? [____]

0. Não 1. Sim 88. NS 99. NR

V. 25. Se sim quais?

Curso	Ano	Instituição
-------	-----	-------------

V.26. Qual sua titulação mais alta? [____] Se possuir pós-graduação responder a próxima.

1- Graduação 5-Pós – doutorado
2-Especialização 88. NS
3-Mestrado 99. NR
4-Doutorado

V. 27. Se possuir pós-graduação em que área, qual ano de entrada e de conclusão, em que universidade e qual o nível (especialização, mestrado, doutorado)?

Curso	Ano	Instituição	Nível (especialização, mestrado, doutorado)
-------	-----	-------------	---

V. 28. Você começou algum tipo de pós-graduação que não foi concluído? Se sim especifique abaixo:

V.29. Precisou trabalhar para concluir seus estudos de graduação? [____]

0. Não 1. Sim 88. NS 99. NR

BLOCO D: BACKGROUND PROFISSIONAL E POLÍTICO:

V.30. O senhor poderia nos dizer qual a sua profissão [*Se responder político profissional, ir para a V.31*]? _____

V.33.a. [No caso de profissão não Política na V.37.] O Senhor exerce esta profissão junto com a sua atividade política? [____]

0. Não 1. Sim 88. NS 99. NR

V. 31. Destas organizações, o senhor poderia nos dizer a qual o senhor é vinculado? [____]

1. Organizações recreativas ou culturais 6. Organizações profissionais que não
2. Organizações religiosas sindicatos
3. Organizações sociais 7. Movimento estudantil
4. Organizações acadêmicas 8. Organizações de mulheres
5. Sindicatos 9. Associação de Bairro.
10. Outras. Qual? _____

V. 32. O senhor poderia nos dizer qual partido o senhor é filiado? _____

V. 33. O senhor poderia nos dizer desde quando o senhor é filiado a este partido? _____

V. 34. O Senhor foi filiado a outro partido anterior a este partido? [____]

0. Não 1. Sim 88. NS 99. NR

V. 34.a. Se SIM, qual outro partido político o senhor foi filiado?

Partido 1. _____ Ano _____

Partido 2. _____ Ano _____

Partido 3. _____ Ano _____

V. 35. O senhor poderia sinalizar o porquê mudou de partido? Qual a necessidade de eventual mudança?

V. 36. O senhor já ocupou cargo político antes desta candidatura? [____]

0. Não 1. Sim 88. NS 99. NR

V. 37. Se Sim, marcar quantas opções forem necessárias por ordem cronológica (1ª, 2ª, etc.)

[____] Vereador

[____] Dirigente Partidário

[____] Prefeito

[____] Cabo eleitoral (Estadual ou Municipal)

[____] Secretário Municipal

88. NS

[____] Assessor Parlamentar

99. NR

[____] Executivo de Empresa Municipal ou Estatal

V. 38. O senhor poderia nos dizer, quanto tempo em média dedica às atividades político-partidárias no período de um mês?

V.38.a. Políticas [___]

- | | | |
|----------------------|-----------------------|--------|
| 1. Mais de 5 horas | 3. De 10 até 20 horas | 88. NR |
| 2. De 5 até 10 horas | 4. De 20 até 40 horas | 99. NS |

V.38.b. Partidárias [___]

- | | | |
|----------------------|-----------------------|--------|
| 1. Mais de 5 horas | 3. De 10 até 20 horas | 88. NR |
| 2. De 5 até 10 horas | 4. De 20 até 40 horas | 99. NS |

V. 39. O que te levou a seguir a carreira/ofício na política? _____

V. 40. Dentre as razões a seguir, poderia nos dizer, em ordem de importância, as três principais que justificam a sua candidatura para Câmara dos Vereadores de Riachuelo?

1ª [___] 2ª [___] 3ª [___]

1. O status que se obtém através do cargo de Vereador
2. A possibilidade de lutar por ideais que defende. Por exemplo: _____
3. Possibilidade de colaborar com o bem público e comum.
4. Chance de ser eleito em outro cargo eletivo ou delegado.
5. Seguir a carreira política. De vereador a outros cargos eletivos.
6. Possibilidade de representar o meu grupo social e ou profissional.
7. Possibilidade de representar a cidade onde vivo no cenário político municipal e estadual.
8. Possibilidade de representar meu partido político
9. Possibilidade de representar e fortalecer o grupo político ao qual faço parte.
88. NS.
99. NR.

V.41. O senhor poderia nos dizer os três tipos de apoios que mais foram importantes para a sua candidatura e efetiva posição no cargo político de vereador/ delegado que ocupa?

1ª [___] 2ª [___] 3ª [___]

1. Apoio da Família.
2. Amigos e colegas de trabalho
3. Apoio dos militantes do partido
4. Apoio de organização em que participa, participou ou representa (ex. sindicato, associação)
5. Apoio da mídia
6. Apoio dos dirigentes do partido político ao qual iniciou a política
7. Apoio de eleitores
8. Não teve muito apoio
88. NS.
99. NR.

V.42. Quais as três principais características que o senhor julga serem as mais importantes para **ser candidato** a vereador?

1ª [___] 2ª [___] 3ª [___]

1. Conhecimento sobre o funcionamento da 'política'
2. Recursos financeiros próprios
3. Domínio de oratória e retórica política
4. Possuir bom trânsito no partido
5. Possuir bom trânsito na política municipal
6. Possuir densidade eleitoral (bom de voto)
7. Boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política
8. Firmeza ideológica
9. Apoio de movimentos sociais e de base
10. Disponibilidade (tempo)
88. NS.
99. NR.

V.43. Quais as três principais características que o senhor julga serem as mais importantes para **ser eleito candidato** a vereador?

1ª [___] 2ª [___] 3ª [___]

1. Conhecimento sobre o funcionamento da 'política'
2. Recursos financeiros próprios
3. Domínio de oratória e retórica política

4. Possuir bom trânsito no partido
5. Possuir bom trânsito na política municipal
6. Possuir densidade eleitoral (bom de voto)
7. Boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política
8. Firmeza ideológica
9. Apoio de movimentos sociais e de base
10. Disponibilidade (tempo)
88. NS.
99. NR.

V. 44. Em que momento de sua vida começou a se manifestar o seu interesse por política, em especial pela política municipal? [____]

1. Na vida familiar, pois em sua casa sempre se discutiu política
2. Durante o segundo grau escolar, no movimento estudantil
3. Durante a faculdade, no movimento estudantil
4. No meu local de trabalho
5. No sindicato
6. Por influência de amigos
7. Por influência de políticos locais que o estimularam a concorrer e entrar na política
88. NS.
99. NR.

V. 45. O senhor poderia nos dizer qual a principal razão que o levou a se interessar por política? [____]

1. Ter poder para tomar decisões importantes
2. Vontade de mudar a política local
3. Seguir a carreira política profissional
4. Como forma de obter prestígio e influência
5. Simples curiosidade
6. Espelhando-se em outros políticos locais.
7. Outras. Qual? _____

V. 46. Tendo em vista o comportamento do eleitor, o senhor acredita que ele vota: [____]

1. Por simpatia pessoal pelo candidato
2. Por adesão às ideias do candidato
3. Por simpatia a determinado partido político
4. Por adesão às propostas do partido político
88. NS.
99. NR.

V. 47. O senhor poderia nos dizer quantas vezes foi candidato a Vereador no município: [____]

V. 48. O senhor pensa em seguir carreira política pós-termino desse mandato eletivo/delegado? [____]

0. Não 1. Sim 88. NS 99. NR

V.48.a. Se sim. Qual cargo?

1. Reeleição para Vereador
2. Candidato à Prefeito
3. Candidato à Vice-Prefeito
3. Candidato à Deputado Estadual
4. Candidato à Deputado Federal
5. Candidato à Senador
6. Líder de Partido Político no Município
7. Secretário ou Superintendente em alguma repartição pública estadual ou municipal.

V. 49. Por favor, o senhor poderia citar três nomes que consideram importantes dentro da política local para o sucesso de sua candidatura e posição como vereador.

1. _____ Posição/cargo eletivo _____
2. _____ Posição/cargo eletivo _____
3. _____ Posição/cargo eletivo _____

V. 50. Sabendo-se das posições ideológicas que as pessoas usualmente assumem e tendo em vista uma escala de 1 a 7, onde 1 é a extrema esquerda e 7 é a extrema direita, o senhor poderia me dizer em que posição se situa?

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

88. NS.
99. NR.

V. 50.a. E o seu Partido?

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

88. NS.
99. NR.

V. 50.b. E como você é visto pelos seus eleitores?

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

88. NS.
99. NR.

V. 51. Na conjuntura da política local, o senhor se identifica como:

1. Oposição
 2. Situação
88. NS.
99. NR.

V. 52. Quais qualitativos o senhor identifica como significativo para o seu sucesso na política local:

1. Histórico familiar
 2. Trajetória escolar
 3. Trajetória Profissional
 4. Apoio das organizações militantes (sindicatos, ONG, partidos políticos)
 5. Rede de relações – amigos, conhecidos nas áreas vinculadas a política.
 6. Construção e um trabalho político significativo ao cargo de vereador
88. NS.
99. NR.

V. 53. Quais habilidades foram acionadas pelo senhor como importantes para a inserção no cargo de vereador. Sinalize as cinco principais. Por exemplo, “atendimento ao eleitorado extra Câmara, no dia a dia da política, etc.

- | | |
|----------|------------------|
| 1. _____ | 4. _____ |
| 2. _____ | 5. _____ |
| 3. _____ | 6. Outras. _____ |

V. 54. Quais habilidades foram aprendidas dentro do dia a dia da política. Ou seja, que habilidades foram adquiridas através da investidura no cargo de vereador. Habilidades que podem ser apreendidas junto a outros políticos com maior tempo de carreira profissional.

- | | |
|----------|------------------|
| 1. _____ | 4. _____ |
| 2. _____ | 5. _____ |
| 3. _____ | 6. Outras. _____ |

V. 55. O senhor defende a ideia de que a política é uma profissão? [_____]

0. Não 1. Sim 88. NS 99. NR

Porquê? _____

V. 56. Descreva em linhas gerais, o cargo de vereador. A importância de sua investidura no cargo para o senhor e para a política local.

Ficamos muito gratos por sua colaboração. Lembro que os dados serão apresentados na dissertação de mestrado a qual é sinalizada no cabeçalho deste questionário. Qualquer dúvida, o senhor esteja à vontade para entrar em contato conosco.

Entrevistador: _____

Data da Entrevista: ____/____/____

Hora: ____:____

Local: _____

Anexo 3 – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

- Os 10 vereadores entrevistados.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS
MESTRADO E DOUTORADO EM SOCIOLOGIA
Pesquisador: Fagner dos Santos Bomfim
Profa. Orientadora: Dra. Fernanda Rios Petrarca

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como entrevistado(a), da dissertação que tem como pesquisadora responsável o Mestrando em Sociologia, estudante da Universidade Federal de Sergipe (UFS) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Fagner dos Santos Bomfim, o qual poderá ser contatado pelo e-mail bsfg19@hotmail.com e pelos telefones (79) 999497595. Tenho ciência de que o estudo tem em vista a realização de uma dissertação de mestrado intitulada “*Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relações e dominação*”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista e aplicação de questionário, com o intuito de construir o perfil sociográfico dos vereadores do município de Riachuelo, a fim de construir a formação de um ofício na carreira política. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e que os dados obtidos compõem o quadro analítico dessa dissertação.

Riachuelo/SE, dezembro de 2018.


Rosenberg Santos Hipólito
Vereador do Município de Riachuelo, Sergipe (2017-2020)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS
MESTRADO E DOUTORADO EM SOCIOLOGIA
Pesquisador: Fagner dos Santos Bomfim
Profa. Orientadora: Dra. Fernanda Rios Petrarca

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como entrevistado(a), da dissertação que tem como pesquisadora responsável o Mestrando em Sociologia, estudante da Universidade Federal de Sergipe (UFS) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Fagner dos Santos Bomfim, o qual poderá ser contatado pelo e-mail bsfg19@hotmail.com e pelos telefones (79) 999497595. Tenho ciência de que o estudo tem em vista a realização de uma dissertação de mestrado intitulada "*Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relações e dominação*". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista e aplicação de questionário, com o intuito de construir o perfil sociográfico dos vereadores do município de Riachuelo, a fim de construir a formação de um ofício na carreira política. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e que os dados obtidos compõem o quadro analítico dessa dissertação.

Riachuelo/SE, dezembro de 2018.


Peterson Dantas Araújo
Vereador do Município de Riachuelo, Sergipe (2017-2020)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS
MESTRADO E DOUTORADO EM SOCIOLOGIA
Pesquisador: Fagner dos Santos Bomfim
Profa. Orientadora: Dra. Fernanda Rios Petrarca

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como entrevistado(a), da dissertação que tem como pesquisadora responsável o Mestrando em Sociologia, estudante da Universidade Federal de Sergipe (UFS) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Fagner dos Santos Bomfim, o qual poderá ser contatado pelo e-mail bsfg19@hotmail.com e pelos telefones (79) 999497595. Tenho ciência de que o estudo tem em vista a realização de uma dissertação de mestrado intitulada “*Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relações e dominação*”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista e aplicação de questionário, com o intuito de construir o perfil sociográfico dos vereadores do município de Riachuelo, a fim de construir a formação de um ofício na carreira política. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e que os dados obtidos compõem o quadro analítico dessa dissertação.

Riachuelo/SE, dezembro de 2018.



Carmem Lúcia Alves da Costa
Vereadora do Município de Riachuelo, Sergipe (2017-2020)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS
MESTRADO E DOUTORADO EM SOCIOLOGIA
Pesquisador: Fagner dos Santos Bomfim
Profa. Orientadora: Dra. Fernanda Rios Petrarca

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como entrevistado(a), da dissertação que tem como pesquisadora responsável o Mestrando em Sociologia, estudante da Universidade Federal de Sergipe (UFS) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Fagner dos Santos Bomfim, o qual poderá ser contatado pelo e-mail bsfg19@hotmail.com e pelos telefones (79) 999497595. Tenho ciência de que o estudo tem em vista a realização de uma dissertação de mestrado intitulada “*Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relações e dominação*”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista e aplicação de questionário, com o intuito de construir o perfil sociográfico dos vereadores do município de Riachuelo, a fim de construir a formação de um ofício na carreira política. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e que os dados obtidos compõem o quadro analítico dessa dissertação.

Riachuelo/SE, dezembro de 2018.



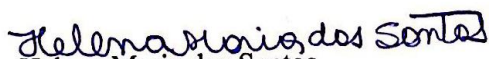
Helder Cícero de Oliveira Silva
Vereador do Município de Riachuelo, Sergipe (2017-2020)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS
MESTRADO E DOUTORADO EM SOCIOLOGIA
Pesquisador: Fagner dos Santos Bomfim
Profa. Orientadora: Dra. Fernanda Rios Petrarca

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como entrevistado(a), da dissertação que tem como pesquisadora responsável o Mestrando em Sociologia, estudante da Universidade Federal de Sergipe (UFS) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Fagner dos Santos Bomfim, o qual poderá ser contatado pelo e-mail bsfg19@hotmail.com e pelos telefones (79) 999497595. Tenho ciência de que o estudo tem em vista a realização de uma dissertação de mestrado intitulada “*Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relações e dominação*”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista e aplicação de questionário, com o intuito de construir o perfil sociográfico dos vereadores do município de Riachuelo, a fim de construir a formação de um ofício na carreira política. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e que os dados obtidos compõem o quadro analítico dessa dissertação.

Riachuelo/SE, dezembro de 2018.


Helena Maria dos Santos

Vereadora do Município de Riachuelo, Sergipe (2017-2020)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS
MESTRADO E DOUTORADO EM SOCIOLOGIA
Pesquisador: Fagner dos Santos Bomfim
Profa. Orientadora: Dra. Fernanda Rios Petrarca

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como entrevistado(a), da dissertação que tem como pesquisadora responsável o Mestrando em Sociologia, estudante da Universidade Federal de Sergipe (UFS) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Fagner dos Santos Bomfim, o qual poderá ser contatado pelo e-mail bsfg19@hotmail.com e pelos telefones (79) 999497595. Tenho ciência de que o estudo tem em vista a realização de uma dissertação de mestrado intitulada “*Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relações e dominação*”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista e aplicação de questionário, com o intuito de construir o perfil sociográfico dos vereadores do município de Riachuelo, a fim de construir a formação de um ofício na carreira política. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e que os dados obtidos compõem o quadro analítico dessa dissertação.

Riachuelo/SE, dezembro de 2018.



Givanildo Cavalcante Bezerra
Vereador do Município de Riachuelo, Sergipe (2017-2020)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS
MESTRADO E DOUTORADO EM SOCIOLOGIA
Pesquisador: Fagner dos Santos Bomfim
Profa. Orientadora: Dra. Fernanda Rios Petrarca

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como entrevistado(a), da dissertação que tem como pesquisadora responsável o Mestrando em Sociologia, estudante da Universidade Federal de Sergipe (UFS) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Fagner dos Santos Bomfim, o qual poderá ser contatado pelo e-mail bsfg19@hotmail.com e pelos telefones (79) 999497595. Tenho ciência de que o estudo tem em vista a realização de uma dissertação de mestrado intitulada “*Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relações e dominação*”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista e aplicação de questionário, com o intuito de construir o perfil sociográfico dos vereadores do município de Riachuelo, a fim de construir a formação de um ofício na carreira política. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e que os dados obtidos compõem o quadro analítico dessa dissertação.

Riachuelo/SE, dezembro de 2018.



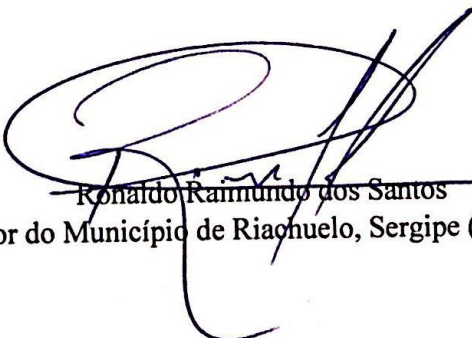
Clécio Carlos Santos Oliveira
Vereador do Município de Riachuelo, Sergipe (2017-2020)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS
MESTRADO E DOUTORADO EM SOCIOLOGIA
Pesquisador: Fagner dos Santos Bomfim
Profa. Orientadora: Dra. Fernanda Rios Petrarca

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como entrevistado(a), da dissertação que tem como pesquisadora responsável o Mestrando em Sociologia, estudante da Universidade Federal de Sergipe (UFS) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Fagner dos Santos Bomfim, o qual poderá ser contatado pelo e-mail bsfg19@hotmail.com e pelos telefones (79) 999497595. Tenho ciência de que o estudo tem em vista a realização de uma dissertação de mestrado intitulada “*Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relações e dominação*”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista e aplicação de questionário, com o intuito de construir o perfil sociográfico dos vereadores do município de Riachuelo, a fim de construir a formação de um ofício na carreira política. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e que os dados obtidos compõem o quadro analítico dessa dissertação.

Riachuelo/SE, dezembro de 2018.



Ronaldo Raimundo dos Santos
Vereador do Município de Riachuelo, Sergipe (2017-2020)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS
MESTRADO E DOUTORADO EM SOCIOLOGIA
Pesquisador: Fagner dos Santos Bomfim
Profa. Orientadora: Dra. Fernanda Rios Petrarca

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como entrevistado(a), da dissertação que tem como pesquisadora responsável o Mestrando em Sociologia, estudante da Universidade Federal de Sergipe (UFS) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Fagner dos Santos Bomfim, o qual poderá ser contatado pelo e-mail bsfg19@hotmail.com e pelos telefones (79) 999497595. Tenho ciência de que o estudo tem em vista a realização de uma dissertação de mestrado intitulada “*Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relações e dominação*”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista e aplicação de questionário, com o intuito de construir o perfil sociográfico dos vereadores do município de Riachuelo, a fim de construir a formação de um ofício na carreira política. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e que os dados obtidos compõem o quadro analítico dessa dissertação.

Riachuelo/SE, dezembro de 2018.



Gilton Messias Corrêa

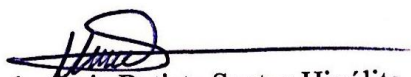
Vereador do Município de Riachuelo, Sergipe (2017-2020)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS
MESTRADO E DOUTORADO EM SOCIOLOGIA
Pesquisador: Fagner dos Santos Bomfim
Profa. Orientadora: Dra. Fernanda Rios Petrarca

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como entrevistado(a), da dissertação que tem como pesquisadora responsável o Mestrando em Sociologia, estudante da Universidade Federal de Sergipe (UFS) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Fagner dos Santos Bomfim, o qual poderá ser contatado pelo e-mail bsfg19@hotmail.com e pelos telefones (79) 999497595. Tenho ciência de que o estudo tem em vista a realização de uma dissertação de mestrado intitulada “*Os vereadores e o ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relações e dominação*”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista e aplicação de questionário, com o intuito de construir o perfil sociográfico dos vereadores do município de Riachuelo, a fim de construir a formação de um ofício na carreira política. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e que os dados obtidos compõem o quadro analítico dessa dissertação.

Riachuelo/SE, dezembro de 2018.



Marcondes Luis Batista Santos Hipólito
Vereador do Município de Riachuelo, Sergipe (2017-2020)